



RELATÓRIO E CONTAS



TRANQUILIDADE

2015



TRANQUILIDADE

Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.
Av. da Liberdade, n.º 242
1250 - 149 Lisboa / Portugal
Registo na Conservatória de Registo
Comercial de Lisboa
NIPC: 500 940 231
Autorização ASF n.º 1037
LEI: 549300CGCHTYQ1Z4V333

ÍNDICE

01	ÓRGÃOS SOCIAIS	05
02	RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	07
03	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	16
04	DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL	20
05	MAPA DE VARIAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	22
06	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	24
07	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	26
08	DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO	79
09	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	87

01
ÓRGÃOS
SOCIAIS

RELATÓRIO
E CONTAS
2015



TRANQUILIDADE

01 ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA-GERAL

Encontra-se pendente a nomeação dos membros da Mesa da Assembleia.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

Gustavo Alexandre Pontes Teixeira de Mesquita Guimarães

VOGAIS

Alexander Wallace Humphreys

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso

Gernot Wilhelm Friedrich Lohr

Jan Adriaan de Pooter

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

Pedro Luís Francisco de Carvalho

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE

Luís Maria Viana Palha da Silva

VOGAIS EFETIVOS

Manuel Maria de Paula Reis Boto

Pedro Manuel Aleixo Dias

VOGAL SUPLENTE

Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Maria Augusta Cardador Francisco em representação de Deloitte & Associados, SROC S.A.

SUPLENTE

Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro

02

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO
E CONTAS
2015



TRANQUILIDADE

02

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V.Exas o Relatório de Gestão e as Contas da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. (adiante designada por Tranquilidade ou Companhia), respeitantes ao exercício de 2015.

2.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Em 2015 a atividade económica global voltou a estar marcada por alguma incerteza interrompendo a tendência de gradual crescimento que se observava em 2014.

Nas economias mais desenvolvidas, o crescimento económico manteve-se fraco embora com tendência positiva, a inflação continuou em níveis próximos de zero, e os bancos centrais mantiveram políticas orçamentais favoráveis ao crescimento. As economias emergentes continuaram a influenciar desfavoravelmente a atividade económica global, tendo sido a desaceleração da China o fator de maior influência.

2.1.1 Situação Económica Internacional

Nos EUA, a informação económica mais recente aponta para uma evolução favorável do mercado de trabalho e do mercado imobiliário. O setor industrial apresenta ainda sinais de enfraquecimento.

Estima-se que o crescimento económico se tenha situado em torno de 2,5%, ligeiramente acima do valor do ano anterior (2,4%). A economia esteve mais robusta que no passado recente, facto que foi confirmado pela decisão da Reserva Federal (Fed) em finais de 2015 de alterar o rumo da sua política monetária e subir a taxa diretora pela primeira vez em cerca de uma década, para 0,50%.

O crescimento do consumo das famílias deverá ter superado os 3,0% pela primeira vez desde 2006, reflexo da melhoria no mercado de trabalho com uma taxa de desemprego a rondar 5,3%. Em contrapartida, a queda dos preços do petróleo refletiu-se negativamente no investimento, enquanto as exportações abrandaram significativamente fruto da valorização do dólar.

A atividade económica na Zona Euro manteve o processo de recuperação em 2015, embora a um ritmo mais lento do que o previsto. Os baixos preços do petróleo, a desvalorização do euro e os estímulos monetários do BCE impulsionaram o consumo privado e as exportações. No entanto, o crescimento económico da Zona Euro não ultrapassou 1,5%.

O elevado nível de endividamento do setor privado, o fraco investimento e a desaceleração económica dos países emergentes, foram os principais fatores que impediram um crescimento mais robusto na Zona Euro.

A taxa de inflação manteve-se em níveis muito baixos (0,1%) e o mercado de trabalho apresentou melhorias modestas em linha com um crescimento económico que não foi suficiente para fomentar a criação de mais empregos. Assim, a taxa de desemprego manteve-se elevada, em 11,0%, e continuou a revelar elevadas disparidades entre os países membros da Zona Euro.

Em 2015, as taxas Euribor desceram em todos os prazos, situando-se a Euribor a 3 meses em -0,13% (2014: 0,08%) e a Euribor a 12 meses em 0,06% (2014: 0,33%).

O ano de 2015 foi marcado também pela acentuada apreciação do dólar face à generalidade das divisas, apesar de ter tocado o mínimo de 1,5 face ao euro. No final do ano, a taxa de câmbio situava-se em 1,09 USD por EUR (1,21 em dezembro de 2014).

Os mercados acionistas europeus registaram uma performance superior à dos mercados americanos que, com exceção do *Nasdaq* (+5,9%), terminaram o ano com perdas contidas enquanto o *Eurostoxx 50* registou uma valorização de 3,8% em 2015. O receio do abrandamento da economia chinesa e o seu impacto na economia mundial afetaram negativamente o desempenho das bolsas mundiais, sobretudo a partir do 2º semestre de 2015, despoletando uma forte turbulência nos mercados.

2.1.2 Situação Económica Nacional

De acordo com os últimos dados divulgados, em 2015 a economia portuguesa registou um crescimento de 1,5%, mais 0,6 p.p. do que no ano anterior.

A procura interna apresentou um comportamento positivo, refletindo o crescimento do consumo privado de 2,6% (2,2% em 2014) e público de 0,8% (-0,5% em 2014). Verificou-se uma recuperação do rendimento disponível das famílias ao longo do ano e também uma queda da taxa de poupança (alcançou 4,0% no 3º trimestre de 2015, o nível mais baixo desde, pelo menos, 1995). Por outro lado, o crescimento do investimento desacelerou, passando de 5,5% em 2014 para 3,6% em 2015.

A procura externa líquida registou um comportamento mais favorável, em resultado da aceleração das exportações, que cresceram 5,1% face a 2014 (3,9% em 2014). No entanto, também as importações mantiveram um ritmo elevado de crescimento (7,3% em 2015 que compara com 7,2% em 2014).

A taxa de desemprego recuou de 13,9% para 12,4% em 2015 e a taxa de inflação regressou a valores positivos, 0,5% (2014: -0,3%). Todavia, a taxa de inflação permanece ainda em valores historicamente baixos, refletindo parcialmente a queda significativa dos preços do petróleo no mercado internacional.

O saldo das Administrações Públicas registou uma melhoria face ao período homólogo devido ao efeito conjugado de diminuição da despesa (nomeadamente, queda das despesas com pessoal, prestações de desemprego e juros) e aumento da receita (principalmente fiscal).

No entanto, o governo estima que o saldo orçamental de 2015 supere o nível de -4,0% do PIB, reflexo da operação de venda num contexto de resolução do BANIF decidida próximo do final do ano e cujo impacto nas contas do Estado deverá ascender a 2.255 milhões de euros (1,3% do PIB estimado em 2015), sendo cerca de 1.766 milhões de euros injetados diretamente pelo Tesouro português e 489 milhões pelo Fundo de Resolução.

2.1.3 Mercado Segurador

Em termos globais, a produção de seguro direto em 2015 registou uma diminuição de 11,4% face a 2014, situando-se em 12.662 milhões de euros (-1.627 milhões de euros). A quebra nos prémios do ramo Vida esteve na origem deste decréscimo da produção, interrompendo novamente o ciclo de expansão deste ramo que se verificava desde 2013.

O segmento Vida foi afetado por uma conjuntura que aliou a persistência das baixas taxas de juro de longo prazo, a acentuada redução da taxa de poupança dos particulares e a aproximação de um novo regime de solvência que penaliza os riscos inerentes às garantias financeiras.

Os prémios do ramo Vida alcançaram 8.669 milhões de euros, -17,0% face ao ano anterior (-1.770 milhões de euros). Apenas os prémios dos seguros tradicionais cresceram relativamente a 2014 (+4,6%). Os produtos de capitalização diminuíram 17,8% (-1.258 milhões de euros) e as contribuições para PPR's que alcançaram 1.897 milhões de euros, tiveram uma quebra de 22,6% (-555 milhões de euros) face ao ano anterior.

Quanto ao segmento Não Vida, apresentou um crescimento assinalável de 3,7%, a maior taxa de crescimento anual dos últimos 10 anos. O volume de prémios Não Vida atingiu 3.993 milhões de euros (+144 milhões de euros) com destaque para o ramo Acidentes de Trabalho que cresceu 7,8%, dando um novo impulso à recuperação iniciada em 2014. O aumento da massa salarial, expectável com o relançamento da atividade económica, assim como as correções tarifárias para fazer face ao desequilíbrio técnico do ramo, deverão estar na origem deste aumento do volume de prémios.

Os ramos de Acidentes Pessoais/ Pessoas Transportadas (+5,2%) e Saúde (+7,5%) que já apresentavam crescimentos positivos, progrediram em 2015 a um ritmo mais elevado do que em anos anteriores. O ramo de Incêndio e outros Danos (+2,0%), com destaque para os ramos Multirrisco (+2,1%), também apresentou taxas de crescimento positivas embora mais moderadas. O ramo Automóvel, que interrompeu o ciclo descendente dos últimos anos, registou uma subida no volume de prémios de 1,5%. Em sentido inverso, destaque para a quebra da produção nos ramos de Transportes (-5,8%).

O peso da atividade seguradora no PIB baixou de 8,3% em 2014 para 7,2% em 2015. O segmento Vida representa 4,9% do PIB e o Não Vida representa 2,3% (6,1% e 2,2% em 2014, respetivamente).

De acordo com os últimos dados divulgados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), o Resultado Líquido das empresas de seguros (sob supervisão da ASF) foi positivo em 2015, atingindo 378 milhões de euros (77 milhões de euros em 2014), contribuindo para o reforço de capitalização do setor.

A taxa de cobertura da margem de solvência (das empresas sob supervisão da ASF) situou-se, no final de 2015, em 238%, o que representa um aumento de 32 p.p. face a 2014, evidenciando a solidez do setor segurador bem como o seu nível de preparação para responder às exigências de capitais resultantes da entrada em vigor em 1 de janeiro de 2016 do novo regime de solvência (Solvência II).

2.2 FACTOS RELEVANTES EM 2015

Em 2015 a economia Portuguesa manteve a trajetória de evolução positiva que já vinha evidenciando no ano anterior, naquele que foi o primeiro ano completo após a saída de Portugal do programa de consolidação orçamental acordado com a *Troika*.

Para a Tranquilidade, 2015 foi um ano importante. Com a entrada do novo acionista em 15 de janeiro de 2015, uma sociedade controlada pelos fundos de investimento afiliados da *Apollo Global Management, LLC*, a *Calm Eagle Holdings, S.à r.l.* ("Apollo"), permitiu um virar de página, recapitalizando a Companhia com a injeção de capital necessária para repor os rácios de solvência em níveis adequados, e permitindo que a Tranquilidade dispusesse de novo de condições que lhe permitiram focar-se ainda mais em criar valor e gerar resultados.

Em 2015, a Tranquilidade demonstrou uma vez mais a sua força e capacidade regeneradora, já neste contexto de um novo acionista. Assim, foi possível colmatar as perdas fruto da desagregação do Grupo Espírito Santo, através de uma superior capacidade de retenção e de uma elevada dinâmica comercial na captação de novos negócios, em particular na área de Retalho. A Tranquilidade terminou 2015 com uma quota de mercado de 8,0%, na 3ª posição do *ranking* Não Vida, tendo conseguido um ligeiro aumento do volume de prémios (+0,3%).

Na vertente comercial, o ano foi marcado por uma dinâmica crescente e pela confirmação da confiança e solidez das parcerias comerciais entre a Tranquilidade e os seus canais de distribuição profissionais:

- Os Parceiros Multimarca e Exclusivos, cresceram 6% e 4%, respetivamente, o que representou uma performance superior à do mercado, sobretudo nos Multimarca, reforçando o reconhecimento da proposta de valor global da marca Tranquilidade e do seu serviço por parte deste importante canal;
- Os Corretores decresceram 1% em 2015, mas a dinâmica comercial evoluiu de forma crescente ao longo do ano, com o volume de prémios no 4º trimestre a evoluir 10%;
- As Redes de Retalho Alternativas cresceram 31% face a 2014 e reforçaram o seu importante papel na área do retalho da Tranquilidade, em particular no ramo Automóvel em que contribuíram com 12% da receita nova.

Em 2015, a base de Clientes Não Vida e Vida da Tranquilidade atingiu 686 000 clientes (+3,8%, +25 000 clientes face a 2014). Esta evolução muito positiva, e sem precedentes nos anos anteriores, foi alcançada sobretudo devido ao sucesso dos mecanismos de retenção que permitiram que a taxa de anulação na renovação em Automóvel descesse para aproximadamente 15% no final do ano.

A Tranquilidade conseguiu uma performance superior ao mercado em Automóvel devido à elevada retenção e uma dinâmica de novos muito positiva, com um ano recorde de novas apólices. Em Acidentes de Trabalho e Saúde, a Tranquilidade ficou aquém do mercado, quer devido à perda de negócios (ainda) relacionada com a desintegração do Grupo Espírito Santo, quer devido ao processo de reequilíbrio técnico de carteira assente em aumentos de preços com vista ao seu ajustamento ao custo do risco.

Em Vida, a aposta estratégica nos produtos Vida Risco gerou novamente, resultados positivos permitindo que a T-Vida tenha crescido 7,5% neste produto em 2015, com os principais parceiros da T-Vida a crescerem aproximadamente 23% em Vida Risco.

A nível operacional, por forma a dar continuamente melhor resposta ao nível da oferta e da qualidade de serviço prestado a Clientes e Parceiros, a Companhia lançou um conjunto de novas iniciativas:

1. Lançamento de novos produtos, sobretudo em Particulares, mas também em Empresas:
 - Em Particulares
 - Em Automóvel, reforço da oferta com o relançamento da cobertura de Proteção Especial do Condutor, reforço do

QIV, alargamento do complemento de indemnização por Perda Total e lançamento da Viatura de Substituição Equivalente também para Ligeiros de Mercadorias;

- Em Saúde, reformulação da oferta para Seniores e reforço do número de consultas base da opção Essencial;
 - Em Multirriscos Habitação, lançamento da cobertura de Mudanças;
 - Melhoria das vantagens associadas ao equipamento de Clientes com Carro e Casa, através da oferta de combustível.
- Em Empresas
 - Nova tarifa de Transportes;
 - Revisitação dos setores estratégicos e identificação de setores super-estratégicos para Médias Empresas.

2. Introdução de melhorias e novas funcionalidades no posto de trabalho do Parceiro (SIA-net):

- Alargamento da capacidade de simulação e subscrição em Automóvel e Acidentes de Trabalho;
- Possibilidade de reaproveitamento de todas as simulações efetuadas;
- Renovação de todos os *outputs* dos produtos Habitação e Saúde, tornando-os mais transparentes e simples para o Cliente;
- Novo *cockpit* de retenção Automóvel;
- Acesso à informação de detalhe de incentivos e concursos.

3. Introdução de processos mais simples e rápidos de regularização de sinistros:

- Vídeo peritagem em Automóvel;
- Melhoria na comunicação com Clientes e Parceiros nos processos de Habitação;
- Revisão e aprofundamento de informação disponível na ferramenta de *Claims Tracking*.

O contínuo investimento e a aposta transversal a toda a organização na melhoria da qualidade de serviço a Clientes e Parceiros, permitiu manter elevados níveis de serviço e satisfação:

- O tempo médio de resposta a cotações complexas melhorou 26% face a 2014;
- O tempo médio de abertura de sinistros em Automóvel em 2015, foi de 0,5 dias;
- Os Clientes continuam a reconhecer a nossa qualidade na gestão de sinistros: em Automóvel e Acidentes de Trabalho a satisfação média situa-se em torno de 8 (numa escala de 10) e a intenção de recomendação é superior a 85%, enquanto em Habitação a satisfação média melhora para 7,2 (7,0 em 2014) e a recomendação para 75% (+5 p.p.).

A estratégia de melhoria contínua e consistente dos níveis de Serviço da Companhia a Parceiros e Clientes e uma postura de proximidade no mercado permitiu-nos ser, uma vez mais, distinguidos por instituições independentes, tendo recebido os prémios:

- “Escolha dos Profissionais do setor segurador, que renovámos pelo 2.º ano consecutivo;
- “Best Buy Award”, que reconhece a Tranquilidade como a companhia com melhor relação Preço/ Qualidade.

A continuação do Programa de Eficiência permitiu a redução dos custos operacionais de carácter recorrente, em 2,2 milhões de Euros (-3,4% face a 2014). Esta evolução favorável é fruto sobretudo da redução dos custos com fornecimentos e serviços externos (-9,4%, -1,8 milhões de euros).

Com a crise financeira global que se iniciou em 2007, as principais economias mundiais têm apresentado taxas de crescimento económico modestas, condicionando a normal evolução dos mercados financeiros. Em 2015, os mercados financeiros foram caracterizados pela elevada volatilidade que apresentaram.

Neste ambiente, a estratégia de investimentos da Companhia foi caracterizada no 1º quadrimestre pela aplicação em obrigações de taxa fixa permitindo que a Companhia beneficiasse do programa de quantitative easing do BCE. A partir de maio, as operações realizadas tiveram como principal objetivo a implementação de uma gestão ALM devido à entrada em vigor do regime Solvência II a partir de 2016.

O saldo técnico global da Tranquilidade aumentou de 55,8 milhões de euros para 60,5 milhões de euros em 2015, o que representa um crescimento de 8,4%. Apesar da diminuição do saldo técnico do ramo Automóvel, cuja sinistralidade, líquida de resseguro, subiu para 73,1%, salienta-se a contribuição positiva de Acidentes e Doença, principalmente de Acidentes de Trabalho que viu a taxa de sinistralidade diminuir para 82,4%, o que constitui uma evolução positiva, mas aquém do desejável.

No que respeita aos investimentos estratégicos da Tranquilidade, importa destacar o facto da seguradora direta LOGO, em 2015, ter consolidado significativamente o seu negócio, visível no crescimento dos Prémios adquiridos líquidos de resseguro em 29,3%.

A LOGO manteve uma quota de mercado no universo das seguradoras diretas de cerca de 20%, contando com uma quota de cerca de 30% em Casa e cerca de 50% em Saúde, ramos onde foi pioneira. A estes resultados comerciais junta-se uma melhoria da taxa de sinistralidade de mais de 30 p.p. de 2010 para 2015 e uma redução de mais de 2 milhões de euros (quase 25%) dos custos operacionais proforma nos últimos 2 anos.

Na T-Vida, o saldo técnico líquido de resseguro subiu de 6,1 milhões de euros para 9,1 milhões de euros. Apesar da evolução positiva do saldo técnico, os resultados líquidos pioraram 25,4%, para 3,2 milhões de euros, fruto do decréscimo dos resultados da atividade financeira, enquanto o rácio de solvência se cifrou em 202% (+6 p.p. vs 2014).

2.3 PRINCIPAIS VARIÁVEIS E INDICADORES DE ATIVIDADE

(milhares de euros)

	2015	2014	VAR 15/14 %
Balanço			
Investimentos	587 107	472 325	24,3
Ativo líquido	741 695	667 563	11,1
Capital próprio	135 532	40 187	237,3
Provisão para prémios não adquiridos (SD+RA)	76 450	77 501	-1,4
Provisão para sinistros (SD+RA)	419 278	428 452	-2,1
Provisão para sinistros, líquida de resseguro	381 414	386 321	-1,3
Provisões técnicas (SD+RA)	518 063	531 542	-2,5
Ganhos e Perdas			
Prémios brutos emitidos de seguro direto	320 897	319 811	0,3
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	277 535	277 844	-0,1
Custos com sinistros de seguro direto	213 032	213 329	-0,1
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	195 153	197 818	-1,3
Custos operacionais	70 102	69 225	1,3
Rendimentos	14 022	17 158	-18,3
Resultado líquido	29 364	-188 265	115,6
Indicadores			
Prémios brutos emitidos/ n° de empregados	481,1	480,2	0,2
Taxa de sinistralidade de seguro direto	66,6%	65,8%	0,8 p.p.
Taxa de sinistralidade líquida de resseguro	70,3%	71,2%	-0,9 p.p.
Resultado líquido/ prémios brutos emitidos	9,0%	-56,9%	65,9 p.p.
Rácio combinado líquido de resseguro	103,3%	104,3%	-1,0 p.p.
Rácio de solvência	308,8%	52,5%	256,3 p.p.

2.4 A ATIVIDADE DA TRANQUILIDADE EM 2015

2.4.1 Prémios de Seguro Direto

A produção de seguro direto atingiu 320 897 milhares de euros em 2015, o que significa uma variação de +0,3% em relação ao ano anterior. O mercado segurador Não Vida apresentou uma variação positiva de 3,7% relativamente a 2014.

As maiores seguradoras Não Vida que operam no mercado Português, com exceção da AXA, recuperaram as suas carteiras e apresentam taxa de variação de prémios positiva e, muitas delas, acima da média do mercado.

A Tranquilidade, apesar do modesto crescimento de 1 086 milhares de euros em relação ao ano anterior, obteve um resultado acima da média em Automóvel (+3,9%, ou seja, +4 757 milhares de euros, contra +1,5% do mercado).

Em Acidentes e Doença, a produção da Tranquilidade foi inferior à do ano anterior em 4 095 milhares de euros (-3,9%) devido à quebra na produção em Saúde (-4 048 milhares de euros, -10,6%). O ramo Acidentes de Trabalho teve um comportamento positivo, apesar de inferior ao mercado (+1,2% face a um crescimento de +7,8% do mercado).

O grupo Incêndio e Outros Danos cresceu 1,1% face a 2014 apesar da diminuição de 1 159 milhares de euros do ramo de Multirrisco em relação ao ano anterior (-2,2% face a um crescimento de 2,1% do mercado).

(milhares de euros)

Prémios de Seguro Direto	2015	%	2014	%	VAR 15/14 (%)
Acidentes e doença	100 359	31,3	104 454	32,7	-3,9
Incêndio e outros danos	63 678	19,8	62 985	19,7	1,1
Automóvel	125 343	39,1	120 586	37,7	3,9
Transportes	6 169	1,9	7 155	2,2	-13,8
Responsabilidade civil	9 909	3,1	10 090	3,2	-1,8
Diversos	15 439	4,8	14 541	4,5	6,2
Total	320 897	100,0	319 811	100,0	0,3

A Tranquilidade viu a sua quota de mercado reduzir-se de 8,3% em 2014 para 8,0% em 2015, ocupando no final de 2015 a 3ª posição em termos de ranking no segmento Não Vida.

2.4.2 Custos com Sinistros de Seguro Direto

O total de custos com sinistros de seguro direto em 2015 ascendeu a 213 032 milhares de euros o que significa uma diminuição de 297 milhares de euros (-0,1%) em relação a 2014.

Os custos com sinistros em Automóvel aumentam 25 380 milhares de euros, resultado dos reajustamentos em 2014 que se deveram sobretudo a uma maior eficiência na regularização dos sinistros, permitindo nesse ano uma redução sustentada dos custos com sinistros e a reavaliação das provisões necessárias para anos anteriores.

Também no ramo Responsabilidade Civil, os custos com sinistros aumentaram em relação ao ano anterior (+7 257 milhares de euros), sendo o ramo Responsabilidade Civil Exploração o principal responsável por essa subida (+7 444 milhares de euros), devido à ocorrência de sinistros graves.

Por outro lado, em Acidentes e Doença verificou-se uma quebra nos custos com sinistros (-19,5%), com destaque para a diminuição dos custos em Acidentes de Trabalho (-14 794 milhares de euros) por redução das provisões matemáticas devido ao aumento da taxa de juro e alteração de pressupostos utilizados no seu cálculo e em Saúde (-3 703 milhares de euros), devido à desaceleração dos montantes pagos no último ano de ocorrência. Este facto deve-se a uma redução dos custos sustentada pela implementação de várias medidas ao nível da gestão dos sinistros e também à diminuição de contratos menos rentáveis.

Também em Incêndio e outros Danos os custos com sinistros em 2015 são inferiores aos do ano anterior em 30,3% (-11 827 milhares de euros), com destaque para a descida em Multirrisco (-4 770 milhares de euros) e em Colheitas (-1 345 milhares de euros), consequência da menor ocorrência de sinistros graves e eventos do tipo catastrófico.

(milhares de euros)

Custos com Sinistros de Seguro Direto	2015	2014	VAR 15/14 %
Acidentes e doença	81 477	101 251	-19,5
Incêndio e outros danos	27 253	39 080	-30,3
Automóvel	93 438	68 058	37,3
Transportes	424	1 423	-70,2
Responsabilidade civil	9 603	2 346	309,3
Diversos	837	1 171	-28,5
Total	213 032	213 329	-0,1

A taxa de sinistralidade em 2015 (custos com sinistros brutos/ prémios brutos adquiridos) situou-se em 66,6% o que representa um aumento de apenas 0,8 p.p. em relação ao ano anterior. Destaca-se:

- A subida da taxa de sinistralidade em Automóvel para 75,6% (55,3% em 2014) e em Responsabilidade Civil para 95,5% (23,0% em 2014);
- A descida da taxa de sinistralidade em Acidentes e Doença para 80,9% (96,7% em 2014) e em Incêndio e outros Danos para 42,6% (60,3% em 2014).

(%)

Custos com Sinistros/ Prémios Brutos Adquiridos*	2015	2014
Acidentes e doença	80,9	96,7
Incêndio e outros danos	42,6	60,3
Automóvel	75,6	55,3
Transportes	6,5	19,4
Responsabilidade civil	95,5	23,0
Diversos	5,5	8,4
Total	66,6	65,8

*Custos com sinistros com custos imputados em % dos prémios adquiridos.

2.4.3 Provisões Técnicas de Seguro Direto

As provisões técnicas de seguro direto em 2015 ascenderam a 511 747 milhares de euros, o que significa uma diminuição de 10 566 milhares de euros relativamente ao ano anterior (-2,0%). A Provisão para Sinistros diminuiu 7 884 milhares de euros, repartida pelo aumento da provisão para sinistros de AT em 2 454 milhares de euros e pela diminuição da provisão afeta a outros ramos, em 10 338 milhares de euros.

(milhares de euros)

Provisões Técnicas de Seguro Direto	2015	2014	VAR 15/14 %
Provisão para prémios não adquiridos	74 337	73 800	0,7
Provisão para sinistros	415 075	422 959	-1,9
Acidentes de trabalho	225 190	222 736	1,1
Outros ramos	189 885	200 223	-5,2
Outras provisões técnicas	22 335	25 554	-12,6
Total	511 747	522 313	-2,0

2.4.4 Resseguro Cedido

O saldo de resseguro cedido em 2015 ascendeu a 23 307 milhares de euros e foi mais favorável em 3 650 milhares de euros face a 2014 (-13,5%). Esta evolução deve-se ao menor volume de Prémios cedidos aos resseguradores.

(milhares de euros)

Resseguro Cedido	2015	2014	VAR 15/14 %
Prémios	50 105	56 131	-10,7
Comissões	-7 375	-9 405	-21,6
Sinistros e variação das provisões técnicas	-19 423	-19 769	-1,8
Resultado	23 307	26 957	-13,5

2.4.5 Saldo Técnico Líquido de Resseguro

O saldo técnico líquido de resseguro em 2015 foi de 60 451 milhares de euros e representou um crescimento de 8,4% em relação ao ano anterior (+4 682 milhares de euros), sobretudo devido à diminuição dos custos com sinistros de seguro direto (-1 691 milhares de euros) e à melhoria do saldo de resseguro aceite e cedido (+4 642 milhares de euros).

Por ramos, a maior quebra foi registada em Automóvel com o saldo técnico a descer 26 964 milhares de euros (aumento dos custos com sinistros).

Em sentido favorável, destaque para o saldo técnico de Acidentes e Doença que passou de negativo em 2014 para positivo de 13 190 milhares de euros em 2015 (+18 163 milhares de euros, dos quais +15 469 milhares de euros em AT), e para Incêndio e outros Danos cujo saldo técnico subiu 13 318 milhares de euros em relação a 2014, devido sobretudo ao comportamento favorável do ramo Multirrisco, cujo saldo técnico líquido de resseguro apresentou um acréscimo de 11 129 milhares de euros em relação a 2014 (melhoria dos custos com sinistros e recuperação do saldo de resseguro).

(milhares de euros)

Saldo Técnico, Líquido de Resseguro	2015	2014	VAR 15/14 %
Acidentes e doença	13 190	-4 973	365,2
Incêndio e outros danos	21 845	8 527	156,2
Automóvel	18 306	45 270	-59,6
Transportes	3 107	1 658	87,4
Responsabilidade civil	3 960	4 694	-15,6
Diversos	43	593	-92,7
Total	60 451	55 769	8,4

2.4.6 Custos Operacionais

Os custos operacionais ascenderam a 70 102 milhares de euros em 2015, +1,3% em relação ao ano anterior. Em termos de custos recorrentes, e através da continuação do Programa de Eficiência, verificou-se uma redução dos custos operacionais em 2,2 milhões de euros (-3,4% face a 2014), conforme detalhe de fatores extraordinários referido de seguida em cada tipo de custo.

Os Custos com Pessoal, no valor de 35 686 milhares de euros diminuíram 12,1% face a 2014, i.e. -4 907 milhares de euros. Esta significativa diminuição está relacionada sobretudo com a existência, em 2014, de um custo adicional e não recorrente de +4 726 milhares de euros justificado maioritariamente pelo reconhecimento de benefícios com o Fundo de Pensões dos Administradores relacionados com saídas de participantes antes da idade normal de reforma.

Os custos com Fornecimentos e Serviços Externos diminuíram 4,6% face a 2014, -885 milhares de euros, refletindo o contínuo empenho da Companhia na obtenção de ganhos de eficiência. Se tivermos em consideração que em 2015 existiram 935 milhares de euros de custos não recorrentes relativos fundamentalmente a custos de consultadoria com projetos estratégicos, projetos relacionados com Solvência II e *compliance*, a diminuição, em termos proforma, foi de -1 820 milhares de euros (-9,4%).

As Amortizações aumentaram em 2015, 6 649 milhares de euros (+106,2%) devido sobretudo à contabilização de amortizações extraordinárias de ativos intangíveis no valor de 5 876 milhares de euros e ao início de amortização, no valor de 311 milhares de euros, de uma carteira de seguros adquirida em 2014. Sem estes efeitos, em termos proforma, o aumento teria sido apenas de 462 milhares de euros (+7,4%).

(milhares de euros)

Custos Operacionais	2015	2014	VAR 15/14 %
Custos com pessoal	35 686	40 593	-12,1
Fornecimentos e serviços externos	18 480	19 365	-4,6
Impostos e taxas	2 412	2 351	2,6
Amortizações	12 911	6 262	106,2
Outros*	613	654	-6,3
Total	70 102	69 225	1,3

* Inclui provisões para riscos e encargos, juros suportados, comissões e outros custos com investimentos.

2.4.7 Quadro de Pessoal

Durante o exercício de 2015 foram admitidos no quadro efetivo 19 novos colaboradores e verificaram-se 18 saídas, das quais, uma por situação de pré-reforma ou reforma.

Em consequência destes movimentos, o quadro efetivo aumentou 0,2% face a 2014 para 667 colaboradores. A produtividade manteve-se praticamente ao nível do ano anterior, com o rácio prémios de seguro direto por colaborador do quadro efetivo a atingir 481 milhares de euros (480 milhares de euros em 2014).

	2015	2014	VAR 15/14 %
Admissões	19	33	-42,4
Saídas	18	32	-43,8
Das quais pré-reforma ou reforma	1	8	-87,5
Total quadro efetivo	667	666	0,2
Prémios SD/ N° Efetivos (milhares de euros)	481	480	0,2

2.4.8 Investimentos

A crise financeira global que se iniciou em 2007 obrigou desde cedo à implementação de medidas singulares para mitigar o seu efeito sistémico. Apesar das políticas adotadas, as principais economias mundiais apresentaram taxas de crescimento económico modestas, condicionadas pelos níveis elevados de endividamento e pelo abrandamento económico dos países emergentes, condicionando a evolução dos mercados financeiros.

Em 2015, os mercados financeiros foram caracterizados pela elevada volatilidade que apresentaram. É possível segmentar o ano de 2015 em três períodos distintos: um primeiro período de crescimento até abril/maio fruto da política expansionista dos principais bancos centrais; um segundo período marcado por um decréscimo até setembro, altura em que os mercados financeiros atingem o ponto de inflexão, retomando um ciclo de crescimento até ao final do ano.

Neste ambiente, a estratégia de investimentos da empresa foi caracterizada no 1º quadrimestre pela aplicação em obrigações de taxa fixa permitindo que a Companhia beneficiasse do programa de *quantitative easing* do BCE. A partir de maio, as operações realizadas tiveram como principal objetivo a implementação de uma gestão ALM devido à entrada em vigor do regime Solvência II a partir de 2016.

No 1º quadrimestre, a empresa manteve uma estratégia seletiva cumprindo com a sua política de investimentos, participando sobretudo em emissões *Benchmark* que apresentassem prémios de subscrição atrativos, com maturidade limite de 10 anos, de emitentes *investment grade* com um nível de senioridade superior, essencialmente europeus de exposição *core* e *periférica*.

Durante o primeiro semestre, os principais índices acionistas atingiram sucessivos máximos históricos. Apesar disso, a empresa decidiu manter a sua exposição nula a esta classe já que o mercado obrigacionista permitia obter retornos de forma garantida, regular e superiores ao mercado acionista. Relembra-se que a ação do BCE, permitiu que as taxas de juro caíssem para níveis nunca observados.

Alguns eventos iriam marcar este período e condicionar os períodos seguintes, nomeadamente, a dívida soberana alemã com maturidade de 10 anos chegou a transacionar a 0,04%; a taxa Euribor a 3 meses atingiu pela primeira vez valores negativos; e pela primeira vez na história, Portugal emitiu dívida pública com juros negativos. Os prémios de risco da dívida soberana dos países periféricos caíram para níveis já não atingidos desde 2010.

A partir de maio, a elevada instabilidade associada à situação na Grécia teve repercussões nos mercados financeiros em especial nos mercados de taxa fixa. Já no segundo semestre, a situação económica da China provocou um terramoto nos mercados acionistas mundiais. Na sequência da desvalorização do Yuan em 1,9%, a bolsa de Xangai caiu mais de 8% influenciando os índices europeus, norte-americanos e também os preços das matérias-primas.

Nesta fase, o principal objetivo da Companhia foi reforçar a gestão ALM e preparar de forma adequada a entrada no regime de Solvência II. No final do ano, com a melhoria do sentimento dos mercados, foram realizados investimentos noutras classes de ativos, nomeadamente ações e dívida subordinada.

Com a implementação em 2016 do regime Solvência II, foi decidido otimizar a exposição da companhia ao setor imobiliário.

(milhares de euros)

Ativos sob Gestão ⁽¹⁾	2015	2014	VAR 15/14 %
Obrigações	297 373	165 429	79,8%
Taxa fixa	287 833	151 476	90,0%
Taxa variável	9 540	13 953	-31,6%
Ações e Fundos de Investimento	218 336	224 315	-2,7%
Estratégicos	133 398	139 128	-4,1%
Ações	13 194	-	-
Fundos de investimento	71 744	85 187	-15,8%
Imóveis	65 204	70 012	-6,9%
Uso próprio	24 053	24 400	-1,4%
Rendimento	41 151	45 612	-9,8%
Liquidez	12 943	25 560	-49,4%
Outros	5 706	6 967	-18,1%
Total	599 562	492 283	21,8%

(1) Valores apurados numa ótica de gestão.

No final do ano, a carteira de investimentos da Tranquilidade situou-se em 599 562 milhares de euros representando um crescimento de 107 279 milhares de euros (+21,8%) face a 2014. O investimento em obrigações de taxa fixa registou um crescimento de +90,0% (+136 357 milhares de euros) face a 2014, que é explicado sobretudo pelo reinvestimento do encaixe obtido com a recapitalização feita pelo acionista.

A variação dos Investimentos Estratégicos de -5 730 milhares de euros, é justificada pela alienação das participações na Advancecare - Gestão e Serviços de Saúde, S.A. e Esumédica - Prestação de Cuidados Médicos, S.A. e pela imparidade registada na participação da GNB - Gestão de Ativos SGPS, S.A..

A carteira de obrigações ascendeu a 297 373 milhares de euros (49,6% dos ativos sob gestão), apresentou um *rating* médio de *investment grade* (BBB+) e uma exposição a dívida soberana de 90 632 milhares de euros (30,5% do total da carteira de obrigações), incluindo 6 001 milhares de euros em dívida pública de curto prazo (maturidade inferior a 1 anos que é considerada como alternativa a liquidez).

A carteira de obrigações de taxa variável, representou em média 4,0% dos ativos sob gestão. Durante todo o ano foi mantido um nível de liquidez de segurança de 4,9% em média dos ativos sob gestão. A exposição ao setor imobiliário, através de fundos de investimento e posições diretas em balanço, reduziu-se em 19 627 milhares de euros (-8,5%), face ao ano anterior.

Cumprindo os limites definidos na política de investimento, não foi realizada qualquer operação envolvendo *hedge funds*, ou produtos de características semelhantes, e as aplicações em instrumentos derivados serviram única e exclusivamente para cobertura de risco cambial.

processo de recapitalização da empresa fruto das perdas em 2014 na sua exposição ao GES e conforme o plano de recapitalização aprovado pela ASF;

- Um proveito de 10,5 milhões de euros (líquido de impostos) decorrente da alteração dos pressupostos atuariais utilizados no cálculo das provisões matemáticas de acidentes de trabalho;
- Em sentido inverso, foram reconhecidas imparidades e créditos incobráveis no valor de 7,2 milhões de euros da subsidiária Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A.;
- Foi decidido proceder à amortização extraordinária de 4,6 milhões de euros (líquido de impostos) decorrentes de uma revisão da política de capitalização de custos com projetos informáticos, nomeadamente pela redefinição da sua vida útil;
- Finalmente, foi reconhecida uma imparidade de 3,2 milhões de euros (líquido de impostos) na participação de 10% na GNB – Gestão de Ativos, SGPS, S.A., que reflete a avaliação realizada pela Companhia tendo em vista a alienação desta participação;

Assim, deve ser destacado que o resultado líquido de 2015 ajustado por todos estes efeitos não recorrentes mais relevantes, foi ainda marginalmente negativo em -3,1 milhões de euros.

Este resultado reflete a modesta recuperação económica ainda em período embrionário e sobretudo, as grandes dificuldades sentidas pela Tranquilidade após o desmembramento do GES do qual fazia parte.

Por ser materialmente relevante, importa referir e recordar que o resultado líquido de 2014, negativo em cerca de -188,3 milhões de euros, se deveu essencialmente aos seguintes fatores:

- Menos valias e imparidade de dívida GES (140,3 milhões de euros);
- Imparidade na subsidiária Seguros LOGO, S.A. (35,9 milhões de euros);
- Imparidade em ativos intangíveis - *Goodwill* da ESIA (25,8 milhões de euros);
- Custo adicional não recorrente de responsabilidades com o Fundo de Pensões dos Administradores (4,7 milhões de euros).

Em 2015, a margem de solvência situa-se em 309% e o Capital Próprio aumentou 237,3% para um valor final de cerca de 135,5 milhões de euros, devido essencialmente aos seguintes fatores:

- Aumento de capital e prestações acessórias realizados (72,6 milhões de euros);
- Ajustamentos negativos de justo valor dos ativos financeiros (4,8 milhões de euros, líquido de impostos);
- Resultado do exercício (29,4 milhões de euros).

(milhares de euros)

Resultado Financeiro ⁽¹⁾	2015	2014	VAR 15/14 %
Rendimentos	14 022	17 158	-18,3
Títulos	12 004	15 609	-23,1
Imóveis	2 018	1 549	30,3
Ganhos e Perdas	42 647	-108 905	139,2
Títulos	39 656	-107 518	136,9
Imóveis	2 991	-1 387	315,6
Imparidades/ Reversão	-4 498	-52 682	91,5
Títulos	-4 498	-52 682	91,5
Imóveis	-	-	-
Total	52 171	-144 429	136,1

(1) Valores apurados numa ótica de gestão.

No ano de 2015, o resultado da atividade financeira foi positivo em 52 171 milhares de euros o que representa um incremento de 196 600 milhares de euros, face ao ano anterior. O resultado normalizado da atividade financeira, i.e., excluindo efeitos não recorrentes da venda de participadas e a imparidade reconhecida na participação da GNB - Gestão de Ativos SGPS, S.A. foi de +20 595 milhares de euros em 2015 que compara com +27 158 milhares de euros em 2014, o que se traduz num desvio homólogo negativo de 6.563 milhares de euros (-24,2%).

A queda das taxas de juro e a redução dos dividendos recebidos penalizaram os rendimentos dos títulos em -18,3%. Na componente imobiliária, o rendimento cresceu +30,2%, face a 2014.

A rentabilidade dos ativos médios foi de 9,0% (2014: -21,6%). Considerando a variação da reserva de justo valor, a rentabilidade foi de 7,9% (2014: -19,8%). Excluindo os eventos não recorrentes, as taxas seriam +3,6% (2014: +4,8%) e 2,5% (2014: +6,6%), respetivamente.

2.4.9 Capital Próprio e Margem de Solvência

O resultado líquido da Tranquilidade em 2015 ascende a 29,4 milhões de euros que compara com uma perda de -188,3 milhões de euros em 2014. No entanto, importa destacar que para este resultado de 2015 contribuíram, positiva e negativamente, vários efeitos extraordinários e de carácter não recorrente, nomeadamente:

- Uma mais-valia de 36,9 milhões de euros na venda da subsidiária Advancicare – Gestão e Serviços de Saúde, S.A., decorrente do

(milhares de euros)

Capital Próprio	2015	2014	VAR 15/14 %
Capital social	12 600	160 000	-92,1
Outros instrumentos de capital	60 000	0	-
Reservas de reavaliação	-873	3 935	-122,2
Outras reservas	34 441	31 759	8,4
Resultados transitados	0	32 758	-100,0
Resultado líquido	29 364	-188 265	115,6
Total	135 532	40 187	237,3

Desta forma, em 31 de dezembro de 2014, a Tranquilidade não cumpria, conforme determinado pela ASF, com os requisitos de margem de solvência mínima nem com o nível de garantias financeiras de cobertura de provisões técnicas através dos seus ativos afetos, nem com os requisitos mínimos exigidos pelo Artigo 35.º do Código das Sociedades

Comerciais. Não obstante, de referir, que os níveis de provisionamento das provisões técnicas se mantinham sólidos e sem qualquer alteração de política.

A essa data, a margem de solvência situava-se em 53% e apresentava uma insuficiência de 144 milhões de euros de garantias financeiras.

Contudo, no início de 2015, a Tranquilidade implementou um plano de recapitalização, aprovado pela ASF, que permitiu à Companhia cumprir com os rácios prudenciais e legais individuais mediante a implementação, entre outras, das seguintes medidas:

1. Alienação de ativos e participações, nomeadamente:

- a. Alienação da participação na Advancecare – Gestão e Serviços de Saúde, S.A. permitindo à Tranquilidade um encaixe financeiro de 37,4 milhões de euros (operação concluída);
- b. Alineação das participações na ES Contact Center, S.A. e na GNB – Gestão de Ativos, SGPS, S.A. (operações ainda por concluir).

2. Aumento dos capitais próprios da Companhia através da realização de prestações acessórias no montante de 60 milhões de euros (operação concluída).

3. Redução de capital para cobertura de prejuízos e aumento posterior de capital no montante de 42 milhões de euros, dos quais 12,6 milhões de euros já realizados (operação concluída).

Este plano proposto pela Companhia, e aprovado pela ASF, permitiu que a Companhia apresentasse logo em março de 2015, uma margem de solvência adequada e um nível de garantias financeiras de cobertura de provisões técnicas através dos seus ativos afetos, superiores ao nível mínimo exigido pela ASF.

2.4.10 Gestão de Risco, Sistema de Controlo Interno e Compliance

No âmbito da Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II), a Tranquilidade prosseguiu, no decorrer do ano de 2015, o trabalho de adaptação ao novo regime de Solvência II.

Durante o ano de 2015, a Diretiva 2009/138/CE foi transposta para a ordem jurídica interna através da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, onde se encontra definida a data de entrada em vigor do novo regime Solvência II, a partir de 1 de janeiro de 2016.

Na sequência da publicação da Lei n.º 147/2015, do Regulamento Delegado 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, e das Orientações Técnicas, a Tranquilidade ajustou o seu programa de ação, de forma a permitir o cumprimento do novo regime.

No decurso do ano de 2015, e no âmbito integrado do Grupo Tranquilidade, foram desenvolvidas diversas ações e projetos, dos quais destacamos os seguintes:

- Participação ativa em grupos de trabalho da Associação Portuguesa de Seguradores sobre matérias referentes à evolução do projeto Solvência II;
- Resposta à Circular n.º 1/2015 de 16 de julho;
- Definição e formalização de diversas políticas no âmbito do acompanhamento do Programa Solvência II em vigor;
- Sistematização de toda a legislação referente ao Solvência II na *Intranet* do Grupo;

- Elaboração e envio à ASF dos reportes quantitativos e qualitativos da fase preparatória, a nível individual e de Grupo;
- Reporte do ORSA;
- Atualização da ferramenta de projeção de *cash-flows* (T-Vida);
- Revisão de processos, informação e respetiva documentação para efeitos de reporte e cálculo das cargas de capital;
- Revisão do Sistema de Governo;
- Desenvolvimento da Política de Prevenção ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo (T-Vida), criação de uma política de Sanções e Anticorrupção, bem como de implementação de procedimentos de *Know Your Customer* e de conservação de documentos;
- Monitorização e reporte do risco operacional relacionado com a fraude;
- Desenvolvimento do ciclo de revisão de Continuidade de Negócio, conforme programado (incluindo a realização de exercícios operacionais de Continuidade de Negócio);
- Desenvolvimento de programas de formação específicos e de informação;
- Início do projeto para substituição das ferramentas / *Datawarehouse* que permitam responder aos requisitos de Pilar I e III;
- Início de projeto de revisão do processo ORSA.

Em matéria de Solvência II foi adicionalmente efetuada a monitorização das ações/ projetos previstos no plano de implementação do Programa de Solvência II (*Roadmap*) previamente definido.

2.5 Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. vem propor, nos termos e para os efeitos previstos na alínea b) do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, que o resultado líquido do exercício de 2015, no montante positivo de 29 363 895,06 euros, tenha a seguinte aplicação:

- a) 10% do resultado do exercício no montante de 2 936 389,51 euros para Reserva Legal;
- b) O remanescente para Resultados Transitados.

2.6 Objetivos para 2016

O contexto económico em 2016 deverá apresentar-se positivo embora havendo ainda volatilidade nos mercados internacionais e incerteza em relação à real capacidade de recuperação de Portugal, que poderá por em causa o processo de ajustamento e reequilíbrio das contas públicas, com riscos e impactos para as famílias e empresas portuguesas.

O setor segurador continua, assim, num contexto desafiante em que se perspetivam várias mudanças que deverão trazer novas oportunidades para a Tranquilidade. O crescimento económico limitado impacta o potencial de crescimento de mercado a médio prazo, embora algumas linhas de negócio, sobretudo Saúde, tenham potencial elevado.

Adicionalmente, o contexto de baixas taxas de juro gera ainda maior pressão para a necessidade de reequilíbrio técnico em Acidentes de Trabalho, Saúde Grupo, mas também Automóvel, sendo de esperar um ambiente competitivo mais racional e não baseado meramente em reduções de tarifas.

A entrada em vigor de nova legislação, nomeadamente Solvência II e regras regulatórias cada vez mais exigentes, abre espaço à consolidação de mercado e trazem acionistas mais exigentes que tornam as seguradoras que permanecem em atividade cada vez mais profissionais e inovadoras, de forma a responderem aos desafios de mercado.

O ano de 2016 será um ano chave para a Tranquilidade lançar as bases para perseguir nos próximos anos oportunidades de crescimento combinando-as com os necessários esforços de melhoria de margem.

Os desafios estratégicos de 2016 são claros:

1. Continuar a desenvolver Parcerias de referência investindo nos seus canais de distribuição profissionais;
2. Continuar a melhorar a margem, através de uma capacidade técnica superior e custos operacionais controlados;
3. Reforçar a aposta no segmento de Particulares:
 - Aumentando o número de produtores regulares e as vendas de produtos com margem mais elevada: Multirisco Habitação, Saúde e Vida Risco;
 - Mantendo a retenção em Automóvel em níveis elevados, procurando ainda melhorá-la fora do período de renovação;
4. Gerir com equilíbrio o desenvolvimento dos segmentos Empresa:
 - Em Médias e Grandes Empresas assegurar a renovação rentável do negócio, e melhorar a atratividade e captação de novos Clientes, assim como o equipamento dos atuais através de parceiros de distribuição especialmente vocacionados para empresas;
 - No segmento de Negócios, manter a disciplina de preços em Automóvel e Acidentes de Trabalho.

O ano de 2016 será determinante ao nível da transformação de negócio. Estão em curso dois projetos estruturantes para a Companhia: o projeto C.S.T. e o da Visão 2020.

O projeto C.S.T. foca-se em iniciativas de mais curto prazo, que estão a ser já implementadas por equipas multidisciplinares. Têm impacto relevante no negócio e visam tornar rapidamente a Tranquilidade numa organização “Célere, Simples e Triunfante”, com enfoque na catalisação do crescimento rentável.

O projeto Visão 2020 está a traçar o plano estratégico da Tranquilidade para os próximos 5 anos. O grande objetivo é assegurar uma visão partilhada, comum e coesa das prioridades da Companhia que tenham um poder inspirador e, conseqüentemente, transformador e mobilizador sobre a Equipa, para os próximos anos.

Assim, com o apoio do seu novo acionista, a “Apollo”, com uma equipa de gestão decidida e empenhada e com colaboradores talentosos, enfocados e alinhados, a Tranquilidade continuará a orientar a sua ação para se manter uma referência no mercado ao nível da rentabilidade, do crescimento e do serviço.

2.7 Considerações Finais

No início de 2015, a estrutura acionista da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. alterou-se, levando à eleição de novos Órgãos Sociais, com a nomeação de novos membros do Conselho de Administração, novo Conselho Fiscal e novo Revisor Oficial de Contas.

Neste ano extremamente desafiante o Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento aos seus Clientes, Mediadores, Colaboradores e restantes Parceiros, pela sua contribuição para a mitigação dos impactos negativos na Sociedade e desenvolvimento da mesma.

A Tranquilidade reconhece também a colaboração que a Associação Portuguesa de Seguradores tem vindo a prestar à Companhia em vários domínios das suas áreas de competência e garantindo a defesa dos interesses do setor.

Um último agradecimento ao apoio da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões que contribuiu também e de forma decisiva, para que a Tranquilidade conseguisse ultrapassar com sucesso mais um ano importante da sua história.

Lisboa, 30 de março de 2016

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Gustavo Alexandre Pontes Teixeira de Mesquita Guimarães
(Presidente)

Alexander Wallace Humphreys
(Vogal)

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
(Vogal)

Gernot Wilhelm Friedrich Lohr
(Vogal)

Jan Adriaan de Pooter
(Vogal)

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
(Vogal)

Pedro Luís Francisco de Carvalho
(Vogal)

03

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO
E CONTAS
2015



TRANQUILIDADE

03 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações Financeiras - Balanço (Ativo) de 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(milhares de euros)

ATIVO	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2015			31 de Dezembro de 2014
		Valor Bruto	Imparidade, Depreciações/ Amortizações ou Ajustamentos	Valor Líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8	14 077		14 077	20 608
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	7	117 905	14 158	103 747	104 678
Ativos financeiros detidos para negociação					
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6	44 759		44 759	106
Derivados de cobertura					
Ativos disponíveis para venda	6	369 775	5 753	364 022	281 240
Empréstimos e Contas a Receber		46 125	36 750	9 375	16 289
Depósitos junto de empresas cedentes	6	2		2	1
Outros depósitos	6	1		1	4 952
Empréstimos concedidos	6	45 731	36 750	8 981	10 687
Contas a receber					
Outros	6	391		391	649
Investimentos a deter até à maturidade					
Terrenos e Edifícios		70 717	5 513	65 204	70 012
Terrenos e edifícios de uso próprio	9	29 566	5 513	24 053	24 400
Terrenos e edifícios de rendimento	9	41 151		41 151	45 612
Outros ativos tangíveis	10	46 714	43 422	3 292	4 090
Inventários	4 e 10	66		66	52
Goodwill	12	25 785	25 785		1 244
Outros ativos intangíveis	12	73 824	66 541	7 283	14 495
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido		52 643		52 643	57 825
Provisão para prémios não adquiridos	4	14 779		14 779	15 694
Provisão para sinistros	4	37 864		37 864	42 131
Provisão para participação nos resultados					
Provisão para compromissos de taxa					
Provisão para estabilização de carteira					
Outras provisões técnicas					
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo					
Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações		79 295	13 129	66 166	89 605
Contas a receber por operações de seguro direto	13	44 366	6 560	37 806	54 028
Contas a receber por outras operações de resseguro	13	17 509	237	17 272	14 598
Contas a receber por outras operações	13	17 420	6 332	11 088	20 979
Ativos por Impostos		9 738		9 738	6 037
Ativos por impostos correntes	24	753		753	587
Ativos por impostos diferidos	24	8 985		8 985	5 450
Acréscimos e diferimentos	13	1 323		1 323	1 282
Outros elementos do ativo					
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
Total Ativo		952 746	211 051	741 695	667 563

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Paulo Jorge Pinheiro Santos

O DIRETOR DE CONTABILIDADE
Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
Alexandre Miguel Varela Simões Lopes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Gustavo Alexandre Pontes Teixeira de Mesquita Guimarães
Alexander Wallace Humphreys
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
Gernot Wilhelm Friedrich Lohr
Jan Adriaan de Pooter
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
Pedro Luís Francisco de Carvalho

Balanço (Passivo e Capital Próprio) de 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(milhares de euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014
Passivo			
Provisões Técnicas		518 063	531 542
Provisão para prémios não adquiridos	4	76 450	77 501
Provisão para Sinistros	4	419 278	428 452
De vida			
De acidentes de trabalho	4	225 195	222 740
De outros ramos	4	194 083	205 712
Provisão para participação nos resultados	4	3	1 047
Provisão para compromissos de taxa			
Provisão para estabilização de carteira			
Provisão para desvios de sinistralidade	4	8 327	7 674
Provisão para riscos em curso	4	14 005	16 868
Outras provisões técnicas			
Outros Passivos Financeiros		745	559
Derivados de cobertura			
Passivos subordinados			
Depósitos recebidos de resseguradores	5	650	559
Outros	5 e 6	95	
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23	11 361	8 369
Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações		37 648	47 909
Contas a pagar por operações de seguro direto	13	14 888	21 742
Contas a pagar por outras operações de resseguro	13	14 427	16 962
Contas a pagar por outras operações	13	8 333	9 205
Passivos por Impostos		15 839	15 150
Passivos por impostos correntes	24	15 839	15 150
Passivos por impostos diferidos			
Acréscimos e diferimentos	13	20 303	21 852
Outras provisões	13	2 204	1 995
Outros passivos			
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda			
Total Passivo		606 163	627 376
Capital Próprio			
Capital	25	12 600	160 000
(Ações próprias)			
Outros instrumentos de capital	25	60 000	
Reservas de Reavaliação		-1 278	5 174
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	26	-1 278	5 174
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			
Por revalorização de ativos intangíveis			
Por revalorização de outros ativos tangíveis			
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa			
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira			
De diferenças de câmbio			
Reserva por impostos diferidos	26	405	-1 239
Outras reservas	26	34 441	31 759
Resultados transitados	35		32 758
Resultado líquido do exercício		29 364	-188 265
Total Capital Próprio		135 532	40 187
Total Passivo e Capital Próprio		741 695	667 563

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Paulo Jorge Pinheiro SantosO DIRETOR DE CONTABILIDADE
Pedro Manuel Borges Medalhas da SilvaO DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
Alexandre Miguel Varela Simões LopesO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Gustavo Alexandre Pontes Teixeira de Mesquita Guimarães
Alexander Wallace Humphreys
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
Gernot Wilhelm Friedrich Lohr
Jan Adriaan de Pooter
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
Pedro Luís Francisco de Carvalho

Contas de Ganhos e Perdas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014

(milhares de euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2015			31 de Dezembro de 2014
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro		277 535		277 535	277 844
Prémios brutos emitidos	14	327 584		327 584	331 013
Prémios de resseguro cedido	14	-50 105		-50 105	-56 131
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	4 e 14	971		971	3 279
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	4 e 14	-915		-915	-317
Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	4	195 153		195 153	197 818
Montantes pagos	4	198 347		198 347	210 033
Montantes brutos	4	222 952		222 952	229 824
Parte dos resseguradores	4	-24 605		-24 605	-19 791
Provisão para sinistros (variação)	4	-3 194		-3 194	-12 215
Montante bruto	4	-7 461		-7 461	-11 920
Parte dos resseguradores	4	4 267		4 267	-295
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4	-2 210		-2 210	-2 590
Participação nos resultados, líquida de resseguro	4	-1 044		-1 044	2
Custos e Gastos de Exploração Líquidos	21	93 693		93 693	94 450
Custos de aquisição		69 237		69 237	68 619
Custos de aquisição diferidos (variação)	4	-80		-80	539
Gastos administrativos		31 911		31 911	34 697
Comissões e participação nos resultados de resseguro		-7 375		-7 375	-9 405
Rendimentos	16	13 942	80	14 022	17 158
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		3 955	80	4 035	7 514
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros		9 987		9 987	9 644
Gastos Financeiros	16	1 575	16	1 591	1 618
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros		1 575	16	1 591	1 618
Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Não Valorizados ao Justo Valor Através Ganhos e Perdas	17 e 18	40 734	-1 000	39 734	-107 374
De ativos disponíveis para venda		3 820		3 820	-107 901
De empréstimos e contas a receber					
De investimentos a deter até à maturidade					527
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado					
De outros		36 914	-1 000	35 914	
Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através Ganhos e Perdas	17 e 18	-220	-42	-262	-157
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação					
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		-220	-42	-262	-157
Diferenças de câmbio	19	151	264	415	397
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	17 e 18	2 991		2 991	-1 387
Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)		-170	-10 644	-10 814	-78 429
De ativos disponíveis para venda	6	-170	-4 328	-4 498	-1 774
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado					-36 750
De investimentos a deter até à maturidade					
De outros	7, 12 e 13		-6 316	-6 316	-39 905
Outros rendimentos/ gastos técnicos, líquidos de resseguro	20	-2 509		-2 509	-1 383
Outras provisões (variação)					
Outros rendimentos/ gastos	20		-4 654	-4 654	-3 144
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas					
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial					
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda					
Resultado Líquido Antes de Impostos		45 287	-16 012	29 275	-187 773
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	24		-1 802	-1 802	-1 204
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	24		1 891	1 891	712
Resultado Líquido do Exercício		45 287	-15 923	29 364	-188 265
Resultado por ação (em euros)	27			0,70	-5,88

04

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

RELATÓRIO
E CONTAS
2015



TRANQUILIDADE

04

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

Demonstração do Rendimento Integral para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014

(milhares de euros)

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2015	2014
Resultado Líquido do Exercício	29 364	-188 265
Itens que Poderão Vir a Ser Reclassificados para a Demonstração de Resultados	-4 808	2 994
Variação de justo valor dos ativos disponíveis para venda	-6 452	4 649
Variação dos impostos correntes e diferidos	1 644	-1 655
Itens que Não Irão Ser Reclassificados para a Demonstração de Resultados	-1 811	-327
Variação de desvios atuariais reconhecidos nas reservas	-1 811	-327
Variação dos impostos correntes e diferidos	-	-
Outro Rendimento Integral do Exercício Depois de Impostos	-6 619	2 667
Total do Rendimento Integral do Exercício	22 745	-185 598

05

MAPA DE VARIACÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS

RELATÓRIO
E CONTAS
2015



TRANQUILIDADE

05

MAPA DE VARIAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS

Mapa de Variação de Capitais Próprios nos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014

(milhares de euros)

	Capital Social	Outros Instrumentos de Capital		Reservas de Reavaliação Por Ajustamentos no Justo Valor de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Reserva por Impostos Diferidos	Outras Reservas		Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
		Prestações Suplementares	Outros			Reserva Legal	Outras Reservas			
Balanço a 1 de Janeiro 2014	160 000	-	-	525	416	47 444	-17 259	30 639	19 020	240 785
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda				4 649						4 649
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos					-1 655					-1 655
Desvios atuariais reconhecidos nas reservas							-327			-327
Aumentos de reservas por aplicação de resultados						1 901		-1 901		-
Distribuição de lucros/ prejuízos								-15 000		-15 000
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas								19 020	-19 020	-
Total das Variações do Capital Próprio	-	-	-	4 649	-1 655	1 901	-327	2 119	-19 020	-12 333
Resultado líquido do exercício									-188 265	-188 265
Balanço a 31 de Dezembro 2014	160 000	-	-	5 174	-1 239	49 345	-17 586	32 758	-188 265	40 187
Aumento de capital	12 600	60 000								72 600
Redução capital/ cobertura de prejuízos	-160 000					-13 093	17 586	155 507		-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda				-6 452						-6 452
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos					1 644					1 644
Desvios atuariais reconhecidos nas reservas							-1 811			-1 811
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas								-188 265	188 265	-
Total das Variações do Capital Próprio	-147 400	60 000	-	-6 452	1 644	-13 093	15 775	-32 758	188 265	65 981
Resultado líquido do exercício									29 364	29 364
Balanço a 31 de Dezembro 2015	12 600	60 000	-	-1 278	405	36 252	-1 811	-	29 364	135 532

06
DEMONSTRAÇÃO
DE FLUXOS
DE CAIXA

RELATÓRIO
E CONTAS
2015



TRANQUILIDADE

06

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Demonstração de Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014

(milhares de euros)

	2015	2014
Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais	40 557	-167 789
Resultado líquido do exercício	29 364	-188 265
Depreciações e amortizações do exercício	12 911	6 262
Varição das provisões técnicas de seguro direto	-13 478	-13 622
Varição das provisões técnicas de resseguro cedido	5 182	-2 655
Varição de outras provisões	209	211
Varição de devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	23 438	4 425
Varição de outros ativos e passivos por impostos	-3 013	-2 480
Varição de outros ativos e passivos	-3 795	33 256
Varição de credores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	-10 261	-4 921
Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento	-119 688	197 519
Varição de investimentos	-132 494	186 090
Dividendos recebidos	7 877	8 083
Juros	218	9 607
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	-3 552	-10 047
Alienações de ativos tangíveis e intangíveis	393	299
Aquisição de imóveis	-	-
Alienações de terrenos e edifícios	7 870	3 487
Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamento	72 600	-15 000
Distribuição de dividendos	-	-15 000
Subscrição de capital	72 600	-
Varição Líquida em Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem	-6 531	14 730
Caixa e equivalentes no início do exercício	20 608	5 878
Caixa e equivalentes no fim do exercício	14 077	20 608

07
ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

RELATÓRIO
E CONTAS
2015



TRANQUILIDADE

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Anexo às Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015 e de 2014

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. (adiante designada por Tranquilidade ou Companhia) resultou da transformação em sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos da então empresa pública Tranquilidade Seguros, EP, a qual foi formada a partir da fusão da Companhia de Seguros Tranquilidade, da Companhia de Seguros A Nacional e da Companhia de Seguros Garantia Funchalense.

Após as duas fases de privatização, ocorridas em finais de 1989 e de 1990, a Companhia passou a ser detida maioritariamente pelo Grupo Espírito Santo. De referir que a Companhia procedeu ainda à fusão da ESIA - Inter-Atlântico Companhia de Seguros, à data de 30 de dezembro de 2004.

Em 15 de janeiro de 2015, a totalidade do capital acionista da Companhia foi adquirida pela Calm Eagle Holdings, S.à r.l., uma sociedade controlada pelos fundos de investimento afiliados da Apollo Global Management, LLC, tendo esta aquisição merecido a aprovação prévia da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

A Companhia tem sede social e local principal de negócios na Av. da Liberdade, nº 242, em Lisboa, estando registada com o NIPC 500940231 e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa. Exerce a atividade de seguros e resseguros em Portugal em todos os ramos técnicos Não Vida (com exceção do seguro de crédito), sob a supervisão da ASF e mediante a autorização nº 1037 e LEI: 549300CGCHTYQ1Z4V333.

Em volume de prémios diretos, os ramos técnicos de maior significado são o ramo Automóvel e o ramo de Acidentes e Doença.

Atualmente a Companhia opera através dos seus escritórios de Lisboa e Porto e de uma sucursal em Espanha. A rede de distribuição em Portugal está dividida em 21 zonas comerciais, que são suportadas por um total de 359 pontos físicos de venda que se distribuem geograficamente por todo o território continental e regiões autónomas. Por tipologia, a rede física é composta por 34 lojas próprias e por 325 Lojas de Parceiros com imagem da Tranquilidade, dos quais 176 são Exclusivos e 35 são pontos de venda partilhados com balcões do Novo Banco.

As Notas incluídas no presente Anexo respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, sendo de referir que os números que não são indicados, não têm aplicação por inexistência de valores ou situações a reportar, ou não são relevantes.

NOTA 2 - INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A Tranquilidade explora todos os ramos de seguros Não Vida, para os quais foi autorizada pela ASF e as suas políticas e regras de subscrição visam obter o máximo benefício da segmentação das tarifas dos vários produtos, sejam eles para particulares ou para empresas e utilizar todas as fontes de informação disponíveis para avaliação da qualidade dos riscos físico, financeiro e moral.

Os segmentos operacionais nos quais a Companhia dispõe de produtos e soluções de maior relevância ao dispor dos seus clientes são os referidos como segue:

(Segmento de relato - Negócio)

Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel
AT Empregados Domésticos	Tranquilidade Casa	Automóvel Ligeiros
AT Conta Própria	Tranquilidade Casa Prestígio	Automóvel Clássicos
AT Conta de Outrem	MR Estabelecimento MR Condomínio	Automóvel 2 Rodas

A análise das principais rubricas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014, segmentada pelas linhas de negócio mais relevantes é como segue:

(milhares de euros)

2015	Total Não Vida	Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros
Rubricas de Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos	327 584	60 977	65 688	127 166	73 753
Prémios de resseguro cedido	-50 105	-496	-26 390	-1 383	-21 836
Prémios brutos adquiridos	328 555	61 017	65 960	127 425	74 153
Resultado dos investimentos	55 853	5 340	10 137	30 637	9 739
Custos com sinistros brutos	215 491	51 315	27 451	95 503	41 222
Custos de exploração brutos	101 068	15 857	23 677	40 418	21 116
Resultado técnico	45 287	-1 024	16 310	18 565	11 436
Rubricas de Balanço					
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	552 614	246 920	61 312	185 399	58 983
Provisões técnicas	518 063	231 482	57 478	173 809	55 294

(milhares de euros)

2014	Total Não Vida	Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros
Rubricas de Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos	331 013	60 056	64 727	127 164	79 066
Prémios de resseguro cedido	-56 131	-1 736	-30 513	-1 387	-22 495
Prémios brutos adquiridos	334 292	60 042	66 190	129 992	78 068
Resultado dos investimentos	-5 976	10 459	-3 713	-9 584	-3 138
Custos com sinistros brutos	217 904	66 108	39 392	71 819	40 585
Custos de exploração brutos	103 855	15 556	24 334	41 988	21 977
Resultado técnico	-19 195	-9 832	-11 494	6 849	-4 718
Rubricas de Balanço					
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	406 330	175 917	52 590	133 594	44 229
Provisões técnicas	531 542	230 127	68 698	174 761	57 858

Adicionalmente, a Companhia tem atividade em Portugal e Espanha, sendo a análise das principais rubricas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 como segue:

(milhares de euros)

2015	Total	Portugal	Espanha
Rubricas de Ganhos e Perdas			
Prémios brutos emitidos	327 584	326 978	606
Prémios de resseguro cedido	-50 105	-50 053	-52
Prémios brutos adquiridos	328 555	327 926	629
Resultado dos investimentos	55 853	55 870	-17
Custos com sinistros brutos	215 491	215 237	254
Custos de exploração brutos	101 068	100 227	841
Resultado técnico	45 287	45 770	-483
Rubricas de Balanço			
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	552 614	552 043	571
Provisões técnicas	518 063	517 528	535

(milhares de euros)

2014	Total	Portugal	Espanha
Rubricas de Ganhos e Perdas			
Prémios brutos emitidos	331 013	330 341	672
Prémios de resseguro cedido	-56 131	-56 072	-59
Prémios brutos adquiridos	334 292	333 605	687
Resultado dos investimentos	-5 976	-5 964	-12
Custos com sinistros brutos	217 904	217 586	318
Custos de exploração brutos	103 855	102 968	887
Resultado técnico	-19 195	-18 578	-616
Rubricas de Balanço			
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	406 330	405 861	469
Provisões técnicas	531 542	530 929	613

NOTA 3 - BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras da Tranquilidade agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07"), emitido pela ASF e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de abril, e subsequentes alterações introduzidas pelas Normas n.º 20/2007-R, de 31 de dezembro, e n.º 22/2010-R, de 16 de dezembro, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros estabelecidas pela ASF.

O normativo consagrado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – "Contratos de Seguros", relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2015, a Tranquilidade adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2015. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 37. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a Tranquilidade ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 37.

As políticas contabilísticas abaixo descritas foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo, e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas e propriedades de investimento. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Nos termos das normas contabilísticas aplicáveis e da legislação em vigor, a Tranquilidade foi dispensada pela ASF de apresentar demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que é subsidiária da AP VIII Calm Eagle Holdings SCA, com sede no Luxemburgo, na Avenue J. F. Kennedy L-1855, 44, que apresentará demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras da Tranquilidade em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de março de 2016. Estas demonstrações financeiras estão pendentes de aprovação pela respetiva Assembleia Geral.

Principais Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos Adotados

Investimentos em subsidiárias e associadas

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pela Companhia. A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto).

Os investimentos em subsidiárias são valorizados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Companhia tem influência significativa mas não exerce controle sobre a sua política financeira e operacional.

Presume-se que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Companhia detenha, direta ou indiretamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que a Companhia não possui influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

Os investimentos em associadas são valorizados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas por imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contábilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior valor, entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Sempre que o valor dos passivos de uma subsidiária ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Companhia constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa subsidiária.

Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no início de cada transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao justo valor através de resultados, que inclui:
 - Os ativos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura;
 - Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nomeadamente quando:
 - Tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
 - Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*);
 - Tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.

- Ativos financeiros disponíveis para venda, que inclui:
 - Os ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
 - Os ativos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
 - Os ativos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.
- Empréstimos concedidos e contas a receber, onde são classificados os ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.
- Ativos financeiros a deter até à maturidade, que inclui ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros. Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Companhia a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e a Companhia ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria. Durante 2014, a Companhia procedeu à alienação de ativos desta categoria, não cumprindo com os requisitos definidos na IAS39 (“tainting”). Nesta base, até ao final do exercício de 2016 a Tranquilidade não poderá ter ativos classificados nesta categoria.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Os ativos financeiros a deter até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos classificados como ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração de ganhos e perdas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição, líquido de perdas por imparidade.

Transferências entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira ativos financeiros ao justo valor através de resultados para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros a deter até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeam às características de cada categoria.

Adicionalmente, as transferências de ativos financeiros reconhecidas na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Ativos financeiros a deter até à maturidade são permitidas, em determinadas circunstâncias específicas.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo do custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda por imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento do justo valor for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, casos em que o aumento do justo valor dos títulos é reconhecido por contrapartida de reservas.

Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash-flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos, e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são liquidados, cancelados ou extintos.

Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas

como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são capitalizados apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens:

Tipo de Ativos	Número de Anos
Imóveis de serviço próprio	40
Equipamento informático	3 a 6
Mobiliário e material	6 a 10
Instalações interiores	5 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Material de transporte	4
Outro equipamento	3 a 10

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda, e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Propriedades de investimento

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente

relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, normalmente 3 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede na sua maioria os 5 anos.

A Companhia efetuou em 2015 uma revisão criteriosa da sua política de capitalização de custos informáticos registados em ativos intangíveis, tendo chegado à conclusão, pela análise individual de cada projeto, que se tornava imperativo proceder a uma amortização extraordinária destes ativos, quer pela redefinição da sua vida útil à luz do seu contributo para os proveitos futuros, quer pela reavaliação da sua materialidade. O impacto desta revisão encontra-se expresso na Nota 12.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas.

Goodwill

O *goodwill* resultante da aquisição de um negócio é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor total ou proporcional dos ativos, passivos e passivos contingentes desse negócio, consoante a opção tomada.

Caso o *goodwill* apurado seja negativo este é registado diretamente em resultados do período em que a concentração de atividades ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no maior valor entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Nas locações operacionais os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo.

Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, a Companhia considera como “Caixa e seus equivalentes” o total da rubrica “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem”. Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efetiva.

No decurso da sua atividade, a Tranquilidade aceita e cede negócio. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar de empresas de seguro e de resseguro, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respetivos tratados de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com resseguro aceite, no âmbito dos contratos de seguro que pressupõem risco de seguro significativo, são tratados de forma idêntica aos contratos de seguro direto.

Benefícios aos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores.

Plano de benefício pós-reforma

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos nos Instrumentos de Regulamentação Coletivas de Trabalho (IRCT) aplicáveis.

Em conformidade com o Contrato Coletivo de Trabalho, publicado no BTE n.º 32 de 9 de agosto 2008, é concedida aos Colaboradores abrangidos por este contrato, admitidos no setor até 22 de junho de 1995, a possibilidade de acederem a uma prestação pecuniária complementar à reforma atribuída pela Segurança Social.

As responsabilidades da Companhia com às referidas prestações complementares às pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, individualmente para cada plano.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, alterações que se mantiveram no Acordo Coletivo de Trabalho publicado no BTE, n.º 4 de 29 de janeiro de 2015.

Das alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, são de salientar as seguintes: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixaram de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal paga em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

A responsabilidade líquida da Companhia relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade, de empresas de rating elevado, com maturidade semelhante à maturidade média das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/ custo de juros com o plano de pensões é calculado pela Companhia multiplicando o ativo/ responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/ custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento estimado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento estimado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por

contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral (Outras reservas).

A Companhia reconhece na sua demonstração de ganhos e perdas um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/ custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/ custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir a idade da reforma.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e de 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspetiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia tem um plano de contribuição definida contributivo para os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995, bem como para todos os trabalhadores que observem as condições definidas no novo Contrato Coletivo de Trabalho, efetuando contribuições anuais, tendo em atenção a remuneração individual de cada trabalhador.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Benefícios de saúde

Adicionalmente a Companhia concedeu um benefício de assistência médica aos colaboradores no ativo e aos pré-reformados até à idade da reforma. O cálculo e registo das obrigações da Companhia com benefícios de saúde atribuíveis aos pré-reformados até à idade de reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores, quando existentes, são contabilizadas como custo do exercício a que respeitam.

Responsabilidade por férias e subsídio de férias

Incluída na rubrica de Acréscimos e Diferimentos do passivo, corresponde a cerca de 2 meses de remunerações e respetivos encargos, baseada nos valores do respetivo exercício, e destina-se a reconhecer as

responsabilidades legais existentes no final de cada exercício perante os empregados pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar posteriormente.

Impostos sobre lucros

A Companhia está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e a Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2015 e 2014 corresponde a 22,5% e 24,5%, respetivamente, acrescida da respetiva Derrama Estadual, determinada nos termos da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1 500 000 euros e inferior a 7 500 000 euros, de 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7 500 000 euros e inferior a 35 000 000 euros, e de 7% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, bem como de ajustamentos de valor para efeitos de apuramento das valias tributáveis.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/ pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Provisões e passivos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As “Outras provisões” destinam-se a fazer face a contingências fiscais e outras resultantes da atividade da Companhia.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras a Companhia avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido, e também ao nível das outras contas a receber.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respetivos ativos é reduzido por contrapartida da demonstração de ganhos e perdas do exercício, sendo o custo refletido na rubrica “Perdas por imparidade (líquidas de reversão)”. Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar

e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pela ASF.

Reporte por segmentos operacionais

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

A Companhia controla a sua atividade através dos segmentos operacionais principais referidos na Nota 2.

Principais Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e os resultados das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentadas apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade para investimentos em subsidiárias e associadas

A Companhia avalia anualmente o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas por imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda,

sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo do custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, ou, na ausência de cotação, é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos, ou um período superior se estiver em causa a dedução de prejuízos fiscais, sendo nesse

caso aplicado um período idêntico ao limite temporal de dedução dos mesmos.

Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de desconto e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Provisões técnicas

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 4. Estes passivos refletem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas da Companhia, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

As provisões técnicas relativas aos produtos Acidentes e Doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos, nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas, incluindo uma margem de risco e incerteza.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (i) provisão para participação nos resultados, (ii) provisão para prémios não adquiridos, (iii) provisão para riscos em curso, (iv) teste de adequação das responsabilidades, (v) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respetivas.

Quando existem sinistros indemnizáveis ao abrigo dos contratos de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro. Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais.

As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados. A Companhia regista provisões para sinistros do ramo Não Vida para cobrir os pagamentos a efetuar considerando a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência e custo da sinistralidade e outros fatores.

As variáveis utilizadas na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ ou externos, nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o momento em que este evento é reportado à Companhia. As provisões são revistas regularmente, através de um processo contínuo, à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Face ao exposto e tendo em conta a natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

No entanto, a Tranquilidade considera que os passivos por contratos de seguros refletidos nas demonstrações financeiras refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pela Companhia.

NOTA 4 - NATUREZA E EXTENSÃO DAS RUBRICAS E DOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO E ATIVOS DE RESSEGURO

Prestação de informação que permita identificar e explicar as quantias indicadas nas Demonstrações Financeiras resultantes de Contratos de Seguro

Políticas contabilísticas adotadas relativamente a contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afetar adversamente.

A mensuração dos contratos de seguro é feita de acordo com os princípios seguintes:

Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro direto e de resseguro aceite e os prémios de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos na rubrica "Prémios adquiridos líquidos de resseguro", da demonstração de ganhos e perdas, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

A análise quantitativa dos prémios de seguro direto, resseguro aceite e de resseguro cedido é abordada na Nota 14.

Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere.

A Companhia, de acordo com a Norma n.º 19/94-R e 3/96-R da ASF, calculou esta provisão recibo a recibo, mediante a aplicação do método pro-rata temporis aos respetivos prémios brutos emitidos relativos a contratos em vigor.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos correspondentes, sendo reconhecidos como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com a Norma n.º 19/94-R e 3/96-R da ASF, os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico estão limitados a 20% da respetiva provisão para prémios não adquiridos.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor estimado, não descontado, das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo a responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR), e aos custos diretos e indiretos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, na informação disponível e na aplicação de métodos atuariais.

Para a determinação desta provisão é efetuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data. Nos ramos de Acidentes de Trabalho na parte não relativa a pensões e Automóvel, aplica-se o método do custo médio. É também calculada pelo método do custo médio a provisão para custos de gestão de sinistros.

Com exceção dos ramos Automóvel, Doença e Responsabilidade Civil, para o IBNR, aplica-se uma taxa genérica de 6%, ao valor dos custos com sinistros do exercício relativos a sinistros declarados, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros participados após o fecho do exercício. Para os ramos Automóvel, Doença e Responsabilidade Civil, foram feitas estimativas atuariais, baseadas em triangulações de valores pagos, tendo em conta as características específicas de cada ramo.

Efetua-se ainda uma Provisão Matemática no ramo de Acidentes de Trabalho, para sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2015 que envolvam pagamentos de pensões já homologadas pelo Tribunal do Trabalho ou com acordo de conciliação já realizado, e também a estimativa das responsabilidades com pensões de sinistros registados até 31 de dezembro de 2015 e que se encontram pendentes de acordo final ou sentença.

As Provisões Matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas utilizando pressupostos atuariais por referência a métodos atuariais reconhecidos e legislação laboral vigente.

Adicionalmente, considera-se ainda uma Provisão Matemática para fazer face às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados em tratamento em 31 de dezembro de 2015 ou de sinistros já ocorridos e ainda não participados.

A provisão para sinistros não é descontada, exceto as pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, procedendo assim a Companhia à avaliação da adequação das responsabilidades tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros, descontados a taxas de juro adequadas. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados da Companhia quando determinada.

Provisão matemática

As provisões matemáticas têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro emitidos e são calculadas, com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Para as Pensões Não Remíveis (incluindo pagamentos futuros para o FAT) aplica-se a tábua de mortalidade TD 88/90 para homens e TV 88/90 para mulheres (2014: TV 73/77 para homens e mulheres), com uma taxa de juro de 4,0% (2014: 3,4%) e encargos de gestão de 2,0% (2014: 1,5%), e para as Pensões Remíveis a tábua de mortalidade TD 88/90 com uma taxa de juro de 5,25% (2014: 5,25%) e encargos de gestão de 0% (2014: 0%).

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e outros encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras.

De acordo com o estipulado pela ASF, o montante da provisão para riscos em curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a uma eventual sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações ao longo do tempo, e é constituída para os seguros de Cauções, Risco Atómico e Risco de Fenómenos Sísmicos.

Para os seguros de Cauções e Risco Atómico esta provisão é constituída quando o resultado técnico destes ramos for positivo. Esta provisão é calculada com base em taxas específicas estabelecidas pela ASF aplicadas ao resultado técnico.

Para o Risco Fenómenos Sísmicos, é calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos.

Provisões de resseguro cedido

As provisões de resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como as restantes disposições dos tratados em vigor. Relativamente à Provisão para Sinistros, consoante o resseguro provenha do seguro direto ou do resseguro aceite, é calculada em conformidade com o previsto no normativo em vigor.

Variações de provisões técnicas de seguro direto e de resseguro

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro direto e resseguro aceite refletida no passivo, líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD), é analisada como segue:

(milhares de euros)

Balanço	2015			2014		
	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida
Ramos/ Grupos de Ramos						
Acidentes e doença	12 750	2 456	10 294	12 923	2 252	10 671
Incêndio e outros danos	24 360	4 799	19 561	24 535	4 860	19 675
Automóvel	47 508	9 500	38 008	46 664	9 551	37 113
Marítimo, aéreo e transportes	1 514	298	1 216	1 822	346	1 476
Responsabilidade civil geral	3 186	632	2 554	2 995	663	2 332
Crédito e caução	22	4	18	27	5	22
Proteção jurídica	5	1	4	5	1	4
Assistência	5 258	1 052	4 206	4 906	975	3 931
Diversos	737	148	589	792	157	635
Aquisição carteira AMA	-	-	-	1 642	-	1 642
Total	95 340	18 890	76 450	96 311	18 810	77 501

A variação da provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro direto e resseguro aceite é refletida na conta de ganhos e perdas pelo seu valor bruto dentro do grupo de prémios adquiridos e o valor de custos de aquisição diferidos (CAD) no grupo de custos e gastos de exploração, e pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

Ganhos e Perdas	2015			2014		
	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida
Ramos/ Grupos de Ramos						
Acidentes e doença	-173	204	-377	742	-62	804
Incêndio e outros danos	-175	-61	-114	-1 463	-247	-1 216
Automóvel	844	-51	895	-2 828	-346	-2 482
Marítimo, aéreo e transportes	-308	-48	-260	-161	-40	-121
Responsabilidade civil geral	191	-31	222	-132	49	-181
Crédito e caução	-5	-1	-4	-10	-2	-8
Proteção jurídica	-	-	-	-1	-	-1
Assistência	352	77	275	641	122	519
Diversos	-55	-9	-46	-67	-13	-54
Aquisição Carteira AMA	-1 642	-	-1 642	-	-	-
Total	-971	80	-1 051	-3 279	-539	-2 740

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2015	2014	2015	2014
Acidentes e doença	177	799	-622	65
Incêndio e outros danos	6 703	7 013	-310	-973
Automóvel	2	-	2	-9
Marítimo, aéreo e transportes	737	1 083	-346	-86
Responsabilidade civil geral	403	424	-21	129
Crédito e caução	5	5	-	-3
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	6 112	5 670	442	616
Diversos	640	700	-60	-56
Total	14 779	15 694	-915	-317

A provisão para sinistros de seguro direto e resseguro aceite refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2015	2014	2015	2014
Acidentes de trabalho	225 195	222 740	3 143	20 676
Acidentes pessoais e doença	8 753	9 746	-665	-354
Incêndio e outros danos	29 463	38 730	-9 278	3 722
Automóvel	127 102	129 272	-1 461	-32 898
Marítimo, aéreo e transportes	3 362	5 892	-2 518	-775
Responsabilidade civil geral	23 253	18 937	4 379	-2 420
Crédito e caução	22	15	-	3
Proteção jurídica	18	9	9	-19
Assistência	1	4	-3	-
Diversos	2 109	3 107	-1 067	145
Total	419 278	428 452	-7 461	-11 920

No saldo da provisão para sinistros de Acidentes de Trabalho está incluído o montante de 165 062 milhares de euros (2014: 162 586 milhares de euros) referente à provisão matemática para Acidentes de Trabalho. Neste saldo da provisão matemática está incluído o resultado obtido pelo teste de adequação de responsabilidades, que em 2015 e 2014 foi nulo, e uma provisão para as contribuições para o Fundo de Acidentes de Trabalho no montante de 10 520 milhares de euros (2014: 10 100 milhares de euros).

A Companhia procedeu à alteração dos pressupostos atuariais utilizados no cálculo das provisões matemáticas do ramo Acidentes de Trabalho e do respetivo teste de adequação com referência a 31 de dezembro de 2015. Neste contexto, (i) a taxa de desconto utilizada no cálculo destas provisões foi alterada de 3,2% para 4% (3,44% em 31 de dezembro de 2014), (ii) a tábua de mortalidade TV 73/77 foi substituída pelas tábuas de mortalidade TD 88/90, para a população masculina, e TV 88/90, para a população feminina, e (iii) a taxa de despesas foi alterada de 1,5% para 2%. O efeito destas alterações resultou numa redução das provisões matemáticas do ramo acidentes de trabalho registadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2015 e num aumento dos resultados do exercício

no montante de 13 500 milhares de euros (10 535 milhares de euros após considerado o respetivo efeito fiscal).

O saldo da provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 22 574 milhares de euros (2014: 20 072 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2015 e ainda não reportados (IBNR). Inclui ainda uma estimativa no montante de 11 743 milhares de euros (2014: 21 121 milhares de euros) para encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados.

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Provisão para Sinistros em 31.12.2014 (1)	Sinistros* Pagos em 2015 (2)	Provisão para Sinistros* em 31.12.2015 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Acidentes e doença	232 486	34 124	195 058	-3 304
Incêndio e outros danos	38 730	15 257	17 000	-6 473
Automóvel				
- Responsabilidade civil	109 603	29 969	75 685	-3 949
- Outras coberturas	19 669	8 956	7 233	-3 480
Marítimo, aéreo e transportes	5 892	2 095	1 542	-2 255
Responsabilidade civil geral	18 937	4 319	20 385	5 767
Crédito e caução	15	134	16	135
Proteção jurídica	9	10	6	7
Assistência	4	1	1	-2
Diversos	3 107	1 416	560	-1 131
Total	428 452	96 281	317 486	-14 685

* Sinistros ocorridos no ano 2014 e anteriores.

No grupo de ramos Acidentes e Doença, os ajustamentos do ramo Acidentes de Trabalho devem-se principalmente à redução das provisões matemáticas resultante das alterações de pressupostos utilizados no seu cálculo referidos acima. De referir ainda o facto de os ajustamentos não considerarem os rendimentos financeiros afetos às Provisões Matemáticas.

Nos grupos de ramos Incêndio e Outros Danos e Automóvel, os reajustamentos devem-se sobretudo a uma maior eficiência na regularização dos sinistros permitindo uma redução sustentada dos custos com sinistros e a reavaliação das provisões necessárias para os anos anteriores.

Os outros reajustamentos resultam da gestão corrente da função gestão de sinistros, não sendo significativos face ao montante global da provisão para sinistros constituída.

A provisão para sinistros de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2015	2014	2015	2014
Acidentes de trabalho	5 401	5 586	-185	1 845
Acidentes pessoais e doença	103	85	18	-83
Incêndio e outros danos	14 180	20 003	-5 823	3 785
Automóvel	7 457	8 642	-1 185	-2 434
Marítimo, aéreo e transportes	1 165	1 997	-832	-1 072
Responsabilidade civil geral	7 909	3 534	4 375	-1 392
Crédito e caução	4	4	-	-8
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	3	6	-3	6
Diversos	1 642	2 274	-632	-352
Total	37 864	42 131	-4 267	295

O saldo da provisão para sinistros de resseguro cedido inclui uma provisão estimada no montante de 1 336 milhares de euros (2014: 2 732 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2015 e ainda não reportados (IBNR).

A discriminação dos custos com sinistros do exercício de 2015 é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Montantes Pagos - Prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros
				(4) = (1) + (2) + (3)
Acidentes e doença	75 778	3 208	2 491	81 477
Incêndio e outros danos	35 024	1 449	-9 220	27 253
Automóvel	-	-	-	-
- Responsabilidade civil	55 882	4 104	-1 548	58 438
- Outras coberturas	31 857	1 745	1 398	35 000
Marítimo, aéreo e transportes	2 893	143	-2 612	424
Responsabilidade civil geral	4 815	410	4 378	9 603
Crédito e caução	133	1	-	134
Proteção jurídica	14	4	9	27
Assistência	-	-	-3	-3
Diversos	1 738	7	-1 066	679
Total	208 134	11 071	-6 173	213 032
Resseguro aceite	3 747	-	-1 288	2 459
Total Geral	211 881	11 071	-7 461	215 491

A discriminação dos custos com sinistros do exercício de 2014 é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Montantes Pagos - Prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros
				(4) = (1) + (2) + (3)
Acidentes e doença	78 412	2 530	20 309	101 251
Incêndio e outros danos	33 823	1 704	3 553	39 080
Automóvel	-	-	-	-
- Responsabilidade civil	64 193	3 372	-26 240	41 325
- Outras coberturas	31 349	1 544	-6 160	26 733
Marítimo, aéreo e transportes	2 069	124	-770	1 423
Responsabilidade civil geral	4 365	386	-2 405	2 346
Crédito e caução	1	1	3	5
Proteção jurídica	17	5	-20	2
Assistência	-	-	-	-
Diversos	1 009	10	145	1 164
Total	215 238	9 676	-11 585	213 329
Resseguro aceite	4 910	-	-335	4 575
Total Geral	220 148	9 676	-11 920	217 904

A provisão para participação nos resultados refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2015	2014	2015	2014
Acidentes e doença	3	1 047	-1 044	2
Incêndio e outros danos	-	-	-	-
Automóvel	-	-	-	-
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	3	1 047	-1 044	2

Durante o ano de 2015 registou-se uma redução significativa da provisão para participação nos resultados devido à anulação da responsabilidade relativa a um contrato antigo do ramo Acidentes e Doença, tendo em atenção a caducidade da responsabilidade associada.

A provisão para desvios de sinistralidade refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2015	2014	2015	2014
Acidentes e doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	7 672	7 024	648	635
Automóvel	-	-	-	-
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	568	569	(1)	9
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	87	81	6	8
Total	8 327	7 674	653	652

A provisão para riscos em curso refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2015	2014	2015	2014
Acidentes e doença	3 840	5 582	-1 742	-346
Incêndio e outros danos	782	3 269	-2 487	-1 092
Automóvel	8 699	7 274	1 425	-1 512
Marítimo, aéreo e transportes	68	192	-124	79
Responsabilidade civil geral	-	36	-36	36
Crédito e caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-1
Assistência	510	424	86	-307
Diversos	106	91	15	-99
Total	14 005	16 868	-2 863	-3 242

Os valores de outras provisões técnicas líquidas de resseguro expressas na conta de ganhos e perdas correspondem à soma da variação expressa acima nos quadros de provisão para desvios de sinistralidade de seguro direto e de provisão para riscos em curso de seguro direto.

Natureza e Extensão dos Riscos Específicos de Seguros

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. Nos seguros do ramo Não Vida, o risco pode ser subdividido em Risco de Prémios, Risco de Reservas e Risco Catastrófico.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos no relatório de política de risco.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de Competências definida formalmente para os diferentes processos;
- Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários, que emitem pareceres técnicos e que procedem à emissão das apólices;
- Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respetivo perfil de utilizador;
- Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- Procedimentos de conferências casuísticas, relatórios de exceção e auditorias;
- Política de recrutamento e formação adequada às responsabilidades e complexidade técnica das diferentes funções.

O nível de provisões é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros sobre as quais são efetuadas análises regulares sobre a suficiência das mesmas, estando inclusive implementados modelos de avaliação com recurso a modelos estocásticos.

Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes de exploração. No entanto, devido ao facto da constituição das provisões para sinistros ser um processo necessariamente incerto, não pode haver garantias de que as perdas efetivas não sejam superiores às estimadas, estando este risco coberto pelo capital suplementar de solvência.

A evolução da provisão para sinistros de seguro direto com custos de gestão, bruto de resseguro e líquido de reembolsos brutos de provisão para cobranças duvidosas, excluindo provisões matemáticas do ramo Acidentes de Trabalho, comparando os custos efetivos com estimativas anteriores (valores sem sucursal de Espanha) é como segue:

(milhares de euros)

Acidentes de Trabalho	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Provisão para Sinistros com custos de gestão, bruto de resseguro e líquido de reembolsos brutos de provisão para cobranças duvidosas	43 393	44 434	47 413	45 758	43 301	50 907	52 647	56 169	61 590	55 977	56 644
Pagamentos acumulados											
Um ano depois	10 570	9 351	13 630	12 372	9 080	12 675	12 721	12 640	12 329	12 617	
Dois anos depois	14 539	12 331	16 930	14 150	12 504	16 592	17 169	16 872	16 273		
Três anos depois	16 044	13 722	17 593	16 490	14 901	19 402	19 824	19 510			
Quatro anos depois	16 962	14 012	19 413	18 479	16 887	21 505	21 963				
Cinco anos depois	17 200	15 461	20 924	20 170	18 864	23 288					
Seis anos depois	18 493	16 691	22 212	21 971	20 362						
Sete anos depois	19 649	17 840	23 812	23 295							
Oito anos depois	20 704	19 083	24 987								
Nove anos depois	21 866	20 212									
Dez anos depois	22 932										
Estimativa final de custos com sinistros											
Um ano depois	39 259	39 667	43 942	43 097	38 979	53 835	52 806	56 171	51 355	56 848	
Dois anos depois	37 996	33 952	41 446	39 898	46 916	52 245	52 324	52 446	54 837		
Três anos depois	34 017	32 220	39 418	48 761	45 908	51 349	52 673	54 982			
Quatro anos depois	32 710	30 646	48 827	48 139	45 358	51 687	54 804				
Cinco anos depois	31 367	40 226	48 361	47 363	46 460	53 474					
Seis anos depois	41 021	39 811	46 609	47 474	48 482						
Sete anos depois	40 687	36 093	47 272	49 586							
Oito anos depois	38 303	40 778	49 742								
Nove anos depois	42 091	43 518									
Dez anos depois	44 642										
Excedente/ (défice) acumulado	- 1 248	916	- 2 329	- 3 828	- 5 181	- 2 567	- 2 158	1 187	6 753	- 871	

(milhares de euros)

Automóvel	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Provisão para Sinistros com custos de gestão, bruto de resseguro e líquido de reembolsos brutos de provisão para cobranças duvidosas	254 748	264 973	279 975	278 105	269 066	238 560	219 666	190 217	153 348	121 634	121 491
Pagamentos acumulados											
Um ano depois	68 630	67 736	61 140	53 349	53 751	50 422	42 308	44 398	44 820	36 983	
Dois anos depois	110 269	101 565	88 715	79 405	75 362	68 067	63 427	67 703	60 036		
Três anos depois	138 113	124 105	109 817	96 379	88 887	85 067	82 932	79 507			
Quatro anos depois	157 116	142 199	123 332	107 636	102 791	102 157	91 147				
Cinco anos depois	172 228	154 172	132 420	119 104	116 772	108 589					
Seis anos depois	184 044	161 706	142 251	131 106	122 079						
Sete anos depois	190 589	169 939	151 482	135 593							
Oito anos depois	197 389	178 560	154 625								
Nove anos depois	205 221	181 248									
Dez anos depois	207 438										
Estimativa final de custos com sinistros											
Um ano depois	254 759	265 797	262 539	259 034	232 613	214 562	182 566	153 378	123 970	117 001	
Dois anos depois	256 700	257 010	248 407	223 808	204 873	177 780	148 040	130 470	119 682		
Três anos depois	259 497	249 613	218 134	201 994	176 071	153 258	133 529	127 219			
Quatro anos depois	259 349	224 819	206 466	180 609	160 023	142 965	130 668				
Cinco anos depois	241 306	219 120	189 726	167 939	150 909	140 459					
Seis anos depois	236 466	205 920	180 774	159 658	148 947						
Sete anos depois	225 291	202 275	175 489	157 877							
Oito anos depois	224 848	197 192	173 973								
Nove anos depois	220 095	195 992									
Dez anos depois	218 915										
Excedente/ (défice) acumulado	35 833	68 981	106 002	120 227	120 118	98 101	88 998	62 999	33 667	4 633	

(milhares de euros)

Outros Ramos	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Provisão para Sinistros com custos de gestão, bruto de resseguro e líquido de reembolsos brutos de provisão para cobranças duvidosas	65 658	65 607	67 009	72 410	78 500	82 529	77 416	87 757	79 047	75 071	65 929
Pagamentos acumulados											
Um ano depois	26 304	23 009	24 008	28 986	32 217	32 516	29 167	29 502	26 637	29 740	
Dois anos depois	32 819	31 413	30 280	34 710	38 676	38 945	33 589	35 095	33 682		
Três anos depois	37 842	33 678	33 545	37 198	42 363	41 102	36 674	38 924			
Quatro anos depois	39 501	35 897	35 011	38 929	43 763	43 304	38 679				
Cinco anos depois	41 425	36 938	36 220	39 714	44 877	44 756					
Seis anos depois	42 225	37 857	36 834	40 656	46 015						
Sete anos depois	42 990	38 352	37 515	41 680							
Oito anos depois	43 398	39 012	38 483								
Nove anos depois	44 007	39 696									
Dez anos depois	44 639										
Estimativa final de custos com sinistros											
Um ano depois	60 388	60 985	60 079	67 440	76 136	73 507	71 077	69 453	68 628	72 143	
Dois anos depois	61 451	57 176	59 523	66 105	70 670	72 137	63 878	63 270	58 341		
Três anos depois	60 704	56 598	58 503	63 591	67 372	66 021	57 822	56 869			
Quatro anos depois	60 012	56 067	56 349	59 701	62 243	59 153	51 891				
Cinco anos depois	59 124	53 781	52 177	55 013	56 469	54 480					
Seis anos depois	56 897	49 872	47 929	49 714	53 338						
Sete anos depois	53 358	45 704	43 311	47 589							
Oito anos depois	49 741	41 590	42 101								
Nove anos depois	46 018	42 659									
Dez anos depois	47 199										
Excedente/ (défice) acumulado	18 460	22 947	24 908	24 822	25 162	28 050	25 525	30 888	20 706	2 927	

A Tranquilidade pratica uma política de resseguro cedido baseada em tratados proporcionais e não proporcionais, com o objetivo de reduzir o impacto de riscos de ponta, de catástrofes e de concentração. O programa de resseguro em 2015 foi constituído por tratados proporcionais (Quota-parte e Excedente) e por tratados não proporcionais (Excesso de Perdas, Cobertura Catastrófica e Stop Loss), conforme quadro seguinte:

Ramo	Tipo de Resseguro
Acidentes de trabalho	Excesso de perdas (XL)
Acidentes pessoais	Excesso de perdas (XL)
Acidentes pessoais (proteção ao crédito)	Quota parte
Assistência	Quota parte
Automóvel (danos próprios)	Excesso de perdas (XL)
Automóvel (responsabilidade civil)	Excesso de perdas (XL)
Cauções	Quota parte
Cauções (fidelidade)	Quota parte
Engenharia	Proporcional
Incêndio (condomínio)	Proporcional
Incêndio (riscos simples)	Proporcional
Incêndio e outros danos (agregada)	Excesso de perdas (XL)
Incêndio e outros danos (catástrofes naturais - sub-layer)	Excesso de perdas (XL)
Incêndio e outros danos (catástrofes naturais)	Excesso de perdas (XL)
Incêndio e perda de lucros (estabelecimento e riscos industriais)	Proporcional
Marítimo (carga e cascos)	Excesso de perdas (XL)
Marítimo (carga)	Proporcional
Marítimo (cascos-frotas)	Proporcional
Marítimo (cascos)	Proporcional
Responsabilidade civil administradores (artº 396)	Quota parte
Responsabilidade civil ambiental	Quota parte
Responsabilidade civil d&o	Quota parte (Facultativo)
Responsabilidade civil geral	Excesso de perdas (XL)
Responsabilidade civil profissionais de saúde	Quota parte
Saúde (despesas médicas específicas)	Excesso de perdas (XL)
Saúde (despesas médicas)	Excesso de perdas (XL)
Saúde (doenças graves)	Quota parte

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2015	2014
Custos com sinistros	Aumento de 5% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	-15 548	-16 286
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	-13 612	-12 807
Longevidade	Descida de 10% na mortalidade dos atuais pensionistas de acidentes de trabalho	-2 548	-2 710

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

O risco de longevidade cobre a incerteza das perdas efetivas resultantes das pessoas seguras viverem mais anos que o esperado e pode ser mais relevante, por exemplo, nas pensões matemáticas do ramo Acidentes de Trabalho.

O risco de longevidade é gerido através do preço, da política de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os preços e constituir as provisões em conformidade. Quando se conclui que a longevidade está acima do assumido nas tabelas de mortalidade, são criadas provisões suplementares e as tabelas são atualizadas.

Natureza e Extensão do Risco de Mercado, Risco de Crédito, Risco de Liquidez e Risco Operacional

Risco de mercado

O risco de mercado está normalmente associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira da Companhia e resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, estando também fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre ativos e passivos.

Neste, incluem-se ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados, bem como o risco cambial, o risco de ações, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de *spread* e o risco de concentração.

A gestão do risco de mercado é integrada no âmbito da Política de Investimentos, nas regras de afetação de ativos por classe e tipo de emitente, através da estrutura do Comité Financeiro. As políticas de investimento adotadas pela Tranquilidade, devidamente formalizadas em documento próprio, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Com a introdução do Comité de Gestão de Risco Global foram criados grupos de trabalho de riscos económicos e financeiros que têm como principais atribuições:

- Orientar a introdução de modelos de gestão de risco integrados, bem como modelos de capital económico, aprovados pelo Conselho de Administração;
- Validar, numa perspetiva técnica, a modelação dos riscos técnicos e dos riscos financeiros, a serem elaborados pela Direção de Risco Global e aprovados pelo Conselho de Administração;
- Desenvolver indicadores de tolerância com base nos modelos e monitorizar as variações dos indicadores;
- Desenvolver mecanismos de controlo de riscos considerando o apetite ao risco e as respetivas tolerâncias definidos pelo Conselho de Administração;
- Definir estratégias integradas de mitigação de risco, numa lógica de adequação de ativos e passivos para análise em sede de Comité de Gestão de Risco Global.

O Comité de Gestão de Risco Global tem como principais responsabilidades, analisar e verificar a conformidade das decisões tomadas pela Companhia com a estratégia e as políticas estabelecidas para a gestão do risco, sistema de controlo interno e *compliance*. Neste âmbito são também monitorizados os diversos riscos a que a Companhia se encontra sujeita e propostos planos de ação para mitigação dos mesmos ao Conselho de Administração, quando tal se justificar.

Para este efeito, importa ainda salientar que a Política de Investimentos em vigor na Companhia é proposta pelo Comité Financeiro, em articulação com os limites definidos no Comité de Gestão de Risco Global e aprovada pelo Conselho de Administração, existindo desta forma uma efetiva segregação de competências nesta matéria.

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro. A exposição a este risco é residual, por força do reduzido valor de ativos em moeda estrangeira e da existência de um mecanismo de cobertura que mitiga grande parte desse mesmo valor. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

(milhares de euros)

Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
	2015	2014
Desvalorização de 10% no valor de todas as moedas estrangeiras face ao euro	-2 062	-1 053

Risco de ações

O risco de ações decorre da volatilidade dos preços de mercado das ações e pretende medir apenas o risco sistemático, dado que o não sistemático é considerado no risco de concentração.

Encontram-se expostos a este risco os títulos bolsistas detidos pela Companhia – bem como os fundos de investimento total ou parcialmente compostos por estes títulos – e as participações da Companhia em outras empresas. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

(milhares de euros)

Cenários	Impacto no Resultado e nas Reservas de Justo Valor Antes de Imposto	
	2015	2014
Descida de 10% nos valores de mercado bolsistas	-16 456	-15 657

Risco imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

(milhares de euros)

Cenários	Impacto no Resultado e nas Reservas de Justo Valor Antes de Imposto	
	2015	2014
Descida de 10% no valor dos imóveis e fundos imobiliários	-13 461	-14 510

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro verifica-se em relação a todos os ativos e passivos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Em termos de exposição ao risco, no que diz respeito aos ativos encontra-se sobretudo nas obrigações. Os passivos estão expostos através das pensões não obrigatoriamente remíveis de Acidentes de Trabalho.

O cenário de subida de taxas é o cenário que implica perda de valor para a Companhia:

(milhares de euros)

Cenários	Impacto nas Reservas de Justo Valor Antes de Imposto	
	2015	2014
Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - efeito nos ativos	21 209	9 114
Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - efeito nos ativos	-18 020	-8 459

Risco de spread

O risco de spread reflete a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são sobretudo obrigações *corporate*.

(milhares de euros)

Rating	2015		2014	
	%	Valor	%	Valor
AAA	2%	6 446	6%	10 324
AA	6%	19 270	13%	20 785
A	31%	91 683	28%	46 505
BBB	46%	135 893	28%	46 335
BB	10%	29 786	21%	34 685
B	2%	6 179	0%	717
CC	0%	-	0%	146
Unrated	3%	8 211	4%	5 932
Total	100%	297 468	100%	165 429

Estes valores não incluem depósitos por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à volatilidade adicional existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou totais pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por setores de atividade é analisada como segue:

(milhares de euros)

Setor de Atividade	2015			2014		
	%	Valor Bruto	Imparidade	%	Valor Bruto	Imparidade
Recursos básicos	2%	7 714	-25	2%	8 504	-25
Comunicações	1%	5 771	-470	1%	4 308	-470
Bens consumíveis (cíclico)	3%	14 403	-	6%	23 468	-
Bens consumíveis (não-cíclico)	5%	25 276	-202	9%	31 871	-180
Energia	1%	7 381	-	1%	4 221	-
Financeiro	58%	298 346	-55 239	58%	216 251	-50 911
Fundos mobiliários	3%	13 560	-	4%	13 628	-1 443
Dívida pública	18%	90 633	-	10%	37 682	-
Industrial	4%	18 632	-	2%	8 682	-
Medicina	0%	1 000	-	1%	2 031	-
Tecnologia	1%	2 776	-	1%	4 471	-
Serviços públicos/ coletivos	5%	26 378	-	3%	11 641	-
Outros	0%	1 686	-	1%	3 013	-
Total	100%	513 556	-55 936	100%	369 771	-53 029

Os valores englobam as rubricas de Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, Ativos financeiros detidos para negociação, Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, Ativos disponíveis para venda e os suprimentos e prestações acessórias da rubrica de Empréstimos concedidos. Da rubrica Ativos disponíveis para venda são excluídos os fundos de investimento imobiliário por razões de coerência com a não inclusão também nesta análise dos investimentos em Terrenos e edifícios.

Estes valores não incluem depósitos por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam.

Importa salientar que para efeitos de mitigação deste risco, a Companhia elabora um plano de tesouraria em base mensal, ajustado semanalmente às suas necessidades/ excedentes de capital.

A análise de maturidade dos ativos e passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é como segue:

(milhares de euros)

2015						Sem Maturidade	Total
	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	> 5 Anos		
Ativos financeiros	14 471	51 704	34 611	71 253	211 950	218 157	602 146
Passivos financeiros	-	27 913	8 448	2 032	-	-	38 393
Líquido	14 471	23 791	26 163	69 221	211 950	218 157	563 753

(milhares de euros)

2014	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	> 5 Anos	Sem Maturidade	Total
Ativos financeiros	27 921	76 524	14 571	62 257	108 248	223 005	512 526
Passivos financeiros	-	30 548	15 982	1 938	-	-	48 468
Líquido	27 921	45 976	-1 411	60 319	108 248	223 005	464 058

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro ou derivados, montantes a receber provenientes de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido considerados no risco de *spread*.

Como procedimento de controlo é sistematicamente monitorizada a evolução dos montantes e a antiguidade dos prémios em dívida.

Na seleção dos resseguradores e dos emitentes de valores mobiliários são tidos em consideração os *ratings* e é acompanhada periodicamente a evolução dos mesmos ao longo do ano.

Risco operacional e risco reputacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da atividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;
- Interrupção da atividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

Como principais medidas de mitigação existentes na Tranquilidade face aos riscos atrás identificados, destacamos os seguintes:

- Existência de Código de Conduta;
- Existência de normativos internos e manuais de procedimentos;
- Implementação de políticas e procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às instalações;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;
- Definição e implementação de política de gestão de recursos humanos;
- Existência de programas de treino e formação que abranjam a reciclagem de conhecimentos;
- Formação e treino dos colaboradores que interagem diretamente com os clientes;
- Implementação e documentação de um plano de recuperação em caso de catástrofe e realização periódica de testes e simulações ao respetivo plano;
- Implementação e documentação de um plano de continuidade de negócio, bem como de procedimentos que permitam a recuperação das atividades e funções de negócio críticas, incluindo as desempenhadas por entidades subcontratadas.

Adicionalmente, também integrado no âmbito do risco operacional, encontra-se o risco legal. O conceito de risco legal engloba, entre outros, a exposição a coimas ou outras penalidades que resultem de ações de supervisão, assim como outro tipo de compensações.

Como principais medidas implementadas na Tranquilidade para mitigação do risco legal, para além de algumas já atrás referenciadas, destacamos as seguintes:

- Existência/ formalização de diversas políticas transversais a toda a Companhia, em matéria de prevenção da fraude, recursos humanos, *outsourcing*, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;
- Existência de procedimentos formais para monitorização do cumprimento de diversos prazos legais a que a Tranquilidade se encontra sujeita.

Num âmbito mais específico, destaca-se ainda a existência de procedimentos formais no âmbito do processo da gestão de sinistros, nomeadamente na regularização dos mesmos, de forma a garantir o cumprimento do enquadramento legal em vigor.

No que concerne ao risco reputacional, o mesmo é definido como o risco de a empresa de seguros incorrer em perdas resultantes da deterioração da sua reputação ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, acionistas ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral.

Por norma, o risco reputacional pode resultar de situações tais como:

- Eventuais falhas por parte de entidades prestadoras de serviços;
- Falhas ou dificuldades ocorridas durante o processo de gestão de sinistros, podendo originar a deterioração da relação entre a empresa de seguros e os tomadores de seguro, beneficiários ou terceiros lesados;
- Falhas associadas ao processo de subscrição, com impacto na relação com os clientes em todo o ciclo de negócio existente.

Neste sentido, das principais medidas que a Tranquilidade apresenta para fazer face ao risco reputacional, destacam-se as seguintes:

- Existência de código de conduta implementado e divulgado;
- Existência de procedimentos formais no âmbito da gestão de reclamações;
- Existência de base de dados de contratos de maior valor celebrados com entidades externas.

Sistema de controlo interno

O Sistema de Controlo Interno pode ser definido como um conjunto de atividades de controlo que visam o cumprimento das políticas e procedimentos definidos na Companhia. Como tal, o Controlo Interno representa a implementação de atividades de controlo para os riscos de não cumprimento das políticas e procedimentos definidos, nomeadamente ao nível das operações e *compliance*.

Neste sentido, os riscos associados ao Sistema de Controlo Interno enquadram-se nos riscos operacionais apresentados no Sistema de Gestão de Risco, embora com um grau de granularidade superior.

A metodologia de abordagem ao Sistema de Controlo Interno adotada compreende as seguintes fases:

- Identificação das unidades de negócio e dos processos relevantes, considerando o risco associado;
- Documentação dos processos significativos onde se incluem os objetivos, as principais atividades, riscos e controlos associados;

- Avaliação do desenho dos controlos e identificação das oportunidades de melhoria associadas. Estas melhorias podem consubstanciar o reforço dos controlos existentes ou a implementação de novos controlos;
- Realização de testes de efetividade sobre os controlos identificados, confirmação das deficiências existentes e elaboração de um plano de correções;
- Preparação do Relatório de Política de Risco.

A estrutura organizativa, ou modelo de governo, que suporta o desenvolvimento do sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia assenta no modelo das três linhas de defesa:

- Um primeiro nível representado pelas diferentes Direções da Tranquilidade (Unidades Operacionais), as quais assumem a função de áreas responsáveis pela operacionalização da gestão de riscos e respetivos controlos;
- Um segundo nível representado pela Direção de Risco Global, que detém uma função de supervisão, tendo como principal responsabilidade a monitorização do sistema de gestão de risco e de controlo interno, e pela Direção Jurídica, que detém a função de *Compliance*;
- Um terceiro nível representado pela Direção de Auditoria Interna e pela Auditoria Externa, às quais cabe uma função de auditoria independente no âmbito do sistema de controlo interno, tendo como principal objetivo providenciar a garantia da efetividade dos controlos.

No contexto do Sistema de Controlo Interno foram definidos os responsáveis dos processos, que têm como principal função assegurar que aquele sistema apresenta um nível de robustez suficiente que permita minimizar a ocorrência das perdas financeiras diretas ou indiretas.

O Sistema de Controlo Interno na Tranquilidade encontra-se devidamente formalizado no Relatório de Política de Risco, definido no âmbito da Norma da ASF n.º 14/2005-R, de 29 de novembro, evidenciando, entre outras, as rubricas seguintes:

- Processos;
- Responsáveis e interlocutores dos processos;
- Principais atividades.

Adicionalmente, a Tranquilidade dispõe de um registo de perdas operacionais, centralizado na Direção de Risco Global, no qual são registadas as perdas mais relevantes detetadas, permitindo desta forma a existência de mais uma forma de monitorização do risco operacional e a possibilidade de serem tomadas medidas corretivas ou definidos novos controlos que evitem ou reduzam a probabilidade de ocorrência de novos incidentes similares no futuro.

Solvência

A Tranquilidade monitoriza a solvência de acordo com a Norma Regulamentar n.º 6/2007-R, de 27 de abril, da ASF e o cálculo da respetiva margem apresenta os seguintes componentes:

(milhares de euros)

	2015	2014
Elementos Constitutivos do Fundo de Garantia	154 175	26 536
Margem de Solvência a Constituir	49 927	50 569
Resultado na ótica dos prémios	49 175	50 569
Resultado na ótica dos sinistros	46 179	47 065
Resultado limite do n.º 8 do artigo 97.º	49 927	49 414
Fundo de garantia mínimo legal	3 700	3 700
Excesso/ Insuficiência da Margem de Solvência	104 248	-24 033
Taxa de Cobertura da Margem de Solvência	308,8%	52,5%

Conforme referido no Relatório do Conselho de Administração, o incumprimento, em 31 de dezembro de 2014, dos requisitos de margem de solvência mínima, ficou ultrapassado pelas operações concluídas em 2015 que incluíram, entre outras, a operação de aumento de capital e a venda da participação detida na Advancecare – Gestão e Serviços de Saúde, S.A., todas constantes no programa de recapitalização aprovado pela ASF.

Em 2015 foi transposta para o Regime Jurídico Nacional a Diretiva Solvência II (Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Novembro de 2009), relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício, e respetivas alterações, através da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro de 2015, que definiu a data de entrada em vigor do novo Regime de Solvência II a 1 de janeiro de 2016.

Na sequência da publicação da Lei n.º 147/2015, do Regulamento Delegado 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, e das Orientações Técnicas, a Tranquilidade ajustou o seu programa de ação, de forma a permitir o cumprimento do novo regime.

No âmbito do Regime Transitório definido para Portugal, previsto na Circular n.º 5/2014 da ASF, foram produzidos em 2015 os resultados provisórios relativos ao requisito de capital de solvência com referência a 30 de setembro de 2015. Os resultados obtidos indicam a suficiência dos fundos próprios da Companhia de acordo com o novo regime.

Adequação dos Prémios e das Provisões

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras atuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base atuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela Companhia, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa.

Rácios de Atividade

Os principais rácios de atividade, brutos de resseguro, são como segue:

(%)

	2015	2014
Rácio de sinistralidade ^{a)}	65,4%	64,8%
Rácio de aquisição ^{b)}	21,1%	20,9%
Rácio administrativo ^{c)}	9,7%	10,5%
Rácio Combinado	96,2%	96,2%

a) (Custos com sinistros + custos imputados + variação das provisões técnicas + outros custos - proveitos técnicos)/ prémios adquiridos.

b) (Remunerações de mediação de aquisição + custos imputados + variação dos custos de aquisição diferidos)/ prémios brutos emitidos.

c) (Remunerações de mediação administrativas + custos imputados)/ prémios brutos emitidos.

Montantes Recuperáveis de Sinistros

Os montantes recuperáveis, relativamente a prestações efetuadas pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos ou da obtenção da propriedade, e o risco de não cobrança dos mesmos encontram-se incluídos nas rubricas abaixo mencionadas e ascendem aos seguintes montantes:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Contas a receber	2 542	3 049
Ajustamento de crédito de cobrança duvidosa	-1 644	-1 546
Total Líquido	898	1 503

Quanto à obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados) os montantes estão incluídos na rubrica seguinte e são como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Inventários	63	49

NOTA 5 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

A decomposição desta rubrica pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Outros passivos financeiros		
Depósitos recebidos de resseguradores	650	559
Derivados	95	-
Valor de Balanço	745	559

Os Depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido. Os valores de Derivados encontram-se analisados na Nota 6.

NOTA 6 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O inventário detalhado de participações e instrumentos financeiros é apresentado no final do anexo às demonstrações financeiras através do Anexo 1, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Ativos financeiros disponíveis para venda	364 022	281 240
Investimentos em filiais e associadas	103 747	104 678
Depósitos a prazo	1	4 952
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	44 759	106
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	-	-
Total Participações e Instrumentos Financeiros	512 529	390 976
Outros ativos financeiros	9 374	11 337
Total Ativos Financeiros	521 903	402 313

No Anexo 1 estão considerados em 2015, 95 milhares de euros de instrumentos financeiros derivados com valor negativo que no balanço são apresentados na rubrica Outros passivos financeiros do Passivo.

Os investimentos em filiais e associadas são analisados na Nota 7, e os restantes instrumentos financeiros são analisados ao longo da presente Nota 6.

Ativos Financeiros Classificados no Reconhecimento Inicial ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Encontram-se classificados nesta rubrica os títulos que a Companhia, conforme previsto pela Norma IAS 39 e de acordo com a opção tomada e a estratégia documentada de gestão do risco, considera que (i) são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ ou (ii) contêm instrumentos derivados embutidos.

O saldo desta tipologia de ativos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	-	-
De outros emissores	44 759	106
Ações	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	-
Valor de Balanço	44 759	106
Valor de aquisição	44 978	102

Em 31 de dezembro de 2014, esta rubrica inclui títulos de rendimento fixo com derivados embutidos no montante de 106 milhares de euros. Estes títulos encontram-se valorizados pelo seu justo valor determinado com base nos preços indicados pelas fontes utilizadas pela Companhia para a totalidade do instrumento, de acordo com as condições de mercado vigentes à data de referência das demonstrações financeiras.

Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

O saldo desta tipologia de ativo é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	90 633	37 682
De outros emissores	162 076	127 641
Ações	39 569	30 730
Outros títulos de rendimento variável	71 744	85 187
Valor de Balanço	364 022	281 240

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é como segue:

(milhares de euros)

	Custo Amortizado ou de Aquisição	Juro Decorrido	Reserva de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	36 390	803	489	-	37 682
De outros emissores	124 289	740	2 612	-	127 641
Ações	31 088	-	320	-678	30 730
Outros títulos de rendimento variável	86 123	-	1 753	-2 689	85 187
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	277 890	1 543	5 174	-3 367	281 240
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	89 705	1 718	-790	-	90 633
De outros emissores	164 927	2 516	-5 367	-	162 076
Ações	44 093	-	504	-5 028	39 569
Outros títulos de rendimento variável	68 094	-	4 375	-725	71 744
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	366 819	4 234	-1 278	-5 753	364 022

Pela sua relevância, destaca-se a participação de 10% no capital social da GNB - Gestão de Ativos, SGPS, S.A., que foi adquirida em 2014 por 29,7 milhões de euros. Em 2015 foi realizada uma avaliação desta participada por uma entidade externa e independente, conforme previsto no âmbito do contrato de aquisição do capital social da Companhia pela Apollo.

Nos termos deste contrato, a participação detida pela Companhia será alienada em 2016, ao Novo Banco, S.A. ou a uma entidade por este designada, pelo preço de 25,4 milhões de euros, valor definido com base na referida avaliação. Desta forma, foi registada no exercício de 2015 uma perda por imparidade de 4,3 milhões de euros de forma a reduzir o valor de balanço desta participação ao seu valor realizável.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os Outros títulos de rendimento variável incluem 58 184 milhares de euros e 73 002 milhares de euros, respetivamente, relativos a participações detidas pela Companhia em fundos de investimento imobiliário.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade podem ser detalhados como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Saldo em 1 de Janeiro	3 367	3 734
Dotações do exercício	4 498	1 774
Anulações do exercício por venda de ativos	-2 112	-2 141
Reversões do exercício	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	5 753	3 367

As imparidades registadas em ganhos e perdas por via de ajustamento de justo valor em investimentos, segregado pelas respetivas categorias, são como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-	-
Ações e outros títulos de rendimento variável	-4 498	-1 774
Total	-4 498	-1 774

Ativos/ Passivos Financeiros Detidos para Negociação

O saldo desta tipologia de ativos e passivos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2015		2014	
	Justo Valor	Valor Nocial	Justo Valor	Valor Nocial
Derivados				
Contratos <i>Forward</i>	-95	10 580	-	-
Opções	-	-	-	-
Total	-95	10 580	-	-

Os investimentos realizados pela Companhia são predominantemente em euros, detendo contudo na sua carteira algumas operações expressas em outras moedas. Desta forma, e sempre mediante autorização do seu Comité Financeiro, a Companhia efetuou alguns contratos de cobertura cambial para os respetivos investimentos em divisas.

Esses contratos de cobertura cambial, apesar de não realizarem uma cobertura perfeita, tentam cobrir o risco cambial do capital e do juro, através de sucessivas renovações ao longo do ano, utilizando para tal os mecanismos de *swap* e *forward*. As variações do justo valor destes instrumentos derivados são registados diretamente na demonstração de ganhos e perdas, uma vez que a Companhia não utiliza contabilidade de cobertura por não se encontrarem cumpridos os requisitos definidos para o efeito pela Norma IAS 39.

Dado que estes contratos apresentam em 2015 um justo valor negativo, os mesmos são apresentados no Passivo, na rubrica Outros passivos financeiros – Outros.

Investimentos a Deter até à Maturidade

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não existem ativos classificados nesta categoria. No entanto, importa realçar que durante 2014 a Companhia procedeu à alienação de ativos desta categoria, não cumprindo com os requisitos definidos na IAS39 (“*tainting*”). Nesta base, até ao final do exercício de 2016 a Tranquilidade não poderá ter ativos classificados nesta categoria.

Outros Ativos Financeiros

Para além dos instrumentos financeiros atrás descritos a Companhia detém ainda outros ativos, conforme segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Empréstimos concedidos	8 981	10 687
Depósitos junto de empresas cedentes	2	1
Outros	391	649
Total de Outros Ativos Financeiros	9 374	11 337

Em 2015 e 2014, o valor de Outros corresponde a operações financeiras em fase de regularização tendo em atenção as suas datas valor.

A decomposição dos Outros ativos financeiros em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é como segue:

(milhares de euros)

	Custo Aquisição	Imparidade	Valor de Balanço
Outros ativos financeiros			
Prestações acessórias	23 160	-21 750	1 410
Suprimentos	2 310	-	2 310
Empréstimos	21 967	-15 000	6 967
Outros	650	-	650
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	48 087	-36 750	11 337
Outros ativos financeiros			
Prestações acessórias	24 060	-21 750	2 310
Suprimentos	966	-	966
Empréstimos	20 705	-15 000	5 705
Outros	393	-	393
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	46 124	-36 750	9 374

As perdas por imparidade da rubrica Prestações acessórias correspondem à totalidade das prestações acessórias concedidas à Seguros LOGO, S.A. e as perdas por imparidade da rubrica Empréstimos correspondem à totalidade do empréstimo de tesouraria concedido à Espírito Santo Financial Portugal, SGPS, S.A..

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade são apresentados como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Saldo em 1 de Janeiro	36 750	-
Dotações do exercício	-	36 750
Anulações do exercício por desconhecimento	-	-
Reversões do exercício	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	36 750	36 750

O detalhe dos empréstimos concedidos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é conforme segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Prestações acessórias - Europ Assistance	1 410	1 410
Prestações acessórias - Advancecare Health International	900	-
Empréstimos/Suprimentos - Contact Center	966	1 310
Empréstimos/Suprimentos - Esumédica	-	1 000
Empréstimos/Suprimentos - Imocrescente	3 125	4 201
Empréstimos/Suprimentos - Corpus Christi	1 279	1 053
Empréstimos a colaboradores	1 301	1 713
Total de Empréstimos Concedidos	8 981	10 687

Justo Valor de Ativos e Passivos Financeiros Registrados ao Custo Amortizado

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2015		2014	
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	14 077	14 077	20 608	20 608
Empréstimos e contas a receber	9 375	9 375	16 289	16 289
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	66 166	66 166	89 605	89 605
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	89 618	89 618	126 502	126 502
Outros passivos financeiros	745	745	559	559
Outros credores por operações de seguros e outras operações	37 648	37 648	47 909	47 909
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	38 393	38 393	48 468	48 468

Tendo em conta que estes ativos e passivos são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor, o saldo à data do balanço.

No que diz respeito ao método utilizado de valorização, de acordo com os níveis prescritos no IFRS 13, todos os instrumentos financeiros registados ao custo amortizado são de Nível 3, exceto Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem que é de Nível 1.

Metodologias de Valorização

O valor dos instrumentos financeiros estratificado pelo método utilizado de valorização, de acordo com os níveis prescritos no IFRS 13, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2015			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	268 793	3 269	91 960	364 022
Títulos e unidades de participação	6 047	-	65 697	71 744
Ações e outros títulos de rendimento variável	13 306	-	26 263	39 569
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	90 633	-	-	90 633
De outros emissores	158 807	3 269	-	162 076
Derivados	-	-	-	-
Ativos Financeiros Classificados ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas	44 759	-	-	44 759
Títulos e unidades de participação	-	-	-	-
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	-	-	-	-
De outros emissores	44 759	-	-	44 759
Derivados	-	-	-	-
Investimentos a Deter até à Maturidade (A Valores de Mercado)	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	-	-	-	-
De outros emissores	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros	313 552	3 269	91 960	408 781
Derivados	-	-95	-	-95
Total Passivos Financeiros	-	-95	-	-95

(milhares de euros)

	2014			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	183 119	-	98 121	281 240
Títulos e unidades de participação	17 686	-	67 501	85 187
Ações e outros títulos de rendimento variável	110	-	30 620	30 730
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	37 682	-	-	37 682
De outros emissores	127 641	-	-	127 641
Derivados	-	-	-	-
Ativos Financeiros Classificados ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas	-	-	106	106
Títulos e unidades de participação	-	-	-	-
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	-	-	-	-
De outros emissores	-	-	106	106
Derivados	-	-	-	-
Investimentos a Deter até à Maturidade (A Valores de Mercado)	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	-	-	-	-
De outros emissores	-	-	-	-
Total	183 119	-	98 227	281 346

Os níveis representam a seguinte descrição:

- **Nível 1** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgados por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.
- **Nível 2** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado.
- **Nível 3** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

A reconciliação dos ativos de Nível 3 é como segue:

(milhares de euros)

	31 Dez 2014	Valias Potenciais	Compras	Vendas	Reembolsos	Imparidades	Valias Realizadas	31 Dez 2015
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	98 121	2 576	15 364	-21 552	-	-4 498	1 949	91 960
Títulos e unidades de participação	67 501	2 582	15 364	-21 552	-	-147	1 949	65 697
Ações e outros títulos de rendimento variável	30 620	-6	-	-	-	-4 351	-	26 263
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-	-	-	-	-	-	-	-
De emissores públicos	-	-	-	-	-	-	-	-
De outros emissores	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros Classificados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	106	-	-	-105	-4	-	3	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-	-	-	-	-	-	-	-
De emissores públicos	-	-	-	-	-	-	-	-
De outros emissores	106	-	-	-105	-4	-	3	-

(milhares de euros)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as Ações e outros títulos de rendimento variável incluem 25 374 milhares de euros e 29 702 milhares de euros, respetivamente, relativos à participação detida na GNB - Gestão de Ativos, SGPS, S.A..

Os Títulos e unidades de participação contemplados neste nível incluem 58 184 milhares de euros relativos a unidades de participação em fundos de investimento imobiliário fechados e 7 512 milhares de euros relativos a fundos de *private equity*, cujo justo valor resultou da divulgação do Valor Líquido Global do Fundo (VLGF) determinado pelas sociedades gestoras.

O património desses fundos resulta de um conjunto diversificado de ativos e passivos, valorizados nas respetivas contas ao justo valor, por metodologias internas utilizadas pelas sociedades gestoras. Não sendo praticável apresentar uma análise de sensibilidade às diferentes componentes dos respetivos pressupostos utilizados pelas entidades, o impacto de uma alteração de +/- 10% no VLGF dos fundos, é analisado, em 2015 e 2014, como segue:

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado do Exercício		Impacto na Reserva de Justo Valor	
		2014	2014	2014	2014
Fundo de Investimento	Subida de 10% nos valores de fundos de investimento imobiliário fechados	-	-	-	6 167
	Subida de 10% nos valores de fundos <i>private equity</i>	-	-	-	583
	Descida de 10% nos valores de fundos de investimento imobiliário fechados	-2 320	-	-2 320	-3 847
	Descida de 10% nos valores de fundos <i>private equity</i>	-583	-	-583	-

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado do Exercício		Impacto na Reserva de Justo Valor	
		2015	2015	2015	2015
Fundo de Investimento	Subida de 10% nos valores de fundos de investimento imobiliário fechados	-	-	-	5 818
	Subida de 10% nos valores de fundos <i>private equity</i>	-	-	-	751
	Descida de 10% nos valores de fundos de investimento imobiliário fechados	-2 743	-	-2 743	-3 075
	Descida de 10% nos valores de fundos <i>private equity</i>	-	-	-	-751

NOTA 7 - INVESTIMENTOS EM FILIAIS E ASSOCIADAS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os dados financeiros das subsidiárias e associadas da Companhia pode ser resumidos da seguinte forma:

(milhares de euros)

Nome da Empresa/ Sede	Classificação	Método Valorização	Participação (%)			Dados Financeiros							
			Direta	Direito de Voto	Efetiva	Ativo		Passivo		Capital Próprio		Resultado Líquido	
						2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. Av. da Liberdade, 242 1250-149 Lisboa (Portugal)	Subsidiária	C.Aqui liq imparidade	100,00	100,00	100,00	546 445	800 619	477 816	724 961	68 629	75 658	3 203	4 294
Seguros LOGO, S.A. R. D. Manuel II, 290 4050-344 Porto (Portugal)	Subsidiária	C.Aqui liq imparidade	100,00	100,00	100,00	23 497	25 081	18 580	19 239	4 917	5 842	-544	32
Advancecare Health International Av. da Liberdade, 242 1250-149 Lisboa (Portugal)	Subsidiária	C.Aqui liq imparidade	100,00	100,00	100,00	1 717	99	570	-	1 147	99	154	-1
Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros, S.A. Rua da Sé, n.º 114, 1.º andar, Porta 111 Distrito Urbano 1 Maputo (Moçambique)	Subsidiária	C.Aqui liq imparidade	99,996	100,00	100,00	2 913	3 113	2 476	2 612	437	501	298	-31
Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros Vida, S.A. Rua da Sé, n.º 114, 1.º andar, Porta 111 Distrito Urbano 1 Maputo (Moçambique)	Subsidiária	C.Aqui liq imparidade	99,997	100,00	100,00	2 036	2 063	1 370	1 287	666	776	138	-134
Espírito Santo Contact Center, S.A. Av. Infante D. Henrique, 343 - C 1800-218 Lisboa (Portugal)	Subsidiária	C.Aqui liq imparidade	55,42	55,42	55,42	10 285	12 150	7 272	9 288	3 013	2 862	509	1 163
Tranquilidade - Corporação Angolana de Seguros, S.A. Edifício ESCOM, Rua Marechal Brós Tito, n.º 35 15.ºD Luanda (Angola)	Empresa Associada	C.Aqui liq imparidade	49,00	49,00	49,00	35 427	29 043	29 804	25 572	5 623	3 471	5 222	2 191
Europ Assistance, S.A. Av. Álvares Cabral, 41 - 3.º e 4.º 1250-015 Lisboa (Portugal)	Empresa Associada	C.Aqui liq imparidade	47,00	47,00	47,00	49 500	51 831	32 911	34 595	16 589	17 236	4 188	3 667
GNB, Companhia de Seguros, S.A. Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75, 8.º 1070-061 Lisboa (Portugal)	Empresa Associada	C.Aqui liq imparidade	25,00	25,00	25,00	108 185	115 526	78 229	82 429	29 956	33 097	5 885	7 733

Durante o exercício de 2015, a Companhia alienou a participação de 51% do capital social da AdvanceCare – Gestão de Serviços de Saúde, S.A. que detinha pelo valor de 37 400 milhares de euros, tendo registado na rubrica Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas a mais-valia de 36 914 milhares de euros resultante desta venda (Nota 17).

Ainda durante o exercício de 2015, a Companhia converteu em capital o suprimento concedido à Esumédica – Prestação de Cuidados Médicos, S.A. no montante de 1 000 milhares de euros, tendo posteriormente alienado a participação que detinha pelo valor de 445 milhares de euros. Como resultado desta operação, a Companhia registou na rubrica Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas uma menos-valia de 1 000 milhares de euros (Nota 17).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos pode ser detalhada da seguinte forma:

(milhares de euros)

2015	Valor de Aquisição	Imparidade	Valor de Balanço
GNB Seguros	3 759	-	3 759
ES Contact Center	1 846	-	1 846
Europ Assistance	4 222	-	4 222
LOGO	20 000	-14 158	5 842
Tranquilidade Corp. Angolana Seguros	7 318	-	7 318
Tranquilidade Moçambique Seguros	1 361	-	1 361
Tranquilidade Moçambique Seguros Vida	1 810	-	1 810
T-Vida	77 489	-	77 489
ADV Health International	100	-	100
Total	117 905	-14 158	103 747

(milhares de euros)

2014	Valor de Aquisição	Imparidade	Valor de Balanço
Advancecare	486	-	486
GNB Seguros	3 759	-	3 759
ES Contact Center	1 846	-	1 846
Esumédica	445	-	445
Europ Assistance	4 222	-	4 222
LOGO	20 000	-14 158	5 842
Tranquilidade Corp. Angolana Seguros	7 318	-	7 318
Tranquilidade Moçambique Seguros	1 361	-	1 361
Tranquilidade Moçambique Seguros Vida	1 810	-	1 810
T-Vida	77 489	-	77 489
ADV Health International	100	-	100
Total	118 836	-14 158	104 678

Nos exercícios de 2015 e 2014, a variação do saldo desta rubrica pode ser detalhado como segue:

(milhares de euros)

2015	Valor de Balanço Inicial	Aquisições, Aumentos de Capital e Alienações	Imparidade	Valor de Balanço Final
Advancecare	486	-486	-	-
GNB Seguros	3 759	-	-	3 759
ES Contact Center	1 846	-	-	1 846
Esumédica	445	-445	-	-
Europ Assistance	4 222	-	-	4 222
LOGO	5 842	-	-	5 842
Tranquilidade Corp. Angolana Seguros	7 318	-	-	7 318
Tranquilidade Moçambique Seguros	1 361	-	-	1 361
Tranquilidade Moçambique Seguros Vida	1 810	-	-	1 810
T-Vida	77 489	-	-	77 489
ADV Health International	100	-	-	100
Total	104 678	-931	-	103 747

(milhares de euros)

2014	Valor de Balanço Inicial	Aquisições, Aumentos de Capital e Alienações	Imparidade	Valor de Balanço Final
Advancecare	486	-	-	486
GNB Seguros	3 759	-	-	3 759
ES Contact Center	1 846	-	-	1 846
Esumédica	445	-	-	445
Europ Assistance	4 222	-	-	4 222
LOGO	20 000	-	-14 158	5 842
Tranquilidade Corp. Angolana Seguros	7 318	-	-	7 318
Tranquilidade Moçambique Seguros	1 361	-	-	1 361
Tranquilidade Moçambique Seguros Vida	1 810	-	-	1 810
T-Vida	77 489	-	-	77 489
ADV Health International	-	100	-	100
Total	118 736	100	-14 158	104 678

De acordo com o IAS 27 e IAS 28 e a política contabilística, a Tranquilidade procedeu à análise de imparidade das subsidiárias e associadas tendo por base o *value in use* determinado com base nos planos de negócios aprovados pelo Conselho de Administração de cada entidade.

NOTA 8 - CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Caixa	52	529
Depósitos em instituições de crédito	14 025	20 079
Total	14 077	20 608

NOTA 9 - TERRENOS E EDIFÍCIOS

Conforme referido na Nota 3 acima, os terrenos e edifícios detidos pela Companhia são valorizados pelo modelo do custo no caso dos imóveis de serviço próprio, de acordo com a opção prevista pela IAS 16, e pelo modelo de justo valor no caso dos imóveis de rendimento, de acordo com o tratamento previsto pela IAS 40. Independentemente do modelo de valorimetria são efetuadas avaliações regulares a todos os imóveis.

As avaliações dos terrenos e edifícios, são efetuadas tendo em vista a obtenção do presumível valor de transação, normalmente o valor de mercado (justo valor), isto é, o preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, entendendo-se que o bem é objeto de uma oferta pública no mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e ordenada, e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem.

Estas avaliações são efetuadas através da ponderação combinada dos métodos de avaliação "Comparativo de Mercado" e "Rendimento", e os valores respetivos conduzem às alterações de justo valor nas propriedades de investimento (imóveis de rendimento) e servem para efeitos de teste de imparidade nos ativos tangíveis (imóveis de serviço próprio).

O método “Comparativo de Mercado” é sempre utilizado, sendo o mesmo suportado em evidências de mercado, onde é efetuada uma prospeção de mercado de imóveis que sejam comparáveis ao imóvel objeto de avaliação, fundamentando-se os valores pela análise de transações de propriedades análogas. O método do “Rendimento” consiste no apuramento do valor do terreno ou edifício mediante o quociente entre a renda anual efetiva e uma taxa de capitalização adequada.

Conforme previsto pela Norma IFRS 13 - Justo valor, as avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera também dados não observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios da Companhia encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

A Companhia considera que os terrenos e edifícios que detém são sujeitos à sua maior e melhor utilização possível, pelo que as avaliações efetuadas para apurar o respetivo justo valor são preparadas tendo em consideração a sua utilização atual, conforme previsto pela Norma IFRS 13 - Justo valor.

Os terrenos e edifícios são classificados como imóveis de uso próprio quando sejam utilizados na atividade operacional da Companhia e de rendimento nos casos restantes. Nos casos em que, pelo seu uso ser repartido, merecem a classificação de mistos, cada parte será analisada e valorizada separadamente. Os avaliadores responsáveis pela valorização do património estão devidamente certificados para o efeito, encontrando-se inscritos na CMVM.

Modelo de justo valor

Os saldos e os movimentos ocorridos nos Imóveis de Rendimento em ambos os exercícios podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

Propriedades de Investimento - Edifícios de Rendimento	2015	2014
Saldo Líquido a 1 de Janeiro	45 612	44 396
Adições por aquisição	-	-
Adições por beneficiações	188	359
Transferências	91	5 783
Abates/ vendas	-7 870	-3 487
Variações justo valor	3 130	-1 439
Saldo Líquido a 31 de Dezembro	41 151	45 612

Todos os imóveis de rendimento detidos diretamente pela Companhia têm como objetivo a obtenção de rendas, mesmo que por alguma razão não seja cobrada renda, não havendo portanto imóveis com o objetivo exclusivo de valorização. A análise dos imóveis de rendimento consoante a sua capacidade de gerar renda é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Imóveis que geraram rendimentos de rendas	41 050	44 209
Imóveis que não geraram rendimentos de rendas	101	1 403
Total	41 151	45 612

As quantias reconhecidas em resultados relativas a rendimentos e custos com propriedades de investimento são como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Rendimentos de Rendas	2 018	1 549
Custos Operacionais	232	267
- em imóveis que geraram rendimentos de rendas	114	138
- em imóveis que não geraram rendimentos de rendas	118	129

Englobado nos rendimentos de rendas acima referidos, existe um arrendamento de cerca de 258 mil euros anuais, por um período definido (i.e. 2019), referente a um espaço comercial e sujeito a renegociação com o arrendatário após esse período.

Modelo do custo

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo das rubricas de Imóveis de Serviço Próprio é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Valor Bruto	29 566	29 415
Amortizações e imparidades acumuladas	-5 513	-5 015
Saldo Líquido a 31 de Dezembro	24 053	24 400

O movimento ocorrido nos Imóveis de Serviço Próprio em ambos os exercícios pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

Ativos Tangíveis - Edifícios de Serviço Próprio	2015	2014
Saldo Líquido a 1 de Janeiro	24 400	24 829
Adições por aquisição	-	-
Adições por beneficiações	68	68
Transferências	83	-
Abates/ vendas	-	-
Imparidades - [(dotação)/ utilização]	-	-
Amortizações do exercício	-498	-497
Saldo Líquido a 31 de Dezembro	24 053	24 400

NOTA 10 - OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INVENTÁRIOS

Além dos imóveis de serviço próprio referidos na Nota 9, a Companhia possui outros ativos tangíveis valorizados ao modelo do custo, que em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são analisados como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Equipamento	46 714	46 335
Equipamento administrativo	4 892	4 879
Máquinas e ferramentas	1 809	1 787
Equipamento Informático	33 955	33 347
Instalações interiores	2 315	2 290
Despesas edifícios arrendados	2 861	2 855
Material transporte	403	711
Outras imobilizações corpóreas	479	466
Imobilizado em Curso	-	80
Amortizações Acumuladas	-43 422	-42 325
Imparidades	-	-
Total	3 292	4 090

Os movimentos ocorridos nesta rubrica, sobre o saldo líquido, são analisados como segue:

(milhares de euros)			
	Equipamento	Imobilizado em Curso	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2014	2 698	3 140	5 838
Adições	2 782	2 723	5 505
Aquisição carteira AMA	292	-	292
Transferências	-	-5 783	-5 783
Amortizações do exercício	-1 463	-	-1 463
Abates/ vendas	-299	-	-299
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	4 010	80	4 090
Adições	1 007	94	1 101
Transferências	-	-	-
Amortizações do exercício	-1 506	-	-1 506
Abates/ vendas	-219	-174	-393
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	3 292	-	3 292

No exercício de 2014, o montante de transferências de imobilizado em curso corresponde aos encargos suportados com obras realizadas num edifício da Companhia, que foram concluídas ainda em 2014 e transferidas para a rubrica Terrenos e edifícios (Nota 9).

De referir ainda a existência de outros ativos, fundamentalmente relacionados com situações de salvados e que representam em 2015, 66 milhares de euros (2014: 52 milhares de euros).

NOTA 11 - AFETAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ATIVOS

De acordo com as disposições legais vigentes, a Companhia é obrigada a afetar investimentos e outros ativos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pela ASF.

Conforme referido no Relatório do Conselho de Administração de 2014, em 31 de dezembro de 2014 a Tranquilidade incumpria com o nível de garantias financeiras de cobertura de provisões técnicas através dos seus ativos afetos.

Parte do incumprimento devia-se ao facto de a Companhia deter um conjunto de ativos que não eram elegíveis para representação de provisões técnicas mas sobre os quais o novo acionista se comprometeu perante a ASF, com a sua alienação servindo o proveito de tal alienação para recapitalização da Tranquilidade.

As operações de alienação desses ativos iniciaram-se ainda em 2015 estando atualmente em plena fase de execução.

A indicação de quais os ativos afetos e não afetos às carteiras de seguros que a Companhia explora, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são como segue:

(milhares de euros)			
	2015		
	Seguros Não Vida	Não Afetos	Total
Caixa e equivalentes	11 942	2 135	14 077
Terrenos e edifícios	65 204	-	65 204
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	101 901	1 846	103 747
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	44 759	-	44 759
Derivados de cobertura	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	337 835	26 187	364 022
Empréstimos concedidos e contas a receber	7 044	2 331	9 375
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-
Outros ativos tangíveis	-	3 292	3 292
Total	568 685	35 791	604 476

(milhares de euros)			
	2014		
	Seguros Não Vida	Não Afetos	Total
Caixa e equivalentes	19 997	611	20 608
Terrenos e edifícios	70 012	-	70 012
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	102 386	2 292	104 678
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	106	-	106
Derivados de cobertura	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	280 415	825	281 240
Empréstimos concedidos e contas a receber	12 591	3 698	16 289
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-
Outros ativos tangíveis	-	4 090	4 090
Total	485 507	11 516	497 023

NOTA 12 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Todos os ativos intangíveis são valorizados ao método do custo. As vidas úteis estimadas são finitas, sendo de 5 anos para as despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas e de 3 anos para o *software*, sendo as amortizações calculadas de forma linear.

A Companhia efetuou em 2015 uma revisão criteriosa da sua política de capitalização de custos informáticos registados em ativos intangíveis, tendo chegado à conclusão, pela análise individual de cada projeto, que se tornava imperativo proceder a uma amortização extraordinária destes ativos, quer pela redefinição da sua vida útil à luz do seu contributo para os proveitos futuros, quer pela reavaliação da sua materialidade.

Esta revisão resultou no apuramento de um montante de 5 876 milhares de euros de amortização extraordinária e não recorrente.

Em 31 de dezembro de 2015, o *Goodwill* registado corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição em 2004 da Companhia de Seguros ESIA e o justo valor atribuível dos respetivos ativos líquidos adquiridos e até 2014 não foi amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais. Em 2014 a análise do seu valor recuperável revelou a existência de imparidade total deste ativo, pelo que no exercício de 2014 foram registadas perdas por imparidade no montante de 25 785 milhares de euros na rubrica Perdas de Imparidade – De outros.

Durante o exercício de 2015, a Companhia transferiu para a rubrica Outros intangíveis o valor correspondente à diferença positiva entre o custo de aquisição do trespasse do negócio da sucursal em Portugal da A.M.A. - *Agrupación Mutual Aseguradora, Mútua de Seguros a Prima Fija* ("A.M.A.") e o justo valor atribuível dos respetivos ativos líquidos associados à carteira de seguros adquirida em 2014, que ascendeu a 1 244 milhares de euros e que em 31 de dezembro de 2014 se encontrava registado na rubrica *Goodwill*. A vida útil estimada da carteira de seguros adquirida é de 4 anos, pelo que se iniciou em 2015 a respetiva amortização de acordo com esse mesmo período.

O saldo das rubricas de *Goodwill* e Outros ativos intangíveis é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
<i>Goodwill</i>	25 785	27 029
Outros Intangíveis	73 824	70 129
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	60 064	53 019
<i>Software</i>	11 327	11 327
Intangíveis em curso	1 189	5 783
Outros ativos intangíveis	1 244	-
Amortizações Acumuladas	-66 541	-55 634
Imparidades	-25 785	-25 785
Total	7 283	15 739

O movimento ocorrido em ambos os exercícios pode ser analisado como se segue:

	(milhares de euros)						
	<i>Goodwill</i>	Outros Intangíveis	Despesas de Desenvolvimento de Aplicações Informáticas	<i>Software</i>	Intangíveis em Curso	Outros Ativos Intangíveis	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2014	25 785	15 499	8 160	1 615	5 724	-	41 284
Adições	1 244	3 298	35	120	3 143	-	4 542
Amortizações do exercício	-	-4 302	-3 651	-651	-	-	-4 302
Imparidades	-25 785	-	-	-	-	-	-25 785
Transferências	-	-	3 082	-	-3 082	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	1 244	14 495	7 626	1 084	5 785	-	15 739
Adições	-	2 451	409	-	2 042	-	2 451
Amortizações do exercício	-	-10 907	-9 574	-1 022	-	-311	-10 907
Imparidades	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	6 637	-	-6 637	-	-
Reclassificações	-1 244	1 244	-	-	-	1 244	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	-	7 283	5 098	62	1 190	933	7 283

As amortizações de ativos intangíveis encontram-se distribuídas pelos itens da conta de ganhos e perdas, como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Amortizações do Exercício de Ativos Intangíveis	10 907	4 302
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-
Montantes pagos - montantes brutos	2 487	1 065
Custos e gastos de exploração líquidos	-	-
Custos de aquisição	5 491	2 202
Gastos administrativos	2 871	1 027
Gastos financeiros	-	-
Outros	58	8

NOTA 13 – OUTROS ATIVOS, PASSIVOS, AJUSTAMENTOS E PROVISÕES

Ativos e ajustamentos

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Ativo Bruto	44 366	59 836
Tomadores de seguro	-	-
- Recibos por cobrar	33 432	49 455
- Reembolsos de sinistros	5 768	7 499
Mediadores de seguro	295	265
Cosseguradoras	4 871	2 617
Ajustamentos	-6 560	-5 808
Recibos por cobrar	-4 098	-3 956
Créditos de cobrança duvidosa	-2 462	-1 852
Ativo Líquido	37 806	54 028

Os reembolsos exigidos relativamente às prestações efetuadas em consequência de sinistros ocorridos durante o período de suspensão de garantias e ainda não recebidos são no montante de 2 542 milhares de euros (2014: 3 049 milhares de euros).

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de resseguro é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Ativo Bruto	17 509	14 805
Resseguradores	10 744	9 839
Ressegurados	6 765	4 966
Ajustamentos	-237	-207
Créditos de cobrança duvidosa	-237	-207
Ativo Líquido	17 272	14 598

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Ressegurados” inclui 6 196 milhares de euros e 4 053 milhares de euros, respetivamente, relativos a valores a receber da Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A., no âmbito dos tratados de resseguro em vigor.

O saldo da rubrica de Contas a receber por outras operações é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Ativo Bruto	17 420	21 777
Entidades relacionadas	6 031	8 346
Adiantamentos a fornecedores de bens e serviços	351	179
IFAP	1 351	4 906
FAT	971	982
Gestão por conta IDS e representadas	2 579	1 952
Cauções	651	651
Rendas e outros valores à cobrança	779	613
Pessoal	663	499
Clientes	150	151
Outros valores a receber	3 894	3 498
Ajustamentos	-6 332	-798
Créditos de cobrança duvidosa	-6 332	-798
Ativo Líquido	11 088	20 979

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Entidades relacionadas” inclui cerca de 4,8 milhões de euros e 6,6 milhões de euros, respetivamente, a receber da Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A., dos quais foram registados, em 2015 ajustamentos por créditos de cobrança duvidosa no montante de cerca de 4,8 milhões de euros associados aos valores pendentes de recebimento.

O movimento ocorrido relativo aos ajustamentos em Contas a receber e refletido nas Perdas de imparidade – Outros, da conta de ganhos e perdas, pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Ajustamento de Recibos por Cobrar		
Saldo em 1 de Janeiro	3 956	3 686
Dotações do exercício	142	270
Utilizações do exercício	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	4 098	3 956
Ajustamento de Créditos de Cobrança Duvidosa		
Saldo em 1 de Janeiro	2 857	3 165
Dotações do exercício	6 174	-
Utilizações do exercício	-	-308
Saldo em 31 de Dezembro	9 031	2 857

O saldo do ativo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Acréscimos de Rendimentos	120	239
- Prestações de serviços	120	239
Gastos Diferidos	1 203	1 043
- Seguros	8	15
- Rendas	4	5
- Gastos de aquisição	1 191	1 023
Total	1 323	1 282

Passivos e provisões

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de seguro direto é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Tomadores de seguro (estornos a pagar)	3 795	3 115
Mediadores de seguro		
- Comissões a pagar	2 633	4 088
- Contas correntes	1 781	230
Cosseguradoras	6 679	14 309
Total	14 888	21 742

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de resseguro é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Resseguradores	13 776	16 541
Ressegurados	651	421
Total	14 427	16 962

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por outras operações é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Entidades relacionadas	539	466
Fornecedores de bens em <i>leasing</i>	23	118
Outros fornecedores de bens e serviços	1 756	568
Gestão por conta IDS e representadas	0	67
IFAP	2 009	1 820
Pensões AT	1 769	1 606
Outros valores a pagar	2 237	4 560
Total	8 333	9 205

O saldo do Passivo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Rendimentos Diferidos	0	0
- Rendas	0	0
Acréscimo de Custos	20 303	21 852
- Custos com pessoal (subsídios, encargos e bónus)	8 748	8 376
- Custos de aquisição (incentivos e comissões)	3 243	3 299
- Fornecimentos e serviços externos	7 827	10 065
- Impostos	485	112
Total	20 303	21 852

O saldo do Passivo de Outras provisões e os respetivos movimentos são decompostos como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Impostos	2 204	1 995
Total	2 204	1 995

(milhares de euros)

	2015	2014
Saldo em 1 de Janeiro	1 995	1 784
Dotações do exercício	209	211
Utilizações do exercício	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	2 204	1 995

A variação positiva de Outras provisões em 2014 e 2015 é explicada pela variação da componente relativa a juros compensatórios a pagar no caso de uma decisão desfavorável relativamente à utilização de deduções fiscais no apuramento de IRC entre 2006 e 2009, referentes a prejuízos fiscais de uma fusão empresarial. Esta variação é incluída em Outros gastos não técnicos da demonstração de ganhos e perdas.

NOTA 14 - PRÉMIOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Os prémios brutos emitidos, a variação da provisão para prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de seguro direto e resseguro aceite, são analisados como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Acidentes e doença	102 821	106 752	-184	742	103 005	106 010
Incêndio e outros danos	65 688	64 727	-272	-1 463	65 960	66 190
Automóvel	127 166	127 164	-259	-2 828	127 425	129 992
Marítimo, aéreo e transportes	6 379	7 484	-308	-161	6 687	7 645
Responsabilidade civil geral	10 076	10 257	-164	-132	10 240	10 389
Crédito e caução	29	32	-6	-10	35	42
Proteção jurídica	11	13	-1	-1	12	14
Assistência	12 834	11 787	277	641	12 557	11 146
Diversos	2 580	2 797	-54	-67	2 634	2 864
Total	327 584	331 013	-971	-3 279	328 555	334 292

Os prémios emitidos, a variação da provisão para prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de resseguro cedido, são analisados como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Emitidos de Resseguro		Variação PPNA		Prémios Adquiridos de Resseguro	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Acidentes e doença	2 308	3 900	-622	65	2 930	3 835
Incêndio e outros danos	26 390	30 513	-309	-972	26 699	31 485
Automóvel	1 383	1 387	2	-9	1 381	1 396
Marítimo, aéreo e transportes	3 456	4 441	-346	-86	3 802	4 527
Responsabilidade civil geral	1 419	1 663	-21	129	1 440	1 534
Crédito e caução	11	9	-	-3	11	12
Proteção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	12 770	11 639	441	616	12 329	11 023
Diversos	2 368	2 579	-60	-57	2 428	2 636
Total	50 105	56 131	-915	-317	51 020	56 448

A discriminação de alguns valores relativos ao seguro Não Vida de 2015, conforme formato requerido pela ASF, é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos	Custos de Exploração Brutos	Saldo de Resseguro
Acidentes e doença	100 359	100 759	81 477	27 581	-992
Incêndio e outros danos	63 678	64 034	27 253	23 284	-9 462
Automóvel					
- Responsabilidade civil	80 159	79 745	58 438	23 800	-744
- Outras coberturas	45 185	43 803	35 000	15 969	-549
Marítimo, aéreo e transportes	6 169	6 479	424	1 854	-2 411
Responsabilidade civil geral	9 909	10 060	9 603	3 873	4 271
Crédito e caução	29	35	134	13	-11
Proteção jurídica	11	11	27	6	-
Assistência	12 834	12 557	-3	2 529	-11 055
Diversos	2 565	2 596	679	631	-1 320
Total	320 898	320 079	213 032	99 540	-22 273
Resseguro aceite	6 686	8 476	2 459	1 528	-1 034
Total Geral	327 584	328 555	215 491	101 068	-23 307

NOTA 16 – RENDIMENTOS/ RÉDITOS E GASTOS DE INVESTIMENTOS

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento de réditos e gastos relativos a investimentos são abordados na Nota 3. O saldo da rubrica de Rendimentos, segregado pelos seus diversos tipos de rédito é como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Juros	4 128	7 525
Ativos financeiros disponíveis para venda	3 676	4 607
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	93	11
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	-	1 665
Depósitos, empréstimos e outros ativos	359	1 242
Rendas	2 018	1 549
Terrenos e edifícios	2 018	1 549
Dividendos	7 876	8 084
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	7 868	8 063
Ativos financeiros disponíveis para venda	8	21
Total	14 022	17 158

O saldo da rubrica de Rendimentos, analisado por tipo de ativo é como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	860	2 483
De outros emissores	2 909	3 800
Ações	7 868	8 063
Outros títulos de rendimento variável	8	21
Imóveis	2 018	1 549
Depósitos	21	845
Empréstimos e outros ativos	338	397
Total	14 022	17 158

O saldo da rubrica de Gastos financeiros é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Custos imputados à função investimentos	1 359	1 351
Custos diretos de funcionamento	232	267
Total	1 591	1 618

NOTA 17 - GANHOS E PERDAS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS

As quantias registadas em ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, segregadas pelas respetivas categorias, são como segue:

(milhares de euros)

	2015			2014		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Financeiros - Não ao Justo Valor Por Resultados	43 613	-3 879	39 734	26 712	-134 086	-107 374
Ativos financeiros disponíveis para venda	6 699	-2 879	3 820	26 185	-134 086	-107 901
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	527	-	527
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	36 914	-1 000	35 914	-	-	-
Financeiros - ao Justo Valor Por Resultados	3	-42	-39	-	59	59
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	3	-42	-39	-	59	59
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Não Financeiros	33	-172	-139	52	-	52
Terrenos e edifícios - uso próprio	-	-	-	-	-	-
Terrenos e edifícios - rendimento	33	-172	-139	52	-	52
Total	43 649	-4 093	39 556	26 764	-134 027	-107 263

No exercício de 2015, os ganhos em Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos correspondem à mais-valia gerada com a alienação à Calm Eagle Portugal Sociedade Unipessoal, Lda. da participação que a Companhia detinha na AdvanceCare – Gestão de Serviços de Saúde, S.A. (AdvanceCare).

Adicionalmente, as perdas em Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos correspondem à menos-valia realizada na venda à AdvanceCare da participação detida pela Companhia na Esumédica – Prestação de Cuidados Médicos, S.A. (Nota 7).

NOTA 18 - GANHOS E PERDAS DE AJUSTAMENTOS DE JUSTO VALOR EM INVESTIMENTOS

Os ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2015			2014		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Financeiros - ao Justo Valor	3	-226	-223	-	-216	-216
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas						
- Títulos de dívida	3	-226	-223	-	-216	-216
Não Financeiros	4 469	-1 339	3 130	2 285	-3 724	-1 439
Terrenos e edifícios - Rendimento	4 469	-1 339	3 130	2 285	-3 724	-1 439
Total	4 472	-1 565	2 907	2 285	-3 940	-1 655

NOTA 19 - GANHOS E PERDAS EM DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, exceto as que resultem de instrumentos financeiros valorizados pelo justo valor através dos resultados.

O saldo é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2015			2014		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 406	-1 046	360	18	-5	13
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Outros	607	-552	55	634	-250	384
Total	2 013	-1 598	415	652	-255	397

NOTA 20 - OUTROS RENDIMENTOS, GASTOS E VARIAÇÃO DE OUTRAS PROVISÕES

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/ gastos técnicos, líquidos de resseguro, é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Outros Rendimentos Técnicos	857	1 002
Comissões de gestão de cosseguro	231	166
Taxas de gestão de sinistros	6	5
Remuneração por serviços - IFAP	-	1
Gestão por conta de sinistros	620	830
Outros Gastos Técnicos	3 366	2 385
Comissões de gestão de cosseguro	785	208
Gestão por conta de sinistros	2 581	2 177
Valor do Ganhos e Perdas	-2 509	-1 383

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/ gastos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Outros Rendimentos Não Técnicos	1 668	3 367
Restituição de impostos	17	148
Correções e acertos	708	1 439
Outros ganhos	583	1 516
Juros e outros ganhos financeiros	38	31
Serviços prestados	258	229
Ganhos por alienação de ativos tangíveis	64	4
Outros Gastos Não Técnicos	6 322	6 511
Donativos	8	6
Mecenato	11	119
Ofertas a clientes	251	384
Multas	18	29
Quotizações	8	8
Custos de reestruturação	1 000	-
Correções e acertos	746	575
Outros gastos	3 683	4 854
Serviços bancários e juros de mora	597	537
Valor dos Ganhos e Perdas	-4 654	-3 144

No exercício de 2015, os Outros gastos incluem cerca de 2,4 milhões de euros relativos ao desreconhecimento ("write-off") de saldos que se encontravam pendentes de recebimento da Tranquilidade - Corporação Angolana de Seguros, S.A. (Nota 13).

NOTA 21 - GASTOS DIVERSOS POR FUNÇÃO E NATUREZA

Os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados diretamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas 4 funções principais da Companhia, encontrando-se os mesmos refletidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos;
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração - Custos de aquisição;
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração - Custos administrativos;
- Função Investimentos: Gastos financeiros - Outros.

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;
- % de utilização de meios informáticos;
- % de pessoas afetas a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é como segue:

(milhares de euros) (%)

2015	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	6 163	17%	14 423	40%	14 835	42%	265	1%	35 686	100%
Fornecimentos e serviços externos	2 162	12%	6 758	37%	9 206	50%	354	2%	18 480	100%
Impostos	-	0%	-	0%	2 412	100%	-	0%	2 412	100%
Amortizações	2 746	21%	6 139	48%	3 665	28%	361	3%	12 911	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	-	0%	1	0%	-	0%	379	100%	380	100%
Total	11 071	16%	27 321	39%	30 118	43%	1 359	2%	69 869	100%

(milhares de euros) (%)

2014	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	6 301	16%	14 861	37%	19 043	47%	388	1%	40 593	100%
Fornecimentos e serviços externos	2 078	11%	7 385	38%	9 666	50%	236	1%	19 365	100%
Impostos	-	0%	-	0%	2 351	100%	-	0%	2 351	100%
Amortizações	1 294	21%	2 814	45%	1 805	29%	349	6%	6 262	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	3	1%	4	1%	2	1%	378	98%	387	100%
Total	9 676	14%	25 064	36%	32 867	48%	1 351	2%	68 958	100%

O montante dos Custos com pessoal é analisado na Nota 22.

O montante dos Fornecimentos e Serviços Externos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Eletricidade e água	471	473
Combustíveis	212	321
Material de escritório, impressos e outros	125	132
Artigos para oferta	508	1 044
Manutenção de equipamento administrativo e imobiliário	231	276
Manutenção de equipamento informático	1 723	1 752
Rendas	1 998	2 045
Aluguer operacional de viaturas e outros alugueres	978	1 104
Despesas de deslocação e representação	878	1 220
Comunicações telefónicas e redes	344	493
Correios	1 623	1 394
Seguros	104	103
Avenças e honorários	204	312
Publicidade e marketing	1 048	1 184
Limpeza, higiene e conforto	393	377
Vigilância e segurança	222	281
Outsourcing, consultadorias e trabalhos especializados	4 088	3 400
Serviços e desenvolvimentos informáticos	2 048	1 724
Quotizações APS	218	220
Cobrança de prémios	480	662
Formação de mediadores	163	268
Trabalho temporário	122	158
Outros serviços e fornecimentos diversos	299	422
Total	18 480	19 365

O montante dos Impostos e taxas é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
IVA suportado	22	78
Taxa para o ASF	775	772
Taxa para o FAT	841	800
Imposto municipal sobre imóveis	31	35
Taxa para a Secretaria Geral do MAI	644	558
Taxa para o Gabinete Português de Carta Verde	54	53
Outros impostos, taxas e licenças	45	55
Total	2 412	2 351

O montante das Amortizações é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	9 574	3 651
Software	1 022	651
Outros ativos intangíveis	311	-
Equipamento informático	690	505
Imóveis de uso próprio	498	497
Equipamento administrativo e máquinas	221	254
Instalações interiores	53	50
Locação financeira	27	63
Outro equipamento	515	591
Total	12 911	6 262

A Companhia efetuou em 2015 uma revisão criteriosa da sua política de capitalização de custos informáticos registados em ativos intangíveis, tendo chegado à conclusão, pela análise individual de cada projeto, que se tornava imperativo proceder a uma amortização extraordinária destes ativos, quer pela redefinição da sua vida útil à luz do seu contributo para os proveitos futuros, quer pela reavaliação da sua materialidade.

Esta revisão resultou no apuramento de um montante de 5 876 milhares de euros de amortização extraordinária e não recorrente, o que justifica a subida significativa das amortizações de Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas e de *Software*.

O montante de Outros custos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Juros de depósitos de resseguradores	2	13
Juros de locação financeira	2	10
Comissões de guarda, gestão títulos e outros comissões	376	364
Total	380	387

O montante dos Custos e gastos de exploração líquidos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Custos de aquisição		
Remunerações de mediação	35 662	36 672
Custos imputados	27 321	25 064
Outros custos de aquisição	6 254	6 883
Custos de aquisição diferidos (variação)	-80	539
Gastos administrativos		
Remunerações de mediação	1 793	1 830
Custos imputados	30 118	32 867
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-7 375	-9 405
Total	93 693	94 450

NOTA 22 - GASTOS COM PESSOAL

O número médio de trabalhadores ao serviço da Companhia por categoria profissional é analisado como segue:

	2015	2014
Diretores	20	20
Gestores	78	77
Coordenadores	130	132
Técnicos	170	178
Especialistas	263	252
Auxiliares	5	5
Total	666	664

Estes quantitativos devem ser complementados com 10 colaboradores afetos à sucursal de Espanha.

O montante das despesas com o pessoal são discriminadas como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Remunerações - órgãos sociais	1 364	1 971
Remunerações - pessoal	25 054	25 070
Encargos sobre remunerações - órgãos sociais	186	315
Encargos sobre remunerações - pessoal	5 435	5 555
Benefícios pós-emprego - planos de pensões de benefícios definidos	1 270	5 396
Seguros obrigatórios	1 169	1 113
Gastos de ação social	837	917
Formação	225	235
Outros gastos com pessoal	146	21
Total	35 686	40 593

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não existiam créditos concedidos pela Companhia aos membros dos órgãos sociais.

As políticas de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração, de Fiscalização, da Mesa da Assembleia Geral e dos “Colaboradores com funções-chave” são apresentadas na Divulgação das Políticas de Remuneração, no final do presente Relatório e Contas.

Os honorários faturados durante o exercício de 2015 pelo Revisor Oficial de Contas que cessou funções, no âmbito dos serviços de Revisão Legal de Contas do exercício de 2014, perfizeram o montante de 42 milhares de euros.

Os honorários faturados e a faturar pela Deloitte & Associados, SROC S.A., Revisor Oficial de Contas da Companhia, relativos ao exercício de 2015 ascendem a 156 milhares de euros, dos quais 130 milhares de euros relativos à Revisão Oficial de Contas e 26 milhares de euros relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade.

NOTA 23 - OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Conforme referido na Nota 3, a Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos nos Instrumentos de Regulamentação Coletivas de Trabalho (IRCT) aplicáveis.

Em conformidade com o Contrato Coletivo de Trabalho, publicado no BTE nº. 32 de 9 de agosto 2008, é concedida aos Colaboradores abrangidos por este contrato, admitidos no setor até 22 de junho de 1995, a possibilidade de acederem a uma prestação pecuniária complementar à reforma atribuída pela Segurança Social.

Existe também um plano que abrange um conjunto de benefícios de saúde para os colaboradores no ativo e pré-reformados até à idade normal de reforma.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, alterações que se mantiveram no Acordo Coletivo de Trabalho publicado no BTE, nº 4 de 29 de janeiro de 2015.

Das alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, são de salientar as seguintes: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixaram de ser abrangidos por um plano de contribuição definida, passando a estar abrangidos por um plano de benefício definido, (ii) compensação de 55% do salário base mensal paga em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (“settlement”).

Considerando que os desvios atuariais estão reconhecidos em reservas, a Companhia não teve qualquer impacto adicional nos resultados e nas reservas decorrentes da liquidação efetiva do plano.

Adicionalmente, a Companhia tinha também atribuído aos seus Administradores o direito a pensões ou complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez e morte, tendo constituído um fundo de pensões específico para o financiamento destas responsabilidades. Contudo, em 15 de dezembro de 2015, a Assembleia Geral da Companhia considerou o regulamento do direito dos administradores a pensão ou complemento de pensão nulo. A Companhia mantém registadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 o valor das responsabilidades que estimou até esta data, líquido do valor dos ativos do fundo de pensões.

A avaliação atuarial dos benefícios por pensões de reforma e benefícios de saúde na Tranquilidade é efetuada anualmente, tendo a última sido efetuada com data de referência a 31 de dezembro de 2015.

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais, para 31 de dezembro de 2015 e 2014, utilizados para determinar o valor atualizado das responsabilidades com pensões e benefícios de saúde para os colaboradores são as seguintes:

	2015	2014
Pressupostos Financeiros		
Taxas de evolução salarial	0,50%	0,5% e 1% (*)
Taxa de crescimento das pensões	0,50%	0,5% e 1% (*)
Taxas de rendimento do fundo	0,50%	0,5% e 1% (*)
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	1,5% e 2,5% (*)	2,25%
Taxa de desconto	2,25%	3,75%
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Método de valorização atuarial	Project Unit Credit Method	

(*) Relativo a responsabilidades com Administradores.

A 31 de dezembro de 2015 e 2014, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2015	2014
Ativos	2	6
Reformados	185	207
Total	187	213

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado para maturidades similares às das responsabilidades.

A 31 de dezembro de 2015 e 2014, as responsabilidades por serviços passados da Tranquilidade, de acordo com os estudos atuariais efetuados, assim como os fundos e as provisões disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

(milhares de euros)

	2015			2014		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
Ativos/ (Responsabilidades) Líquidas Reconhecidas em Balanço						
Responsabilidades em 31 de dezembro	-43 107	-706	-43 813	-41 135	-767	-41 902
Saldo do fundo em 31 de dezembro	32 452	-	32 452	33 533	-	33 533
Ativos/ (Responsabilidades) Líquidas em Balanço em 31 de Dezembro	-10 655	-706	-11 361	-7 602	-767	-8 369

Adicionalmente, a Tranquilidade transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A.. O número de colaboradores coberto por essas apólices ascende a 327 (2014: 343), e o valor total da responsabilidade ascende a 9 606 milhares de euros (2014: 10 492 milhares de euros).

Nos termos da Norma Regulamentar n.º 5/2007-R, de 27 de abril, da ASF, as empresas de seguros devem assegurar no final de cada exercício:

- o financiamento integral do valor atual da responsabilidade com pensões em pagamento, incluindo as prestações de pré-reforma e reforma antecipada até à idade normal de reforma e após esta idade; e
- o financiamento de um nível mínimo de 95% do valor atual da responsabilidade por serviços passados de pessoal no ativo, excluindo pré-reformados ou reformados antecipadamente.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as responsabilidades com pensões em pagamento da Tranquilidade encontravam-se integralmente financiadas.

O plano de pensões em questão é não contributivo e independente da segurança social, sendo financiado pelo fundo de pensões da Companhia. Dado o atual nível de financiamento do fundo, não é previsível que sejam necessárias contribuições no próximo ano. O fundo de pensões da Companhia apresenta uma duração média de cerca de 5 anos, no caso dos colaboradores, e de cerca de 17,4 anos, no caso dos administradores.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2015			2014		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
Responsabilidades em 1 de Janeiro	41 135	767	41 902	36 848	649	37 497
Transferências para o fundo contribuição definida	-232	-	-232	-	-	-
Alteração do plano	-	-	-	-	-	-
Custo do serviço corrente	383	27	410	1 861	25	1 886
Custo dos juros	881	-	881	-	-	-
Custo com ativos admitidos em 2015	689	-	689	-	-	-
(Ganhos) e perdas atuariais nas responsabilidades	4 090	1	4 091	1 686	192	1 878
Pensões pagas pelo fundo	-3 839	-	-3 839	-3 961	-	-3 961
Benefícios pagos pela Companhia	-	-89	-89	-	-99	-99
Curtailement	-	-	-	4 701	-	4 701
Responsabilidades em 31 de Dezembro	43 107	706	43 813	41 135	767	41 902

No exercício de 2015, as Transferências para outros fundos de pensões dizem respeito à transferência das responsabilidades com benefícios pós-emprego de um ex-administrador da Companhia para outra empresa. A transferência da responsabilidade foi acompanhada da transferência de ativos do fundo de pensões pelo mesmo montante.

No exercício de 2014, o *Curtailment* diz respeito ao aumento das responsabilidades reconhecidas pela Companhia resultante da possibilidade dos Administradores requererem o acesso à pré-reforma e ao pagamento da respetiva pensão a partir dos 55 anos de idade, desde que cumpridos 16 anos de serviço nessas funções.

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios de 2015 e 2014 pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2015			2014		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
Saldo do Fundo em 1 de Janeiro	33 533	-	33 533	33 594	-	33 594
Alteração do plano	-	-	-	-	-	-
Rendimento real do fundo						
- Rendimento esperado do fundo	710	-	710	1 191	-	1 191
- Ganhos e perdas atuariais	2 280	-	2 280	1 551	-	1 551
Contribuições pagas pelos participantes do fundo	-	-	-	1 258	-	1 258
Pensões pagas pelo fundo	-3 839	-	-3 839	-3 961	-	-3 961
Transferências de outros fundos	-232	-	-232	-100	-	-100
Saldo do Fundo em 31 de Dezembro	32 452	-	32 452	33 533	-	33 533

A evolução dos desvios atuariais reconhecidos na reserva pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2015			2014		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
Desvios Reconhecidos nas Reservas em 1 de Janeiro	17 830	684	18 514	17 695	492	18 187
(Ganhos) e perdas atuariais						
- Nas responsabilidades	4 090	1	4 091	1 686	192	1 878
- Nos ativos do plano	-2 280	-	-2 280	-1 551	-	-1 551
Utilização de reservas para redução de capital	-18 514	-	-18 514	-	-	-
Desvios Reconhecidos nas Reservas em 31 de Dezembro	1 126	685	1 811	17 830	684	18 514

A evolução dos ativos a receber/ passivos a entregar durante 2015 e 2014 pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2015			2014		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
(Ativos)/ Passivos a Receber ou Entregar em 1 de Janeiro	7 602	767	8 369	3 254	649	3 903
Alteração do plano	-	-	-	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais das responsabilidades	4 090	1	4 091	1 686	192	1 878
Ganhos e perdas atuariais dos fundos	-2 280	-	-2 280	-1 551	-	-1 551
Encargos do ano:						
- Custo do serviço corrente	383	27	410	1 861	25	1 886
- Custo dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	171	-	171	-1 191	-	-1 191
- Custo com ativos admitidos em 2015	689	-	689	-	-	-
Contribuições efetuadas no ano e pensões pagas pela Companhia	-	-89	-89	-1 258	-99	-1 357
<i>Curtailment</i>	-	-	-	4 701	-	4 701
Transferências de outros fundos	-	-	-	100	-	100
(Ativos)/ Passivos a Receber ou Entregar em 31 de Dezembro	10 655	706	11 361	7 602	767	8 369

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2015			2014		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
Custo do serviço corrente	383	27	410	1 861	25	1 886
Custo dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	171	-	171	-1 191	-	-1 191
Custo com ativos admitidos em 2015	689	-	689	-	-	-
<i>Curtailment</i>	-	-	-	4 701	-	4 701
Alteração do plano	-	-	-	-	-	-
Custos do Exercício	1 243	27	1 270	5 371	25	5 396

Os ativos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Ações e outros títulos de rendimento variável	4 535	4 876
Títulos de rendimento fixo	31 451	34 457
Imobiliário	10 841	8 276
Liquidez	1 976	2 968
Outros ativos	1 392	1 516
	50 195	52 094

Os valores de ativos acima divulgados representam a totalidade dos ativos do Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade e GNB Seguros Vida, do qual a associada Tranquilidade detém cerca de 64,7% (2014: 64,4%).

A análise de sensibilidade e os seus impactos na obrigação acumulada de benefícios pós-emprego, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

(milhares de euros)

	2015		2014	
	+25 p.p.	-25 p.p.	+25 p.p.	-25 p.p.
Variação na taxa de desconto das responsabilidades	- 790	838	- 803	853
Variação na evolução das pensões	609	- 586	730	- 705

NOTA 24 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Conforme referido na Nota 3, a Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Em 2014, dado que se verificou um prejuízo fiscal, não foi apurado qualquer imposto corrente, apenas tributação autónoma. O cálculo do imposto corrente do exercício de 2015 foi apurado com base na taxa nominal de imposto e dos diversos escalões de derramas, de cerca de 25,5%, que correspondia à taxa nominal aprovada à data do balanço.

A Companhia tem sido objeto de inspeções anuais pela Autoridade Tributária, cujo último relatório se refere ao exercício de 2013. Genericamente não se têm constatado ajustamentos significativos às declarações entregues e inspecionadas.

Os exercícios posteriores estão sujeitos a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos, ou duração superior se estiver em causa a dedução de prejuízos fiscais, sendo nesse caso aplicado um período idêntico ao limite temporal de dedução dos mesmos. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Tranquilidade, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

Por se encontrarem pendentes de aceitação por parte da Administração Fiscal, as seguintes situações de benefícios fiscais não foram ainda consideradas para efeitos contabilísticos de estimativa de imposto a pagar:

- Reporte fiscal de fusão ocorrida em 2004, no valor de 40 780 milhares de euros;
- Reinvestimento de mais-valias de venda em 2006 de participação financeira, no valor de 28 754 milhares de euros.

A Companhia apresentou resultados fiscais negativos nos exercícios de 2011 e 2014, conforme segue:

(milhares de euros)

Exercício	Reporte Inicial	Reporte Utilizado	Reporte por Utilizar	Último Ano para Utilização
2011	24 431	6 987	17 444	2015
2014	116 371	-	116 568	2026
Total	140 999	6 987	134 012	

A eventual dedução de prejuízos fiscais reportáveis ainda recuperáveis a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 75% do respetivo lucro tributável, não ficando, porém, prejudicada a dedução da parte desses prejuízos que não tenham sido deduzidos, nas mesmas condições e até ao final do respetivo período de dedução.

Contudo a Companhia não procedeu em 2015, nem à dedução em sede de imposto corrente, nem ao apuramento de imposto diferido ativo sobre os valores de reporte fiscal por utilizar, acima referidos, tendo em atenção que os mesmos deixam de poder ser automaticamente dedutíveis e precisam de ser autorizados pela Autoridade Tributária, conforme disposição legal nesse sentido quando existe uma mudança acionista envolvendo mais de 50% do capital social, facto que ocorreu em 15 de janeiro de 2015.

A Companhia entregou, dentro dos prazos legais, os respetivos requerimentos de pedido de autorização para manutenção destes prejuízos fiscais, estando a aguardar o deferimento dos mesmos por parte da Autoridade Tributária.

Os ativos e passivos por impostos correntes reportados nos exercícios de 2015 e 2014 explicam-se como segue:

(milhares de euros)

	2015		2014	
	Ativos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes	Ativos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes
Imposto sobre o rendimento	37	8 408	93	7 134
Retenção de imposto na fonte	2	803	3	790
Imposto sobre o valor acrescentado	60	38	61	144
Outros impostos e taxas	270	6 047	80	6 518
Contribuições para a segurança social	384	448	350	445
Tributos das autarquias locais	-	95	-	119
Total	753	15 839	587	15 150

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Passivo por impostos correntes - Imposto sobre o rendimento inclui o montante de 7 134 milhares de euros relativo a uma provisão constituída para cobertura das responsabilidades resultantes das correções efetuadas pela Administração Fiscal às estimativas de imposto da Companhia referentes aos exercícios de 2006 e 2009, devido à utilização de prejuízos fiscais reportáveis da ESIA - Inter-Atlântico Companhia de Seguros.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço, pelo seu líquido, em 2015 e 2014 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

Rubricas	Ativo		Passivo		Líquido	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Investimentos	5 561	3 351	-	-	5 561	3 351
Benefícios pós-emprego	62	62	-	-	62	62
Provisão cobranças duvidosas	52	41	-	-	52	41
Prejuízos fiscais	-	-	-	-	-	-
Imóveis	1 412	1 557	-	-	1 412	1 557
Outros custos não dedutíveis	1 898	1 097	-	-658	1 898	439
Total	8 985	6 108	-	-658	8 985	5 450

Em 31 de dezembro de 2015, as Outras diferenças temporárias incluem cerca de 1 326 milhares de euros relativos à amortização extraordinária de ativos intangíveis, que apenas será aceite para efeitos fiscais em exercícios futuros.

Os impostos correntes e diferidos nos exercícios de 2015 e 2014 foram reconhecidos como segue:

(milhares de euros)

2015	Reserva de Justo Valor	Ganhos e Perdas	Total
Imposto Corrente	-	-1 802	-1 802
Estimativa de IRC	-	-950	-950
Imposto autónomo	-	-852	-852
Imposto Diferido	1 644	1 891	3 535
Investimentos	1 644	566	2 210
Provisão cobranças duvidosas	-	11	11
Imovéis com intenção de venda	-	-145	-145
Outros custos não dedutíveis	-	1 459	1 459
Total	1 644	89	1 733

(milhares de euros)

2014	Reserva de Justo Valor	Ganhos e Perdas	Total
Imposto Corrente	-	-1 204	-1 204
Estimativa de IRC	-	-	-
Imposto autónomo	-	-1 204	-1 204
Imposto Diferido	-1 655	712	-944
Investimentos	-1 655	3 663	2 007
Benefícios pós-emprego	-	-3	-3
Provisão cobranças duvidosas	-	-3	-3
Prejuízos fiscais	-	-2 810	-2 810
Imovéis com intenção de venda	-	262	262
Outros custos não dedutíveis	-	-397	-397
Total	-1 655	-492	-2 148

A reconciliação da taxa efetiva de imposto pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2014	2013
Resultado antes de impostos	29 275	-187 773
Taxa de imposto nominal	25,5%	25,5%
Imposto Apurado com Base na Taxa Oficial	-7 465	47 882
Imparidades não tributadas	-1 227	-13 434
Desreconhecimento de Goodwill	-	-6 575
Reporte de prejuízos fiscais não considerados	-	-27 004
Outros proveitos e custos excluídos de tributação	-1 271	-2 843
Imposto autónomo	-852	-1 204
Dividendos excluídos da tributação	2 006	2 028
Benefícios fiscais	135	133
Diferenças nas valias aceites fiscalmente	8 763	525
Imposto Reconhecido nos Resultados	89	-492
Taxa de Imposto Efetiva	-0,3%	-0,3%

No exercício de 2015, as Diferenças nas valias aceites fiscalmente incluem cerca de 9 158 milhares de euros relativos ao efeito fiscal das valias realizadas com a alienação das participações detidas pela Companhia na AdvanceCare e na Esumédica.

NOTA 25 - CAPITAL

O capital da Tranquilidade, em 31 de dezembro de 2014, no valor de 160 milhões de euros, foi objecto de redução integral, em 2015, pela cobertura da totalidade de resultados transitados negativos e reservas livres e por parte das reservas legais, conforme é visível no Mapa de Variação de Capitais Próprios.

Na sequência do referido acima, efetuou-se um aumento de capital no valor de 42 milhões de euros, representado por 42 milhões de ações de valor nominal de 1 euro cada, que se encontra realizado em 12,6 milhões de euros, pelo seu acionista único, a sociedade Calm Eagle Holdings S.à r.l..

Em 2015, o acionista reforçou ainda os capitais próprios, através de prestações acessórias, no valor total de 60 milhões de euros, as quais não vencem juros e sobre as quais incidem as condições de reembolso determinadas pela legislação aplicável.

Os resultados dos exercícios de 2014 e de 2013 foram aplicados em 2015 e 2014, respetivamente, conforme indicado:

(milhares de euros)

	2015	2014
Resultados transitados	-188 265	2 118
Pagamento de dividendos	-	15 000
Reserva legal	-	1 902
	-188 265	19 020

NOTA 26 - RESERVAS

Dentro do capital próprio existem diversos tipos de reservas cuja natureza e finalidade são como segue:

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ ou em exercícios anteriores.

Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Reservas livres

As reservas livres resultam da decisão da aplicação dos resultados positivos obtidos no exercício ou transitados, tomada em assembleia geral.

Reserva desvios atuariais

De acordo com o IAS 19 - Benefícios a empregados, a Tranquilidade reconhece os desvios atuariais por contrapartida de reservas.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as reservas podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Reservas de justo valor de ativos financeiros	-1 278	5 174
Reserva por impostos diferidos	405	-1 239
Outras reservas	34 441	31 759
- Reserva legal	36 252	49 345
- Reserva desvios atuariais	-1 811	-18 514
- Reservas livres	-	928
Reservas	33 568	35 694

A descrição dos movimentos de cada reserva dentro do capital próprio encontra-se expressa na demonstração de variação de capitais próprios que é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as restantes demonstrações financeiras.

A reserva de justo valor bruta, segundo a tipologia de ativos, pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Títulos de rendimento fixo	-6 157	3 101
Títulos de rendimento variável	4 879	2 073
Reservas de Justo Valor	-1 278	5 174

A reserva de justo valor líquida explica-se, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda (sem juro decorrido)	366 819	277 890
Imparidade	-5 753	-3 367
Custo amortizado/ aquisição líquido de imparidade	361 066	274 523
Justo valor de investimentos disponíveis para venda (sem juro decorrido)	359 788	279 697
Reserva de reavaliação bruta (Justo valor - custo)	-1 278	5 174
Impostos diferidos e correntes	405	1 239
Reserva de Reavaliação Líquida de Impostos	-873	3 935

O movimento da reserva de justo valor líquida, nos exercícios de 2015 e 2014, é como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Saldo a 1 de Janeiro	3 935	941
Variações de justo valor, incluindo variação por alienações	-4 066	4 282
Imparidade reconhecida no ano	-2 386	367
Variação impostos diferidos reconhecida no ano	1 644	-1 655
Saldo a 31 de Dezembro	-873	3 935

NOTA 27 – RESULTADOS POR AÇÃO

O resultado por ação nos exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	2015	2014
Resultado líquido do exercício (em milhares de euros)	29 364	-188 265
Número de ações (final do exercício)	42 000 000	32 000 000
Resultados por Ação (em euros)	0,70	-5,88

NOTA 28 – DIVIDENDOS POR AÇÃO

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia tinha como acionista único a sociedade Calm Eagle Holdings, S.à r.l., pertencente ao Grupo Apollo, à qual não foram pagos dividendos. A Companhia tinha como acionista único, até ao final do exercício de 2014, a Partran – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., à qual, durante o exercício de 2014, foram atribuídos e pagos os seguintes dividendos, resultando nos respetivos dividendos por ação:

	2015	2014
Dividendos (em milhares de euros)	-	15 000
Número de ações (início do exercício)	32 000 000	32 000 000
Dividendos por Ação (em euros)	-	0,47

NOTA 29 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Em 15 de janeiro de 2015, o Grupo Apollo, através da sociedade Calm Eagle Holdings S.à r.l. adquiriu a totalidade do capital acionista da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., tendo esta aquisição merecido a aprovação prévia da ASF. Desta forma, em 31 de dezembro de 2015, são consideradas entidades relacionadas da Companhia todas as suas participadas e as restantes entidades que integram o Grupo Apollo.

Até essa data, a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. pertencia à ESFG - Espírito Santo Financial Group, pelo que em 31 de dezembro de 2014 eram consideradas entidades relacionadas todas as entidades do Grupo ESFG.

Os relacionamentos entre as entidades relacionadas, abrangem diversas áreas de negócio, sendo as operações e serviços mais relevantes as situações de arrendamento, serviços de informática, seguros Vida e Não Vida, comercialização de seguros, resseguro, gestão de seguros do ramo saúde, serviços médicos, consultadoria e serviços de *call center*.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o montante global dos ativos e passivos da Tranquilidade que se referem a operações realizadas com empresas associadas e relacionadas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	2015				2014			
	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos
ADVANCECARE	402	595	3 848	52	-	342	4 386	1 287
APOLLO MANAGEMENT INTERNATIONAL	-	-	131	-	-	-	-	-
APOLLO MANAGEMENT VIII, LP	-	-	159	-	-	-	-	-
CORPUS CHRISTI	1 250	-	-	-	1 000	-	-	-
E.S. CONTACT CENTER	969	1	56	66	1 312	67	89	181
ESUMÉDICA	32	3	840	30	1 018	3	840	30
EUROP ASSISTANCE	1 436	-	-	2 021	1 422	4	-	1 269
GNB SEGUROS	13	-	-	2 122	3	-	-	1 868
IMOCRESCENTE	3 050	-	-	-	4 150	-	-	-
IMOPRIME	-	-	-	-	-	-	-	-
LOGO	28	804	2 119	(703)	84	12	6 055	6 140
T-VIDA	223	37	-	3 800	633	16	-	3 800
TRQ ANGOLA	6 196	-	1 049	4 793	8 835	-	372	3 072
TRQ MOÇAMBIQUE NÃO VIDA	1 234	-	300	730	1 374	-	106	572
TRQ MOÇAMBIQUE VIDA	311	-	-	-	322	-	-	-
BES AÇORES (*)	-	-	-	-	213	-	-	-
BESI (*)	-	-	-	-	183	-	-	-
BESLEASING (*)	-	-	-	-	-	63	9	-
BEST (*)	-	-	-	-	27	-	-	-
E.S. FINANTIAL PRT (*)	-	-	-	-	-	-	-	16
E.S. INFORMÁTICA (*)	-	-	-	-	-	-	150	-
E.S. INVESTMENT (*)	-	-	-	-	2	-	430	15
E.S. RECUPERAÇÃO CRÉDITO, ACE (*)	-	-	-	-	2	-	-	15
E.S. SERVIÇOS 2, ACE (*)	-	-	-	-	-	9	534	-
ESAF (*)	-	-	-	-	2	-	-	22
ESEGUR (*)	-	-	-	-	126	39	250	1 158
ESFG (*)	-	-	-	-	-	-	319	-
GESFIMO (*)	-	-	-	-	2	-	-	34
GNB SEGUROS VIDA (*)	-	-	-	-	85	-	-	115
HERDADE DA COMPORTA (*)	-	-	-	-	1	-	-	5
HOTÉIS TIVOLI (*)	-	-	-	-	-	-	30	-
MULTIPESSOAL-SERVIÇOS (*)	-	-	-	-	54	4	153	462
NOVO BANCO (*)	-	-	-	-	28 622	2 130	1 597	2 389
SGL - SOCIEDADE GERAL LIMPEZAS (*)	-	-	-	-	-	15	375	-
TOP ATLÂNTICO (*)	-	-	-	-	-	2	867	-
	15 144	1 440	8 503	12 911	49 470	2 705	16 562	22 450

(*) Entidades que deixaram de ser consideradas partes relacionadas em 2015.

De registar ainda os seguintes factos significativos ocorridos com partes relacionadas:

- (2015) Imparidade e desreconhecimento ("write-off") de débitos sobre a subsidiária Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A. (7,2 milhões de euros)
- (2014) Menos valias e imparidade de dívida GES (140,3 milhões de euros)
- (2014) Imparidade na subsidiária Seguros LOGO, S.A. (35,9 milhões de euros)

NOTA 30 - DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

A demonstração de fluxos de caixa, elaborada numa ótica indireta de origem e aplicação de fundos, é apresentada no início do relatório e contas em conjunto com as restantes demonstrações financeiras.

NOTA 31 - COMPROMISSOS

Com a aquisição da Tranquilidade pelo novo acionista Calm Eagle Holdings, S.à r.l. (Apollo), foi assumido pelo mesmo, o compromisso de iniciar um processo com vista à alienação da participação da Tranquilidade na ES Contact, S.A..

Foi igualmente assumido pela Apollo, o compromisso de após solicitação por parte do Novo Banco, S.A., alienar a participação da Tranquilidade na GNB – Gestão de Ativos, SGPS, S.A., ao Novo Banco, S.A. ou a uma terceira entidade que venha a ser designada por este. O valor da alienação da participação da Tranquilidade na GNB – Gestão de Ativos, SGPS, S.A. será determinado por uma terceira entidade designada de comum acordo pela Apollo e Novo Banco, independente a ambas as partes e de reconhecidos créditos na avaliação de empresas.

Conforme referido na Nota 6, em 2015 foi realizada a referida avaliação desta participada por uma entidade independente, com base na qual foi definido um preço de venda de 25,4 milhões de euros. Desta forma, foi registada no exercício de 2015 uma perda por imparidade de 4,3 milhões de euros de forma a reduzir o valor de balanço desta participação ao seu valor realizável.

No caso em que nenhuma das transações, da ES Contact, S.A. e da GNB – Gestão de Ativos, SGPS, S.A., seja concluída num prazo de 5 anos após a data de aquisição da Tranquilidade pela Apollo ou no caso da participação na GNB – Gestão de Ativos, SGPS, S.A., não seja solicitada a sua alienação pelo Novo Banco, nesse prazo, extinguem-se os compromissos acima referidos e assumidos pela Apollo perante o Novo Banco.

De referir ainda que a Companhia detêm uma opção de compra de 2% do capital da Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A., que a efetivar-se alterará a participação para 51% do capital e direitos de votos desta entidade, estando todo o processo condicionado à autorização prévia pelas autoridades angolanas competentes.

A Companhia detêm ainda contratos de locação financeira para aquisição de equipamento informático e material de transporte, bem como contratos de locação operacional referentes a material de transporte.

Os valores de compromissos contratuais expressos no balanço dos contratos em regime de locação financeira são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Ativos tangíveis (valor bruto)	11 332	11 481
Amortizações acumuladas	-11 314	-11 436
Ativos Tangíveis (Valor Líquido)	18	45
Credores - Fornecedores de Bens	23	118

A maturidade das rendas de contratos de locação financeira e das prestações de locação operacional vincendas é analisada como segue:

(milhares de euros)

	Até 3 Meses	4 a 12 Meses	+1 a 5 Anos
Contratos de locação financeira	23	-	-
Contratos de locação operacional	187	488	985

NOTA 33 – CONCENTRAÇÕES DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Em 30 de junho de 2014 a Companhia adquiriu o trespasse do negócio da sucursal em Portugal da A.M.A. - Agrupación Mutual Aseguradora, Mútua de Seguros a Prima Fija ("A.M.A.")

No âmbito do processo de trespasse procedeu-se à transferência da carteira de seguros do ramo Não Vida da A.M.A. para a Tranquilidade, incluindo todos os ativos e passivos dessa carteira, pelo que a Tranquilidade passou a assumir, a partir da referida data, todos os direitos e obrigações decorrentes dos contratos de seguro em vigor.

O processo em questão foi devidamente instruído, supervisionado e autorizado pelas entidades competentes, nomeadamente a Dirección General de Seguros y Fondos de Pensiones ("DGSFP") e pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

O investimento total correspondeu a 1 250 milhares de euros sendo que o valor estimado do negócio adquirido, reconhecido em 2014 em resultado desta aquisição, pode ser demonstrado conforme segue:

(milhares de euros)

Ativo	
Ativos tangíveis líquidos	12
Provisões técnicas RC	2 706
Outros devedores	105
	2 823
Passivo	
Provisões técnicas SD	2 706
Acréscimos e diferimentos	111
	2 817
Justo valor dos ativos adquiridos	6
Valor de aquisição	1 250
Valor Estimado do Negócio	1 244

O valor estimado do negócio foi inicialmente registado na rubrica *Goodwill*, tendo a Companhia transferido o mesmo para a rubrica Outros intangíveis no exercício de 2015.

NOTA 36 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO NÃO DESCRITOS EM PONTOS ANTERIORES

No dia 25 de março de 2016 foi assinado entre a Apollo Global Management, acionista da Tranquilidade, e os acionistas da Açoreana Seguros, S.A. o acordo de compra e recapitalização da Açoreana Seguros, S.A..

A operação está sujeita ainda à aprovação pelas autoridades nacionais e internacionais, prevendo-se no entanto que, a curto prazo, seja possível a sua conclusão.

Após a aprovação, a Tranquilidade será parte do esforço de recapitalização da Açoreana Seguros, S.A., nos termos que vierem a ser aprovados pela ASF.

NOTA 37 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas

1- Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício de 2015

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia (UE) tiveram aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

Norma/ Interpretação	Aplicável na UE nos Exercícios Iniciados Em ou Após	
IFRIC 21 – Pagamentos ao Estado	17-Jun-14	Estabelece as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.
Emenda à IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – ciclo 2011-2013)	1-Jan-15	Clarifica que a IFRS 3 exclui do seu âmbito de aplicação a formação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.
Emenda à IFRS 13 – Mensuração ao justo valor (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – ciclo 2011-2013)	1-Jan-15	Clarifica que a exceção de aplicação da norma a ativos e passivos financeiros com posições compensadas se estende a todos os contratos no âmbito da IAS 39, independentemente de cumprirem com a definição de ativo ou passivo financeiro da IAS 32.
Emenda à IAS 40 – Propriedades de investimento (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – ciclo 2011-2013)	1-Jan-16	Clarifica que é necessário aplicar juízo de valor para determinar se a aquisição de uma propriedade de investimento constitui uma aquisição de um ativo ou uma concentração de atividades empresariais abrangida pela IFRS 3.

A adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas não produziu efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2015.

2 - Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela UE:

Norma/ Interpretação	Aplicável na UE nos Exercícios Iniciados Em ou Após	
Emenda à IAS 19 – Benefícios dos empregados – Contribuições de empregados	1-Fev-15	Clarifica em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2010-2012)	1-Fev-15	Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 2 – Pagamentos com base em ações: definição de <i>vesting condition</i> ; IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais: contabilização de pagamentos contingentes; IFRS 8 – Segmentos operacionais: divulgações relacionadas com o julgamento aplicado em relação à agregação de segmentos e clarificação sobre a necessidade de reconciliação do total de ativos por segmento com o valor de ativos nas demonstrações financeiras; IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 – Ativos intangíveis: necessidade de reavaliação proporcional de amortizações acumuladas no caso de reavaliação de ativos fixos; e IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas: define que uma entidade que preste serviços de gestão à Empresa ou à sua empresa-mãe é considerada uma parte relacionada; e IFRS 13 – Justo valor: clarificações relativas à mensuração de contas a receber ou a pagar de curto prazo.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2012-2014)	1-Jan-16	Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas: introduz orientações de como proceder no caso de alterações quanto ao método expectável de realização (venda ou distribuição aos acionistas); IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações: clarifica os impactos de contratos de acompanhamento de ativos no âmbito das divulgações associadas a envolvimento continuado de ativos desconhecidos, e isenta as demonstrações financeiras intercalares das divulgações exigidas relativamente a compensação de ativos e passivos financeiros; IAS 19 – Benefícios dos empregados: define que a taxa a utilizar para efeitos de desconto de benefícios definidos deverá ser determinada com referência às obrigações de alta qualidade de empresas que tenham sido emitidas na moeda em que os benefícios serão liquidados; e IAS 34 – Relato financeiro intercalar: clarificação sobre os procedimentos a adotar quando a informação está disponível em outros documentos emitidos em conjunto com as demonstrações financeiras intercalares.
Emenda à IFRS 11 – Acordos conjuntos – Contabilização de aquisições de interesses em acordos conjuntos	1-Jan-16	Esta emenda está relacionada com a aquisição de interesses em operações conjuntas. Estabelece a obrigatoriedade de aplicação da IFRS 3 quando a operação conjunta adquirida constituir uma atividade empresarial de acordo com a IFRS 3. Quando a operação conjunta em questão não constituir uma atividade empresarial, deverá a transação ser registada como uma aquisição de ativos. Esta alteração tem aplicação prospectiva para novas aquisições de interesses.
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras – “Disclosure Initiative”	1-Jan-16	Esta emenda vem clarificar alguns aspetos relacionados com a iniciativa de divulgações, designadamente: (i) a entidade não deverá dificultar a inteligibilidade das demonstrações financeiras através da agregação de itens materiais com itens imateriais ou através da agregação de itens materiais com naturezas distintas; (ii) as divulgações especificamente requeridas pelas IFRS apenas têm de ser dadas se a informação em causa for material; (iii) as linhas das demonstrações financeiras especificadas pela IAS 1 podem ser agregadas ou desagregadas, conforme tal for mais relevante para os objetivos do relato financeiro; (iv) a parte do outro rendimento integral resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial em associadas e acordos conjuntos deve ser apresentada separadamente dos restantes elementos do outro rendimento integral segregando igualmente os itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados dos que não serão reclassificados; (v) a estrutura das notas deve ser flexível, devendo estas respeitar a seguinte ordem: <ul style="list-style-type: none"> • uma declaração de cumprimento com as IFRS na primeira secção das notas; • uma descrição das políticas contabilísticas relevantes na segunda secção; • informação de suporte aos itens da face das demonstrações financeiras na terceira secção; e • outra informação na quarta secção.
Emenda à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 – Ativos intangíveis – Métodos de depreciação aceitáveis	1-Jan-16	Esta emenda estabelece a presunção (que pode ser refutada) de que o rédito não é uma base apropriada para amortizar um ativo intangível e proíbe o uso do rédito como base de amortização de ativos fixos tangíveis. A presunção estabelecida para amortização de ativos intangíveis só poderá ser refutada quanto o ativo intangível é expresso em função do rendimento gerado ou quando a utilização dos benefícios económicos está altamente correlacionada com a receita gerada.
Emenda à IAS 27 – Aplicação do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas	1-Jan-16	Esta emenda vem introduzir a possibilidade de mensuração dos interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas em demonstrações financeiras separadas pelo método da equivalência patrimonial, para além dos métodos de mensuração atualmente existentes. Esta alteração aplica-se retrospectivamente

O Conselho de Administração não antecipa que a adoção destas normas venha a ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

3 - Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela UE:

Norma/ Interpretação	
IFRS 9 – Instrumentos financeiros (2009) e emendas posteriores	Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018;
IFRS 14 – Ativos regulados	Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adotem pela primeira vez as IFRS aplicáveis a ativos regulados;
IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 – Rédito, IAS 11 – Contratos de construção; IFRIC 13 – Programas de fidelização; IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 – Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 – Rédito - Transações de troca direta envolvendo serviços de publicidade. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018;
IFRS 16 – Locações	Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os contratos de locação, exceto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.
Emenda à IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas, IFRS 12 – Divulgações sobre participações noutras entidades e IAS 28 – Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas	Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspetos relacionados com a aplicação da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento.
Emendas à IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas e IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de ativos entre o investidor e a associada ou entre o investidor e o empreendimento conjunto.

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que a aplicação das normas IFRS 9, IFRS 15 e IFRS 16 venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras, os quais estão ainda em avaliação pela Companhia.

O Conselho de Administração não antecipa que a adoção pela primeira vez das restantes normas acima referidas venha a ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

ANEXO 1 – INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.1 - Títulos nacionais							
1.1.1 - Partes de capital em filiais							
1.1.2 - Partes de capital em associadas							
ADV HEALTH INTERNATIONAL	100 000			1,00	100 000,00	1,00	100 000,00
GNB SEGUROS	750 000			5,01	3 758 668,00	5,01	3 758 668,00
ES CONTACT	831 251			2,22	1 846 077,58	2,22	1 846 077,58
EUROPE ASSISTANCE	705 000			5,99	4 221 800,00	5,99	4 221 800,00
SEGUROS LOGO SA	4 000 000			5,00	20 000 000,00	1,46	5 842 387,31
T-VIDA COMPANHIA DE SEGUROS, SA	65 000 000			1,19	77 488 591,00	1,19	77 488 591,00
1.1.4 - Partes de capital em empresas participadas e participantes							
COMPTA	306 960			1,64	503 699,84	0,13	39 904,80
QUINTA DOS CONEGOS	140 600			3,15	443 241,40	4,77	670 895,93
Subtotal	71 833 811	0,00			108 362 077,82		93 968 324,62
1.2 - Títulos estrangeiros							
1.2.1 - Partes de capital em filiais							
1.2.2 - Partes de capital em associadas							
TRQ ANGOLA	2 450			2 986,90	7 317 897,10	2 986,90	7 317 897,10
TRQ MOÇAMBIQUE CS	49 998			27,23	1 361 259,95	27,23	1 361 259,95
TRQ MOÇAMBIQUE VIDA	66 998			27,02	1 810 331,96	27,02	1 810 331,96
Subtotal	119 446	0,00			10 489 489,01		10 489 489,01
Total	71 953 257	0,00			118 851 566,83		104 457 813,63
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.1 - Ações							
COMP. PREVIDENTE	6			532,54	3 195,23	0,00	0,00
COMP. PREVIDENTE SCPF	198			109,86	21 752,48	247,87	49 077,37
GNB - GESTÃO DE ACTIVOS	235 100			126,34	29 702 293,30	107,93	25 374 000,00
ESTELA GOLF	40			5 540,45	221 618,00	1 924,60	76 983,97
FETAL	2 760			20,84	57 528,12	0,00	0,00
HOTEL TURISMO ABRANTES	125			0,00	0,00	0,00	0,00
MADIBEL	7 955			0,01	80,88	0,00	0,00
SONAGI	55 600			0,44	24 293,86	1,30	72 280,00
SONAGI AN	100			0,06	5,51	0,01	1,00
SPECTACOLOR PORTUGAL	7 500			14,66	109 986,38	12,32	92 401,60
CASSEL	200			0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNDO	2 008			0,00	0,00	0,00	0,00
ILIDIO MONTEIRO CONSTRUÇÕES	41 675			0,00	0,00	0,00	0,00
PORTO CAVALEIROS, SGPS	2 483			0,00	0,00	0,00	0,00
TELLUS	1 200			0,00	0,00	0,00	0,00
VILATÊXTIL SOC IND TÊXTIL	16			0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	356 966	0,00			30 140 753,76		25 664 743,94
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
CIMOVEL	561 147			5,35	3 000 004,09	5,85	3 283 607,79
ES LOGISTICA	80 000			5,00	400 000,00	3,15	252 312,00
ES TRADING FUND	10 000			104,80	1 048 000,00	125,27	1 252 700,00
ESP SANTO INFRASTRUCTURE FUND I	3 500			681,86	2 386 505,45	756,93	2 649 250,45
ESPÍRITO SANTO VENTURES III	200 000 000			0,01	1 740 000,00	0,01	1 680 000,00
EXPLORER II	111			8 264,21	916 616,36	8 994,35	997 599,34
EXPLORER III	80			25 468,98	2 037 518,43	27 320,56	2 185 644,80
FUNDO DE INVEST. IMOB. CORPUS CHRISTI	12 000			997,36	11 968 313,77	1 071,30	12 855 636,00
IMOCRESCENTE FD DE INV IMOB FECHADO	10 075			997,11	10 045 409,87	1 174,25	11 830 007,78
IMOPRIME FUNDO DE INV IMOB FECHADO	30 559			976,27	29 833 605,42	980,48	29 962 338,44
Subtotal	200 707 471	0,00			63 375 973,39		66 949 096,60
Subtotal	201 064 437	0,00			93 516 727,15		92 613 840,54

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
Designação							
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							
PT OT 4.95% 10/25/23		400 000,00	119,81%	119,7%	478 880,00	120,7%	482 864,59
Subtotal	0	400 000,00			478 880,00		482 864,59
2.1.2.2 - De outros emissores públicos							
PARPUBLICA 3.75% 07/21		2 500 000,00	104,88%	107,2%	2 679 851,87	106,7%	2 667 875,41
Subtotal	0	2 500 000,00			2 679 851,87		2 667 875,41
2.1.2.3 - De outros emissores							
BRISA 1.875% 04/25		1 000 000,00	91,79%	99,1%	990 830,00	93,0%	930 401,23
CELULOSE BEIRA FLOAT 03/19		1 000 000,00	101,00%	99,5%	995 447,00	102,0%	1 020 341,28
GALP ENERGIA SGPS FLOAT 18		2 500 000,00	103,19%	101,9%	2 546 750,00	103,4%	2 585 923,27
PORTUCEL SA 5.375% 20-19		428 571,43	104,75%	101,9%	436 842,86	105,4%	451 803,75
REN FINANCE BV 2.5% 02/25		1 000 000,00	98,01%	99,7%	996 680,00	100,2%	1 002 154,79
VERSE 1 SNR 4.172% 16/02/17		669 784,78	101,75%	100,0%	669 784,78	101,9%	682 592,70
EMASA		5 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
P.CAVALEIROS		17 500,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
V.AGROS		4 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
V.TÊXTEL		7 500,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
Dep Prazo EUR NB					1 171,36		1 171,36
Subtotal	0	6 632 356,21			6 637 506,00		6 674 388,38
Subtotal	0	9 532 356,21			9 796 237,87		9 825 128,38
Total	201 064 437	9 532 356,21			103 312 965,02		102 438 968,92
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.2.1.1 - Ações							
AXA	34 851			24,87	866 707,72	25,23	879 290,73
ALLIANZ AG	5 391			160,01	862 636,04	164,00	884 124,00
BANCO SANTANDER CENTRAL HISPANO	192 926			4,54	875 142,93	4,56	879 356,70
BASF SE	12 620			69,12	872 355,71	70,74	892 738,80
BAYERISCHE MOTOREN WERKE	8 989			96,59	868 223,11	97,79	879 034,31
BNP PARIBAS	16 426			53,00	870 497,68	52,23	857 929,98
DAIMLER CHRYSLER AG	11 410			76,13	868 624,01	77,89	888 724,90
MUENCHENER RUECKVER AG	4 799			183,13	878 858,98	185,20	888 774,80
PUBLICIS GROUP	14 176			60,37	855 840,12	61,38	870 122,88
RENAULT SA	9 397			92,13	865 752,89	92,63	870 444,11
ROYAL DUTCH PETROLEUM COMPANY	42 526			20,28	862 515,85	21,09	896 873,34
SCHNEIDER ELECTRIC SA	16 568			52,32	866 755,91	52,56	870 814,08
SIEMENS AG	9 957			87,81	874 307,70	89,87	894 835,59
SOCIETE GENERALE	20 260			42,83	867 770,90	42,56	862 164,30
UNILEVER NV-CVA	21 920			38,79	850 176,56	40,09	878 663,21
C BUZI	2 000			0,00	0,00	0,00	0,00
C IND MATOLA	2 200			0,00	0,00	0,00	0,00
C MOÇAMBIQUE	3 000			0,00	0,00	0,00	0,00
C RESSEGURO MOÇAMBIQUE	250			0,00	0,00	0,00	0,00
C SEG NAUTICUS	500			0,00	0,00	0,00	0,00
C SEG TRANQUILIDADE DE MOÇAMBIQUE	9 750			0,00	0,00	0,00	0,00
CADA (AGRICULTURA)	2 100			0,00	0,00	0,00	0,00
COMP ALGODÕES MOÇAMBIQUE	1 900			0,00	0,00	0,00	0,00
COMP SEG A NACIONAL	15 986			0,00	0,00	0,00	0,00
CONTINENTAL MORTGAGE INVESTORS	600			0,00	0,00	0,00	0,00
FOMENTO PREDIAL MOÇAMBIQUE	50			0,00	0,00	0,00	0,00
HIDRO ELECT CATUMBELA	200			0,00	0,00	0,00	0,00
NAVANG	448			0,00	0,00	0,00	0,00
NOCAL (ERVEJAS)	2 508			0,00	0,00	0,00	0,00
PETRANGOL	200			0,00	0,00	0,00	0,00
SENA SUGAR ESTATES LTD	77 375			0,00	0,00	0,00	0,00
SOC TURISMO MOÇAMBIQUE	100			0,00	0,00	0,00	0,00
SONEFE	573			0,00	0,00	0,00	0,00
SOTUL (ULTRAMAR)	8 000			0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	549 956	0,00			13 006 166,11		13 193 891,73

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
Designação						Unitário	Total
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
DBX S&P 500 EUR UCITS ETF	69 746			31,80	2 217 697,34	32,13	2 240 938,98
INCOMETRIC FUND	435 724			5,74	2 500 012,50	5,86	2 553 340,54
L&C UK REAL ESTATE	0			1 190,69	210,99	413,26	73,23
Subtotal	505 470	0,00			4 717 920,83		4 794 352,75
Subtotal	1 055 426	0,00			17 724 086,94		17 988 244,48
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
BTPS 1.65% 03/32		1 000 000,00	95,14%	99,5%	995 010,00	95,7%	956 854,92
BTPS 3.25% 09/01/46		3 700 000,00	111,98%	112,5%	4 161 020,00	113,1%	4 183 014,78
BUONI 0% 03/31/16		6 000 000,00	100,02%	100,0%	6 002 607,80	100,0%	6 001 260,00
IRISH GOVT 5.92% 05/42		3 000 000,00	158,00%	153,4%	4 601 683,10	161,6%	4 849 180,32
PT OT 4.1% 02/15/45		2 200 000,00	106,97%	106,9%	2 351 800,00	110,8%	2 438 597,53
REPUBLIKA OF SLOVENIJA 1.50% 03/35		9 400 000,00	86,78%	86,6%	8 142 840,00	87,9%	8 265 762,09
SPANISH GOVT 1.95% 07/30		3 000 000,00	95,63%	99,6%	2 987 880,00	96,4%	2 893 364,76
SPGB 4.2% 01/31/37		4 200 000,00	123,16%	124,9%	5 247 480,00	127,0%	5 333 928,08
SPGB 4.9% 07/30/40		2 800 000,00	135,60%	138,3%	3 872 400,00	137,7%	3 854 388,96
SPGB 5.15% 10/31/44		3 800 000,00	141,96%	144,5%	5 491 000,00	142,8%	5 426 906,67
SPGB 5.9% 07/30/26		12 200 000,00	138,55%	139,1%	16 973 860,00	141,0%	17 205 966,66
SPGB 6% 01/31/29		5 100 000,00	143,38%	144,5%	7 367 970,00	148,9%	7 592 390,96
SWEDEN KINGDOM 0.875% 01/23/18		4 000 000,00	91,39%	89,1%	3 562 886,23	91,7%	3 669 806,56
UNITED MEXICAN STATES 1.625% 03/06/24		1 500 000,00	95,67%	99,5%	1 492 290,00	97,0%	1 455 029,51
Subtotal	0	61 900 000,00			73 250 727,13		74 126 451,80
2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
COMMUNITY OF MADRID 1.826% 25		3 000 000,00	98,72%	100,0%	2 999 910,00	100,2%	3 007 429,35
COMMUNITY OF MADRID 2.08% 03/30		4 000 000,00	93,37%	100,0%	4 000 000,00	95,0%	3 801 712,79
COMUNIDAD ARAGON 8.25% 01/27		4 000 000,00	155,79%	156,8%	6 270 000,00	163,7%	6 546 150,14
Subtotal	0	11 000 000,00			13 269 910,00		13 355 292,28
2.2.2.3 - De outros emissores							
ABBEY NATL TREASURY 1.125% 03/25		1 000 000,00	94,13%	99,1%	991 290,00	95,0%	950 378,36
ABN AMRO BANK 1% 04/16/25		3 000 000,00	95,34%	99,1%	2 972 010,00	96,1%	2 881 549,50
AIR FRANCE - KLM 3.875% 06/21		500 000,00	99,43%	99,3%	496 250,00	101,5%	507 500,68
AIR PRODUCTS & CHEMICALS 1% 02/12/25-14		1 000 000,00	95,36%	99,4%	994 340,00	96,2%	962 401,92
ALSTOM 3% 07/08/19		6 000 000,00	106,24%	107,4%	6 442 500,00	107,7%	6 461 077,38
APT PIPELINES LTD 2% 03/22/27		1 000 000,00	89,24%	99,6%	995 880,00	90,8%	908 018,42
ARCELORMITTAL 3.125% 01/22		2 500 000,00	76,54%	99,7%	2 493 350,00	79,5%	1 988 653,42
AT&T INC 1.3% 09/05/23		1 000 000,00	96,50%	99,6%	996 190,00	96,9%	969 115,74
AUSTRALIA PACIFIC AIRPORTS 1.75% 10/24		500 000,00	98,68%	99,0%	494 935,00	99,0%	495 235,85
BANCA MONTE DEI PASCHI 3.625% 04/01/19		6 000 000,00	100,27%	100,9%	6 052 200,00	103,0%	6 178 967,87
BANCO POPOLARE 2.625% 09/21/18		6 200 000,00	100,84%	101,1%	6 270 680,00	101,6%	6 297 239,88
BANK OF IRELAND 10% 07/30/16		5 800 000,00	104,00%	104,3%	6 046 500,00	108,2%	6 277 512,41
BARCLAYS BANK 6% 01/14/21		4 200 000,00	119,80%	120,3%	5 050 500,00	125,6%	5 273 808,25
BERKSHIRE HATHAWAY 1.125% 03/16/27		3 000 000,00	90,05%	98,7%	2 961 750,00	90,9%	2 728 271,80
BLACKROCK 1.25% 05/06/25		1 000 000,00	95,50%	99,7%	996 640,00	96,3%	963 152,57
BP CAPITAL 1.526% 09/22		1 500 000,00	100,80%	100,0%	1 500 000,00	101,2%	1 518 033,93
BPE FINANCIACIONES 2.5% 02/17		6 100 000,00	101,67%	101,9%	6 212 850,00	104,0%	6 341 244,14
BPE FINANCIACIONES SA 2% 02/30/20		1 000 000,00	99,39%	99,5%	994 790,00	101,3%	1 012 834,11
CARREFOUR 1.25% 06/25		1 000 000,00	96,83%	99,5%	994 680,00	98,0%	979 594,64
CASINO GUI PERRACHO 3.157% 08/06/19		6 200 000,00	103,85%	107,3%	6 652 600,00	105,1%	6 517 128,48
CASINO GUICHARD PERRACHO 2.33% 25-24		1 000 000,00	87,11%	100,0%	1 000 000,00	89,2%	891 944,25
CLOVERIE PLC SWISS REINS 6.625% 09/01/42		4 200 000,00	124,94%	126,1%	5 294 100,00	127,1%	5 339 385,75
CNH INDUSTRIAL 2.75% 03/18/19		1 500 000,00	99,40%	99,5%	1 492 065,00	101,6%	1 523 384,02
CNP ASSURANCES 4.75% 12/29/49		4 700 000,00	101,51%	102,0%	4 794 000,00	101,6%	4 776 318,76
COCA-COLA 1.125% 03/09/27		3 000 000,00	93,29%	99,0%	2 970 690,00	94,2%	2 826 087,30
DAIMLER AG 1.875% 07/24		2 000 000,00	104,59%	107,7%	2 154 000,00	105,5%	2 109 872,78
DAIMLER FINANCE FLOAT 05/18		1 000 000,00	90,66%	89,8%	897 504,94	90,7%	907 434,80
DELPHI AUTOMOTIVE 1.5% 03/25		1 000 000,00	92,31%	99,5%	995 400,00	93,5%	935 181,15
DEUTSCHE ANN FIN 2.125% 07/22		500 000,00	100,70%	99,4%	497 060,00	101,7%	508 575,26
EADS FINANCE 2.375% 04/24		3 000 000,00	107,84%	111,5%	3 346 200,00	109,6%	3 288 375,49
EDENRED 1.375% 03/25		1 200 000,00	87,18%	98,9%	1 187 268,00	88,3%	1 059 468,26
ELECTRICITE DE FRANCE 5.625% 02/21/33		3 000 000,00	139,22%	140,0%	4 200 000,00	144,0%	4 321 278,90
ENAGAS FIN 1% 03/25/23		1 000 000,00	97,00%	99,7%	996 720,00	97,8%	977 657,60
ENAGAS FINANCIACIONES 1.25% 02/25		800 000,00	96,50%	99,1%	792 640,00	97,6%	781 002,30
ENBW 6.125% 07/39		3 000 000,00	145,65%	148,5%	4 455 000,00	148,6%	4 458 242,70

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
Designação							
FCE BANK PLC 1.134% 02/10/22		1 000 000,00	96,56%	100,0%	1 000 000,00	97,6%	975 646,19
FERROVIAL SA 2.5% 07/24		1 000 000,00	102,65%	108,2%	1 081 700,00	103,8%	1 038 083,72
FLOWERVE CORPORATION 1.25% 03/17/22		1 000 000,00	93,69%	99,3%	993 360,00	94,7%	946 770,22
GAS NATURAL FENOSA 1.375% 01/25		2 000 000,00	95,81%	98,9%	1 978 960,00	97,1%	1 942 017,80
GDF SUEZ 1% 03/13/26		3 000 000,00	94,02%	99,2%	2 977 080,00	94,8%	2 844 736,39
GENERAL ELECTRIC FLOAT 05/28/20		2 300 000,00	99,17%	100,0%	2 300 000,00	99,2%	2 281 426,93
GENERAL MOTORS FINANCIAL 1.875% 10/15/19		600 000,00	101,63%	99,9%	599 292,00	102,0%	612 164,80
GENERALI FINANCE 5.479% 12/29/49		6 100 000,00	102,90%	103,6%	6 321 125,00	107,8%	6 575 285,93
GOLDMAN SACHS GROUP 1.375% 07/26/22		700 000,00	99,46%	99,2%	694 645,00	100,1%	700 389,05
HUTCHISON 1.375% 10/21		1 000 000,00	100,08%	99,7%	997 480,00	100,3%	1 003 111,66
IBERDROLA 2.5% 10/22		1 000 000,00	107,48%	109,1%	1 090 500,00	107,9%	1 079 424,81
INFRA FOCH SAS 1.25% 10/20		600 000,00	100,73%	99,8%	598 758,00	101,0%	605 919,38
INTESA SANPAOLO 1.125% 03/22		2 000 000,00	97,30%	99,6%	1 992 780,00	98,2%	1 964 525,58
INTESA SANPAOLO 2.25% 11/22/17		600 000,00	102,63%	103,5%	620 700,00	102,6%	615 786,89
ISLANDSBANKI 2.875% 07/27/18		1 000 000,00	99,51%	100,2%	1 002 130,00	100,7%	1 007 382,65
JP MORGAN CHASE 1.5% 01/27/25		2 000 000,00	98,27%	99,9%	1 998 900,00	99,7%	1 993 100,82
KELLOGG CO 1.25% 03/10/25		1 500 000,00	95,30%	100,0%	1 499 295,00	96,3%	1 444 760,16
KERING 1.375% 10/21		700 000,00	100,60%	99,7%	697 774,00	100,9%	706 572,10
KINDER MORGAN INC 2.25% 03/16/27		2 000 000,00	71,83%	99,8%	1 996 680,00	73,6%	1 472 315,74
MAPFRE SA 5.921% 07/24/37		700 000,00	104,04%	104,9%	734 125,00	106,6%	746 412,91
METRO AG 1.375% 10/21		2 000 000,00	100,04%	99,2%	1 984 940,00	100,3%	2 005 628,74
MICROSOFT CORP 1.85% 02/20		3 000 000,00	91,87%	88,3%	2 648 040,25	92,5%	2 775 878,45
MORGAN STANLEY 1.75% 01/30/25		1 500 000,00	98,17%	99,8%	1 497 135,00	99,8%	1 496 642,47
MUNICH RE 6.25% 05/26/42		6 900 000,00	121,48%	122,0%	8 418 000,00	125,2%	8 639 887,03
NATIONWIDE BLDG SOCIETY 1.25% 03/25		4 000 000,00	96,50%	99,9%	3 996 640,00	97,5%	3 901 233,44
NN GROUP 1% 03/18/22		2 000 000,00	97,51%	99,8%	1 995 160,00	98,3%	1 965 957,70
NN GROUP NV 4.5% 07/15/49		1 900 000,00	98,17%	97,8%	1 857 250,00	100,2%	1 904 652,51
PPG INDUSTRIES 1.4% 03/13/27		2 000 000,00	91,76%	98,6%	1 972 560,00	92,9%	1 857 655,30
RABOBANK 6.875% 03/19/20		4 000 000,00	118,67%	120,0%	4 799 600,00	124,1%	4 962 322,08
REDEXIS GAS FINANCE 2.75% 04/21		2 000 000,00	105,54%	106,3%	2 126 400,00	107,5%	2 150 882,95
SOCIETE GENERALE 9.375% 09/29/49		4 000 000,00	122,38%	123,3%	4 930 000,00	125,4%	5 016 221,64
STANDARD CHARTERED FLOAT 18		1 000 000,00	91,22%	92,5%	924 727,21	91,4%	914 028,65
STATE GRID EUROPE DEV 1.5% 01/22		1 300 000,00	97,35%	99,7%	1 296 568,00	98,7%	1 283 621,96
SVENSKA CELLULOSA 1.125% 03/25		1 000 000,00	93,75%	99,8%	997 650,00	94,7%	946 722,05
TDC 1.75% 02/27		2 000 000,00	86,63%	99,0%	1 980 780,00	88,1%	1 762 058,36
TELECOM ITALIA 3.25% 01/23		1 500 000,00	101,40%	99,4%	1 491 690,00	104,5%	1 567 658,01
TEOLLISUUDEN 2.125% 02/04/25		2 000 000,00	87,33%	99,3%	1 986 140,00	89,3%	1 785 004,66
TERNA SPA 0.875% 02/22		2 300 000,00	98,12%	99,4%	2 286 660,00	98,9%	2 275 157,48
TESCO CORP 1.375% 07/19		1 500 000,00	96,10%	99,7%	1 495 260,00	96,8%	1 451 737,50
TEVA PHARM FNC NL II 1.25% 23-22		2 000 000,00	94,39%	99,1%	1 981 180,00	95,3%	1 906 664,16
TYCO INT FINANCE 1.375% 02/25/25		1 500 000,00	93,86%	99,8%	1 497 495,00	95,0%	1 425 390,62
UNIBAIL-RODAMCO 1% 03/14/25		2 000 000,00	94,00%	99,7%	1 993 440,00	94,7%	1 894 267,66
UNIBAIL-RODAMCO 1.375% 10/22		700 000,00	100,70%	99,8%	698 474,00	101,0%	706 872,34
UNIONE DI BANCHE ITALIAN 2.875% 02/18/19		6 100 000,00	104,94%	105,3%	6 423 300,00	107,4%	6 552 927,51
UT2 FUNDING PLC 5.321% 06/30/16		6 000 000,00	101,16%	101,6%	6 096 000,00	103,8%	6 230 222,30
VERBUND AG 1.5% 11/24		1 500 000,00	98,31%	98,4%	1 476 555,00	98,5%	1 477 230,49
VOESTALPINE AG 2.25% 10/21		500 000,00	102,68%	99,9%	499 585,00	103,2%	515 807,54
VOLKSWAGEN INTL FIN 1.625% 01/16/30		4 000 000,00	85,62%	99,0%	3 959 520,00	87,2%	3 486 990,68
WESTPAC BANKING FLOAT 05/18		2 000 000,00	91,49%	87,8%	1 756 080,42	91,6%	1 831 182,48
C.ÁGUAS DA BEIRA		110,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
C.MOÇAMBIQUE		120,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
HIDRO E REVUE		24,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
Subtotal	0	192 400 254,00			201 924 696,82		200 162 269,16
Subtotal	0	265 300 254,00			288 445 333,95		287 644 013,24
Total	1 055 426	265 300 254,00			306 169 420,89		305 632 257,72
2.3 - Derivados de Negociação							
Forward's Cambiais EUR							-95 015,10
Total	0	0,00			0,00		-95 015,10
Total	202 119 863	274 832 610,21			409 482 385,91		407 976 211,54
3 - TOTAL GERAL	274 073 120	274 832 610,21			528 333 952,74		512 434 025,17

08

DIVULGAÇÃO
DAS POLÍTICAS
DE REMUNERAÇÃO

RELATÓRIO
E CONTAS
2015



TRANQUILIDADE

08

DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO

A presente divulgação engloba os seguintes 3 componentes:

- Política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração, de Fiscalização e da Mesa da Assembleia Geral, incluindo quadro com remunerações pagas durante o ano de 2015;
- Política de remuneração dos “Colaboradores com funções-chave”;
- Declaração de cumprimento, nos termos previstos no Artigo 4º da Norma 5/2010.R, de 1 de abril, da ASF.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO, DE FISCALIZAÇÃO E DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

1. Introdução

De acordo com o definido na Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, as entidades de interesse público, como é o caso das empresas de seguros e de resseguros, nas quais a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. (“CST”) se insere, devem, anualmente, submeter à aprovação da Assembleia Geral uma declaração sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

No que diz respeito à atividade seguradora, esta matéria é ainda regulada pelas disposições regulamentares constantes da Norma Regulamentar n.º 5/2010-R e da Circular n.º 6/2010 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), ambas de 1 de abril.

É pois, com base neste enquadramento legal e regulamentar, que se procede à elaboração da presente política de remunerações dos membros dos órgãos sociais da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. para o ano de 2016.

Considerando a estrutura de remunerações atual da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., concluiu-se não existirem motivos para alterar significativamente a política de remunerações em vigor, na qual claramente se encontram consagrados os princípios considerados fundamentais a este nível, como sejam:

- A consistência das práticas remuneratórias em relação às estratégias, aos resultados e às capacidades financeiras da sociedade;
- O alinhamento das práticas remuneratórias com a proteção dos interesses do acionista, clientes e colaboradores da sociedade;
- O alinhamento das práticas remuneratórias com as existentes do mercado nacional.

Nesta conformidade, submete-se à aprovação da Assembleia Geral a seguinte Política de Remuneração para os Membros dos Órgãos de Administração, de Fiscalização, bem como da Mesa da Assembleia Geral, da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., para o ano 2016.

2. Processo de Aprovação da Política de Remuneração

A política de remuneração dos órgãos sociais da Tranquilidade é, nos termos previstos no atual Artigo 24º do Contrato de Sociedade, aprovada em sede de Assembleia Geral. Na definição da referida política de remuneração não são utilizados serviços de Consultores Externos.

3. Remuneração dos Membros do Conselho de Administração

As remunerações de cada membro do Conselho de Administração serão definidas diretamente pela acionista única em sede de Assembleia Geral.

Os membros do Conselho de Administração com funções executivas que auferem remuneração receberão uma remuneração fixa paga catorze vezes ao ano, à qual poderá acrescer uma remuneração variável, nos termos que vierem a ser definidos pelo acionista em Assembleia Geral.

A parte fixa terá os limites que forem fixados em sede de Assembleia Geral sendo que, por regra, não deverá ser inferior a 60% da Remuneração Total Anual.

A parte variável, quando existente, representará em média cerca de 40% da remuneração, oscilando contudo o seu valor exato, em cada ano, em função da avaliação do desempenho individual e global dos membros do Conselho Administração com funções executivas, bem como do grau de cumprimento dos principais objetivos anuais da Sociedade, designadamente, do Resultado Líquido do Exercício do ano anterior, da Rentabilidade dos Capitais Próprios e do Rácio Combinado, tendo sempre em consideração no processo de avaliação, a adequabilidade, quer dos capitais próprios da Companhia ao seu nível de risco, quer ainda da representação das provisões técnicas.

A remuneração variável, quando existente, é referente ao desempenho de curto prazo e depende de decisão a tomar pela acionista única em Assembleia Geral de acordo com a avaliação e com base nos critérios acima referidos.

Para além da remuneração fixa e variável descrita na presente política de remunerações, não são consideradas outras formas de remuneração dos membros do Conselho de Administração, não sendo igualmente atribuídos aos mesmos quaisquer benefícios pecuniários ou não pecuniários de relevo.

Considerando a atual estrutura de remuneração, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário, até à data, proceder ao diferimento de uma parte da componente variável da remuneração. Assim, caso a mesma seja atribuída, o seu pagamento é feito de uma só vez, em numerário, em mês posterior à aprovação das contas do exercício do ano a que diz respeito.

Sem prejuízo do acima disposto, o acionista poderá, em sede de Assembleia Geral definir, que a componente variável da remuneração, ou uma parte desta, seja atribuída através de planos de ações ou de opções de aquisição de ações da Tranquilidade ou de qualquer outra empresa do Grupo, nos que vierem oportunamente a ser definidos.

Os membros do Conselho de Administração com funções executivas poderão ainda ter direito a uma contribuição para um Fundo de Pensões de contribuição definida, cujos termos e condições do respetivo plano se encontram atualmente em processo de definição e aprovação.

Os vogais do Conselho de Administração sem funções executivas não auferiram qualquer remuneração fixa ou variável.

4. Remuneração dos Membros do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é, nos termos previstos no Artigo 27.º do Contrato de Sociedade, constituído por três membros, dos quais um desempenha as funções de Presidente.

Os respetivos membros são remunerados através do pagamento de um valor fixo mensal, definido em Assembleia Geral, pago 12 vezes ao ano.

5. Remuneração do Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas será remunerado de acordo com as condições definidas na legislação aplicável. Os respetivos honorários deverão ser propostos pelo Revisor Oficial de Contas e aprovados pelo Conselho de Administração, após parecer do Conselho Fiscal.

6. Remuneração dos Membros da Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é, nos termos previstos no Artigo 13.º do Contrato de Sociedade, constituída por um Presidente e um Secretário.

Os respetivos membros poderão ser remunerados através de um valor fixo por Assembleia Geral, na data da sua realização, sendo o mesmo definido em assembleia geral, caso haja lugar ao seu pagamento

Quadro de Remunerações Pagas aos Membros dos Órgãos Sociais da Tranquilidade durante o ano de 2015

(milhares de euros)

	Remuneração		Total
	Fixa	Variável ⁽²⁾	
Conselho de Administração			1 100,0
Gustavo Alexandre P.T. Mesquita Guimarães (Presidente)	103,3	-	103,3
Alexandre Wallace Humphreys (Vogal)	-	-	0,0
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso (Vogal)	237,2	160,0	397,2
Gernot Wilhelm Friedrich Lohr (Vogal)	-	-	0,0
Jan Adriaan de Pooter (Vogal)	92,9	-	92,9
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente (Vogal)	66,1	160,0	226,1
Pedro Luís Francisco Carvalho (Vogal)	101,5	-	101,5
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha ⁽¹⁾	41,2	-	41,2
António Miguel Natário Rio-Tinto ⁽¹⁾	-	-	0,0
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno ⁽¹⁾	35,3	-	35,3
Rui Manuel Leão Martinho ⁽¹⁾	55,1	-	55,1
Miguel Luís Kolback da Veiga ⁽¹⁾	9,2	-	9,2
António José Baptista do Souto ⁽¹⁾	-	-	0,0
Manrico Iachia ⁽¹⁾	9,2	-	9,2
António Manuel Rodrigues Marques ⁽¹⁾	19,8	-	19,8
Bernardo Leite Faria Espírito Santo ⁽¹⁾	9,2	-	9,2
Conselho Fiscal			117,2
Luís Maria Viana Palha da Silva (Presidente)	39,2	-	39,2
Manuel Maria de Paula Reis Boto (Vogal Efetivo)	23,5	-	23,5
Pedro Manuel Aleixo Dias (Vogal Efetivo)	23,5	-	23,5
Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério (Vogal Suplente)	-	-	0,0
Alexandre Paixão Coelho (Presidente) ⁽¹⁾	26,9	-	26,9
Horácio Lisboa Afonso ⁽¹⁾	4,1	-	4,1
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira ⁽¹⁾	-	-	0,0
Total Remunerações	897,3	320,0	1 217,3

(1) Os membros dos Órgãos Sociais acima indicados deixaram entretanto de exercer os respetivos cargos.

(2) Remuneração variável relativa ao exercício de 2014.

O custo do exercício com pensões de reforma dos membros dos órgãos sociais foi em 2015 de 1 029 milhares de euros.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS “COLABORADORES COM FUNÇÕES-CHAVE”

1. Âmbito de Aplicação da Política de Remuneração

Nos termos previstos na Norma n.º 5/2010, de 1 de abril, da ASF, a presente Política de Remunerações aplica-se não só:

- Aos Colaboradores que desempenham funções-chave, entendendo-se como tal todos aqueles que exercem cargos de chefia no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno, mas também;
- Aos Colaboradores que exercem cargos de chefia no âmbito da função atuarial, bem como ao Atuário Responsável, conforme referido na recomendação prevista no ponto V.9 da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, da ASF;
- A todos os Colaboradores com cargos de chefia de 1º nível (Diretores de Topo) e Assesores do Órgão de Administração, independentemente da área em que exerçam atividade,

por se entender que – à margem dos titulares dos órgãos sociais – estes profissionais representam, no caso concreto da Tranquilidade, os colaboradores cujo desempenho têm um impacto material sobre o perfil de risco da Companhia.

Para efeitos da presente política de remuneração, o conjunto dos colaboradores acima considerados será no presente documento designado genericamente por “Colaboradores com Funções-Chave”.

2. Processo de Aprovação da Política de Remuneração

a) Aprovação

A política de remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” é avaliada e aprovada pelo Conselho de Administração, mediante proposta apresentada pelo Administrador responsável pelo pelouro dos Recursos Humanos.

Na elaboração da proposta de política de remuneração participam ativamente diversos quadros das principais Direções da Companhia, em particular da Direção de Pessoal, sendo a mesma também avaliada pela Direção de Risco Global com vista a apurar o seu eventual impacto ao nível da gestão de riscos e capital necessário.

b) Mandato do Conselho de Administração

Nos termos da Lei e dos Estatutos, a fixação da remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” da Tranquilidade incumbe ao Conselho de Administração, no âmbito da gestão da sua política de pessoal e da política de incentivos, tendo em vista a prossecução dos objetivos estratégicos da Companhia.

c) Composição do Conselho de Administração

Gustavo Alexandre Pontes Teixeira de Mesquita Guimarães (Presidente)
Alexander Wallace Humphreys (Vogal)
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso (Vogal)
Gernot Wilhelm Friedrich Lohr (Vogal)
Jan Adriaan de Pooter (Vogal)
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente (Vogal)
Pedro Luís Francisco de Carvalho (Vogal)

d) Consultores Externos

Na definição da política de remuneração aplicável aos “Colaboradores com Funções-Chave” da Tranquilidade não são utilizados os serviços de Consultores Externos.

3. Remuneração

a) Composição da remunerações

A remuneração comporta uma parte fixa e uma parte variável. Na determinação destas duas componentes, são considerados pelo Conselho de Administração diversos fatores, dos quais se salientam:

- A situação económica e os resultados obtidos pela Companhia;
- Os interesses da Companhia numa perspetiva de médio e longo prazo;
- As especificidades da função desempenhada;
- As práticas salariais praticadas no setor segurador;
- A avaliação de desempenho, tanto a nível individual como a nível coletiva.

A parte fixa é composta pelo vencimento base e por outras prestações regulares e periódicas, atribuíveis a todos os colaboradores da Companhia.

b) Limites e equilíbrios da remuneração

A parte fixa terá os limites que forem fixados pelo Conselho de Administração e representará em média, na Companhia, aproximadamente, entre 80% e 85% da Remuneração Total Anual.

A parte variável, caso haja lugar à atribuição da mesma, não deverá exceder, em média, 20% da remuneração total anual para a totalidade dos Colaboradores da Companhia, sendo que o valor máximo individual não deverá exceder os 40% do valor total da remuneração anual.

Tal situação adequa-se às recomendações constantes da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões, que favorecem uma percentagem elevada da componente remuneratória fixa em relação à componente variável da remuneração.

c) Critérios de definição da componente variável e momento do seu pagamento

Em caso de atribuição, o montante da Remuneração Variável Anual (RVA) terá os limites definidos pelo Conselho de Administração. A RVA é referente ao desempenho de Curto Prazo, sendo o seu valor exato, em cada ano, definido em função dos critérios definidos na alínea a).

No que a avaliação dos Colaboradores abrangidos pela presente Política de Remuneração diz respeito, a mesma tem por base o modelo de Avaliação de Desempenho em vigor no Grupo Tranquilidade nas suas diversas vertentes, nomeadamente:

- Avaliação de Objetivos;
- Avaliação das Competências Corporativas;
- Avaliação das Competências Funcionais.

Tendo presente as características inerentes à estrutura de remuneração em vigor, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário proceder ao diferimento de uma parte da RVA. Assim, caso a mesma seja atribuída, o seu pagamento é feito de uma só vez, em numerário.

Sem prejuízo do acima disposto, o Conselho de Administração, em linha com as orientações estipuladas pelo acionista nesta matéria, poderá definir que a componente variável da remuneração, ou uma parte desta, seja atribuída através de planos de ações ou de opções de aquisição de ações da Tranquilidade ou de qualquer outra empresa do Grupo, nos moldes que o mesmo definir.

4. Outros Benefícios Atribuídos aos “Colaboradores com Funções-Chave”

Para além da remuneração fixa e variável descritas na presente política de remuneração, os “Colaboradores com Funções-Chave” auferem ainda os seguintes benefícios, conforme definido no IRCT aplicável ao sector segurador ou em normativo próprio da Companhia para a generalidade dos Colaboradores:

- a) Seguro de Saúde;
- b) Seguro de Vida;
- c) Planos individuais de Reforma, em caso de reforma por velhice ou invalidez.

5. Ampliação do Âmbito de Aplicação da Presente Política de Remuneração.

Salvo mediante decisão em sentido oposto aprovada em sede de Conselho de Administração, a presente Política de Remuneração será igualmente aplicável em relação aos restantes Colaboradores da Companhia de Seguros Tranquilidade, não considerados nos critérios definidos no ponto 1 infra (Âmbito de aplicação da Política de Remuneração).

De igual modo e para efeitos do disposto no Capítulo VII. Grupos Financeiros, da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, da ASF, a presente Política de Remuneração será igualmente aplicável relativamente aos Colaboradores das restantes empresas de seguro do Grupo Tranquilidade e respetivas filiais no exterior, sem prejuízo, neste último caso, dos eventuais ajustes à legislação local que se afigurarem necessários.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO (N.º 1 DO ARTIGO 4.º DA NORMA 5/2010-R, DE 1 DE ABRIL, DA ASF)

Indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, da ASF.

Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
I. Princípios Gerais		
I.1 Adoção de uma Política de Remuneração (PR) consistente com a gestão e controlo de riscos eficaz que evite uma excessiva exposição ao risco, que evite potenciais conflitos de interesses e que seja coerente com os objetivos, valores e interesses a longo prazo da instituição, designadamente com as perspetivas de crescimento, rentabilidade e proteção dos clientes.	Cumpre	
I.2 Adequação da PR à dimensão, natureza e complexidade da atividade desenvolvida, em especial, no que se refere aos riscos assumidos ou a assumir.	Cumpre	
I.3 Adoção de uma estrutura clara, transparente e adequada relativamente à definição, implementação e monitorização da PR, que identifique de forma objetiva, os colaboradores envolvidos no processo, bem como as respetivas responsabilidades e competências.	Cumpre	
II. Aprovação da Política de Remunerações (PR)		
II.1 Aprovação da PR por parte de uma Comissão de Remuneração ou no caso de a sua existência não ser exequível ou não se justificar (dimensão, natureza ou complexidade da instituição) pela Assembleia Geral.	Cumpre	
II.2 Aprovação pelo Conselho de Administração da PR aplicável aos colaboradores.	Cumpre	
II.3 Participação na definição da PR de pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, de modo a evitar conflitos de interesse e permitir a formação de um juízo de valor independente.	Cumpre	
II.4 A PR deve ser transparente e acessível a todos os colaboradores da instituição; A PR deve ainda ser objeto de formalização em documento autónomo, devidamente atualizado, com indicação das alterações introduzidas e respetiva justificação e mantido um arquivo das versões anteriores.	Cumpre	
II.5 Divulgação aos colaboradores, previamente ao período de tempo abrangido pela sua aplicação, do processo de avaliação.	Cumpre	
III. Comissão de Remuneração (CR)		
III.1 A CR, caso exista, deve efetuar uma revisão, com periodicidade anual da PR e da sua implementação, de forma a permitir um juízo de valor fundamentado e independente sobre a PR, à luz das recomendações (Circular 6/2010), em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.	Não Aplicável	
III.2 Os membros da CR devem ser independentes em relação aos membros do Órgão de Administração e cumprir com requisitos de idoneidade e qualificação profissional adequados ao exercício das suas funções.	Não Aplicável	
III.3 Caso a CR recorra à prestação de serviços externos (consultores) não deve contratar pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos 3 anos anteriores, serviços a qualquer estrutura na dependência do Órgão de Administração, ao próprio Órgão de Administração ou que tenha relação atual com consultora da instituição, sendo esta recomendação igualmente aplicável a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aqueles se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviço.	Não Aplicável	
III.4 A CR deve informar anualmente os acionistas sobre o exercício das suas funções e deve estar presente nas AG em que a Política de Remuneração conste da ordem dos trabalhos.	Não Aplicável	
III.5 A CR deve reunir com uma periodicidade mínima anual, devendo elaborar atas de todas as reuniões efetuadas.	Não Aplicável	
IV. Órgão de Administração – Membros com Funções Executivas		
IV.1 A remuneração deve integrar uma componente variável, cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, incluindo critérios não financeiros, que considerem: desempenho individual, real crescimento da instituição, riqueza efetivamente criada, proteção dos interesses dos Clientes, sustentabilidade a longo prazo, riscos assumidos e cumprimento das regras aplicáveis à atividade.	Cumpre	Os critérios de avaliação assentam nos seguintes indicadores de gestão: - Resultados Líquidos do exercício; - Rentabilidade dos Capitais Próprios; - Rácio combinado, sendo também sempre tida em consideração a adequabilidade dos capitais próprios ao seu nível de risco e representação das provisões técnicas.

Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
IV. Órgão de Administração – Membros com Funções Executivas (continuação)		
IV.2 Adequação da componente fixa e variável, devendo a fixa representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Cumpre	
IV.3 Pagamento de uma parte substancial da parte variável em instrumentos financeiros emitidos pela instituição cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo.	Não Cumpre	Esta medida será objeto de reavaliação durante o ano 2016.
IV.4 Diferimento de uma parte substancial da parte variável por um período mínimo de 3 anos e o seu pagamento dependente do bom desempenho da instituição.	Não Cumpre	Esta medida será objeto de reavaliação durante o ano 2016
IV.5 A componente variável sujeita a deferimento deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo à componente fixa.	Não Aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.4
IV.6 Inexistência de contratos celebrados por membros do órgão de administração que tenham por efeito mitigar a variabilidade da remuneração que lhe for fixada.	Cumpre	
IV.7 Manutenção, até ao termo do mandato, do valor das ações que lhe foram atribuídos no âmbito da componente variável, até ao limite de 2 vezes a remuneração total anual, salvo se necessário para pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.	Não Aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV.8 Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a 3 anos.	Não Aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV.9 Após o exercício referido no ponto anterior (IV.8), os membros executivos do órgão de administração devem conservar um certo número de ações até ao fim do seu mandato, devendo esse número ser fixado.	Não Aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV. Órgão de Administração – Membros Não Executivos		
IV.10 A remuneração dos membros não executivos do Órgão de Administração não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da instituição.	Cumpre	
IV. Órgão de Administração – Indemnizações em Caso de Destituição		
IV.11 Definição de instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração não seja paga se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho do referido membro.	Cumpre Parcialmente	Está prevista em relação a alguns membros do Conselho de Administração, a possibilidade de ser paga uma compensação no período inicial de 3 anos a contar da data das suas primeiras nomeações.
V. Remuneração dos Colaboradores – Relação entre a Remuneração Fixa e Variável		
V.1 Se a remuneração dos colaboradores incluir uma componente variável, este deve ser adequadamente equilibrada face à componente fixa, atendendo designadamente, ao desempenho, responsabilidades e funções de cada colaborador. A remuneração fixa deve representar uma parte suficientemente importante da remuneração total; A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Cumpre	
V.2 Pagamento substancial de uma parte variável em instrumentos financeiros emitidos pela instituição, cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo da instituição, e sujeito a uma política de retenção alinhada com os interesses a longo prazo da instituição.	Não Cumpre	Esta medida será objeto de reavaliação durante o ano 2016.
V. Remuneração dos Colaboradores – Critérios de Atribuição da Remuneração Variável		
V.3 A avaliação de desempenho deve atender não apenas ao desempenho individual, mas também coletivo da unidade da estrutura onde o colaborador se integra e da própria instituição, devendo incluir critérios não financeiros relevantes, como o respeito pelas regras e procedimentos aplicáveis à atividade desenvolvida, designadamente regras de controlo interno e as relativas às relações com os Clientes.	Cumpre	
V.4 Os critérios de atribuição da remuneração variável em função do desempenho devem ser predeterminados e mensuráveis, devendo ter por referência um quadro plurianual, de três a cinco anos, a fim de assegurar que o processo de avaliação se baseia num desempenho de longo prazo.	Cumpre Parcialmente	Os critérios utilizados são predeterminados e mensuráveis. Não são relativos a um quadro plurianual por se entender que esta componente tem um baixo peso no valor global e diz respeito ao cumprimento ou não dos objetivos anuais.
V.5 A remuneração variável, incluindo a parte diferida dessa remuneração, só deve ser paga ou constituir um direito adquirido se for sustentável à luz da situação financeira da instituição no seu todo e se se justificar à luz do desempenho do colaborador em causa e da unidade de estrutura onde este se integra. O total da remuneração variável deve, de um modo geral, ser fortemente reduzido em caso de regressão do desempenho ou desempenho negativo da instituição.	Cumpre	
V. Remuneração dos Colaboradores (Funções-Chave) – Diferimento da Remuneração Variável		
V.6 Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente de critérios de desempenho futuro, medidos com base em critérios ajustados ao risco, que atendam aos riscos associados à atividade da qual resulta a sua atribuição.	Não Cumpre	Foi considerado até à data que o baixo peso desta componente na Remuneração Total Anual não justifica o seu diferimento. Esta medida será objeto de reavaliação em 2016.

Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
V. Remuneração dos Colaboradores (Funções-Chave) – Diferimento da Remuneração Variável (continuação)		
V.7	Não Aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto anterior
V. Remuneração dos Colaboradores – Colaboradores que Exerçam Funções-Chave		
V.8	Cumprir	
V.9	Cumprir Parcialmente	Sendo a remuneração consentânea com a função, a mesma não é porém totalmente alheia ao desempenho da mesma
VI. Avaliação da Política de Remuneração		
VI.1	Cumprir	
VI.2	Cumprir	
VI.3	Cumprir	
VII. Grupos Financeiros		
VII.1	Cumprir	
VII.2	Cumprir	
VII.3	Cumprir Parcialmente	
VII.4	Cumprir Parcialmente	Os valores e remunerações pagos pelas filiais, tendo em consideração as respetivas estruturas, não foram até à data considerados materialmente relevantes.

09

CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS CONTAS
E RELATÓRIO
E PARECER DO
CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO
E CONTAS
2015



TRANQUILIDADE

09

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Av. Eng. Duarte Pacheco, 7
1070-100 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

(Montantes expressos em milhares de euros - meuros)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. ("Companhia"), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 que evidencia um total de 741.695 meuros e capitais próprios de 135.532 meuros, incluindo um resultado líquido de 29.364 meuros, a Conta de ganhos e perdas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das variações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.





Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Página 2 de 3

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. em 31 de dezembro de 2015, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador (Nota 3).

Ênfases

5. No âmbito do processo para a aquisição da Açoreana Seguros, S.A. (Açoreana) pelo grupo segurador controlado pela AP VIII Calm Eagle Holdings S.C.A., no qual a Companhia se integra, e tendo em vista a uniformização dos pressupostos que utiliza face aos usados pela Açoreana, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF") expressou a sua não oposição à alteração, para efeitos contabilísticos e de solvência, dos pressupostos atuariais utilizados pela Companhia para determinação das provisões matemáticas do ramo Acidentes de Trabalho e do respetivo teste de adequacidade com referência a 31 de dezembro de 2015. Neste contexto, (i) a taxa de desconto utilizada no cálculo destas provisões foi alterada de 3,2% para 4% (3,44% em 31 de Dezembro de 2014), (ii) a tábua de mortalidade TV 73/77 foi substituída pelas tábuas de mortalidade TD 88/90, para a população masculina, e TV 88/90, para a população feminina, e (iii) a taxa de despesas foi alterada de 1,5% para 2%. O efeito destas alterações implicou uma redução das provisões matemáticas do ramo acidentes de trabalho registadas pela Companhia em 31 de Dezembro de 2015 e um aumento dos resultados do exercício no montante de 13.500 meuros (10.535 meuros após considerado o respetivo efeito fiscal).
6. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima referem-se à atividade da Companhia a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado na Nota 3, as participações financeiras em subsidiárias e associadas são registadas ao custo de aquisição, deduzido de perdas por imparidade. Desta forma, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial, nem da consolidação integral ao nível de ativos, passivos, gastos e rendimentos. A Companhia encontra-se dispensada de elaborar demonstrações financeiras consolidadas em virtude de ser uma subsidiária e de as suas contas serem incluídas no perímetro de consolidação da empresa mãe - a AP VIII Calm Eagle Holdings S.C.A., a qual está sujeita à legislação de um Estado membro da União Europeia (Luxemburgo) e produz demonstrações financeiras consolidadas sujeitas a revisão legal, segundo a legislação desse Estado membro, que são disponibilizadas para uso público. Na Nota 7 do Anexo é dada informação adicional sobre as empresas subsidiárias e associadas.
7. As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 são apresentadas de forma a dar cumprimento aos requisitos de publicação de contas. Estas demonstrações financeiras foram examinadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, cuja Certificação Legal das Contas, datada de 31 de março de 2015, não continha reservas e incluiu duas ênfases. Uma das ênfases era relativa ao não cumprimento nessa data dos requisitos mínimos de solvência e representação das provisões técnicas exigidos pela regulamentação da ASF e ainda por a Companhia apresentar capitais próprios inferiores a metade do capital social, sendo aplicáveis os requisitos previstos no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. Em 2015 a Companhia implementou um plano de recapitalização, que incluiu a realização de um aumento de capital, a realização de prestações acessórias e ainda a venda da participação financeira na Advanecare – Gestão e Serviços de Saúde, S.A.. A outra ênfase referia-se ao facto de as demonstrações financeiras do exercício de 2013 terem sido auditadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Cuef

The logo for Deloitte, consisting of the word "Deloitte" in a bold, blue, sans-serif font, followed by a small green dot.

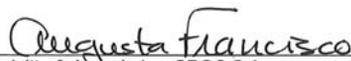
Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Página 3 de 3

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira de 2015 constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 8 de abril de 2016



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

*RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL***Aos Accionistas da
Companhia de Seguros Tranquilidade SA**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da **Companhia de Seguros Tranquilidade SA** (“**Tranquilidade**”) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Durante o exercício de 2015, este Conselho Fiscal acompanhou a atividade da **Tranquilidade**, com a periodicidade e a extensão considerada adequada, conforme as atas exaradas ao livro respectivo, bem como a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor.

Tendo presente as nossas obrigações legais e estatutárias, tivemos reuniões periódicas quer com o Conselho de Administração quer com os diversos serviços da **Tranquilidade**, nomeadamente das áreas contabilística e financeira, Auditoria Interna, Gestão de Risco Global e Controlo Interno (englobando o “Compliance”), de quem obtivemos todas as informações e os esclarecimentos solicitados. Adicionalmente e no cumprimento do nº 1 do artº 452 do Código das Sociedades Comerciais, tivemos reuniões com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Deloitte & Associados, SROC que, no exercício das suas funções, examinou as presentes demonstrações financeiras de 2015, emitindo a correspondente Certificação Legal das Contas em 8 de Abril de 2016, sem reservas mas com 3 (três) ênfases, com a qual concordamos e que aqui se dá por integralmente reproduzida.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2015, as demonstrações dos resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o respectivo anexo. Nesta análise, observámos a adequação das políticas contabilísticas adotadas e dos critérios valorimétricos em vigor. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída.

Durante o corrente exercício, que apresenta um resultado líquido positivo de 29,36 milhões de euros, e da análise efetuada às presentes demonstrações financeiras, merece particular relevância o seguinte:

- Uma mais-valia de 36,9 milhões de euros na venda da subsidiária Advancecare – Gestão e Serviços de Saúde, S.A., decorrente do processo de recapitalização da empresa e conforme o plano acordado com a ASF;
- Um proveito excepcional de 10,53 milhões de euros, (líquido de impostos), decorrente da alteração dos pressupostos atuariais utilizados no cálculo das provisões matemáticas de acidentes de trabalho na sequência da aquisição da Açoreana Seguros SA pelo grupo acionista da Tranquilidade e conforme referido em ênfase da Certificação Legal das Contas, tendo em vista a uniformização dos pressupostos atuariais que a Tranquilidade utiliza face aos usados pela Açoreana para a determinação das provisões matemáticas do ramo “acidentes de trabalho”; nesta conformidade, foi consultada a ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões) que expressou a sua não oposição à alteração dos pressupostos antes adotados na Tranquilidade, para efeitos contabilísticos e de solvência;
- Foram reconhecidas imparidades e créditos incobráveis no valor de 7,2 milhões de euros;
- Foi decidido proceder à amortização extraordinária de 4,6 milhões de euros (líquido de impostos) decorrentes de uma revisão da política de capitalização de custos informáticos com projetos, nomeadamente pela redefinição da sua vida útil
- Foi reconhecida uma imparidade de 3,2 milhões de euros (líquido de impostos) na participação de 10% na GNB – Gestão de Ativos, SGPS, S.A..

Além destes temas, mereceu particular atenção a este Conselho Fiscal o seguinte:

- A valorização da participação no capital da GNB – Gestão de Ativos SGPS, SA;
- A suficiência das provisões para sinistros dos ramos automóvel e acidentes de trabalho bem como da provisão para despesas de regularização de sinistros;
- A recuperabilidade dos investimentos e das contas a receber das participadas com sedes noutros países estrangeiros.

Em 31 de Dezembro de 2015, a margem de solvência situa-se em 309% e o Capital Próprio apresenta um valor final de cerca de 135,5 milhões de euros, devido essencialmente aos seguintes fatores:

- Aumento de capital e prestações acessórias realizados (72,6 milhões de euros)
- Resultado do exercício (29,4 milhões de euros)

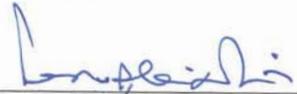
Face à relevância do tema, julgamos importante referir que durante o ano de 2015, a Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II) foi transposta para a ordem jurídica interna através da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, onde se encontra definida a data de entrada em vigor do novo regime Solvência II, a partir de 1 de janeiro de 2016. Assim, decurso do ano de 2015 e conforme detalhadamente descrito no Relatório de Gestão, a **Tranquilidade** (no âmbito integrado do Grupo Tranquilidade) ajustou o seu programa de ação, de forma a permitir o cumprimento do novo regime.

Face ao exposto, somos da opinião que, tendo em consideração os assuntos referidos nos parágrafos 5 a 7 da Certificação Legal das Contas acima mencionada, as demonstrações financeiras e o Relatório de Gestão supra referidos, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas na Assembleia Geral da **Companhia de Seguros Tranquilidade SA**.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da **Tranquilidade** o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 15 de Abril de 2016


Luis Palha da Silva


Pedro Aleixo Dias


Manuel Maria Reis Boto



TRANQUILIDADE

www.tranquilidade.pt